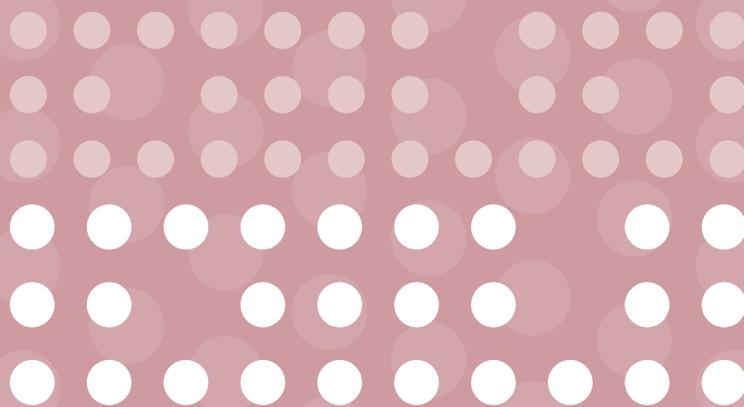




RELATÓRIO ANUAL 2012



Os bonûs na mira APORTE E CARGA PARA AS MULHERES





RELATÓRIO ANUAL 2012

Os bonûs na mira APORTE E CARGA PARA AS MULHERES



CEPAL



Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto

Sonia Montaña
Diretora da Divisão de Assuntos de Gênero

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

Este documento foi elaborado sob a supervisão de Alicia Bárcena, Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O trabalho foi executado sob a responsabilidade direta de Sonia Montaña, Diretora da Divisão de Assuntos de Gênero. Contribuições substantivas foram proporcionadas por Paulina Pavez, Corina Rodríguez e Alejandra Valdés. Agradecemos especialmente as contribuições de Jimena Arias, María Cristina Benavente e Patricio Olivera e os comentários de Irma Arriagada.

Este relatório foi possível graças à contribuição dos países-membros da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que desde 2007 e de maneira regular fornecem informações oficiais ao Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG) para a construção dos indicadores.

Agradecemos as contribuições do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Entidade das Naciones Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e do Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha.

Publicação das Nações Unidas
ISBN: 978-92-1-221109-1 • ISSN 2308-7501
LC/G.2561 • 2013-192
Copyright © Nações Unidas 2013
Todos os direitos reservados
Impresso nas Nações Unidas, Santiago do Chile

A autorização para reproduzir esta obra deve ser solicitada ao Secretário da Junta de Publicações, Sede das Nações Unidas, Nova York, N.Y. 10017, Estados Unidos. Os Estados membros e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia, mas solicita-se que mencionem a fonte e informem às Nações Unidas acerca de tal reprodução.

Índice

Prólogo	7
I. A autonomia das mulheres sob a lupa	9
A. Introdução	9
B. O corpo, território em disputa	10
1. Morte de mulheres provocada por seu companheiro ou ex-companheiro	11
2. A debilidade estatística dos registros administrativos	14
3. As pesquisas de violência	16
4. Os indicadores de saúde reprodutiva	17
5. A maternidade em adolescentes: a desigualdade em diversas dimensões	19
6. Rumo ao controle da vida sexual e reprodutiva das mulheres	21
C. Paridade: uma longa espera	24
1. As ministras	26
2. As parlamentares	30
3. As autoridades municipais	32
4. As magistradas do poder judiciário	34
5. Assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	36
D. Pobreza de renda e pobreza de tempo	36
1. Renda própria	39
2. O tempo total de trabalho	44
II. Os programas de transferências de renda, a proteção social, a autonomia econômica e o trabalho das mulheres	49
A. Introdução	49
B. Situação dos PTC na América Latina	52
1. As principais características dos PTC	52
2. O rendimento dos PTC	55
3. Alguns valores implícitos nos PTC e certas controvérsias	58
C. Os PTC e as mulheres: um passo adiante e dois para trás?	60
1. Programas de mulheres, mas... para mulheres?	60
2. O maternalismo social e a organização do cuidado: mais do mesmo	61
3. O trabalho das mulheres: uma questão sem resolver	67
D. De PTC a sistemas de proteção social integrados, homogêneos e inclusivos	69

Bibliografia.....	73
Apêndice	79

Índice de quadros

Quadro I.1	Formas e manifestações de violência contra a mulher em diversos cenários, segundo a classificação das Nações Unidas, 2006	11
Quadro I.2	Cronologia da primeira nomeação de uma mulher como presidenta do parlamento na história parlamentar nacional	31
Quadro II.1	México e Equador: mulheres com e sem filhos ou filhas menores de 15 anos segundo sua situação de beneficiárias ou não de programas de transferências condicionadas (PTC), 2010	63
Quadro II.2	Equador: condição de atividade das mulheres segundo sua situação como beneficiárias ou não de PTC, 2010.....	64
Quadro II.3	México e Equador: mulheres que recebem ou não transferências por PTC segundo a zona de residência	65
Quadro II.4	México e Equador: mulheres que recebem ou não transferências por PTC segundo sua situação de pobreza	66
Quadro A.1	América Latina (10 países), Caribe (4 países) e Espanha: morte de mulheres provocada por seu companheiro ou ex-companheiro, 2006-2011	80
Quadro A.2	América Latina, Caribe e Península Ibérica: razão de mortalidade materna, 1990-2010.....	81
Quadro A.3	América Latina (15 países) e Caribe (4 países): demanda de planejamento familiar insatisfeita, 2000-2010	82
Quadro A.4	América Latina (18 países), Caribe (2 países), Espanha e Portugal: adolescentes de 15 a 19 anos que são mães, 1997-2010.....	83
Quadro A.5	América Latina, Caribe e Península Ibérica: participação de mulheres em gabinetes ministeriais, últimos três períodos presidenciais, dezembro de 2011	84
Quadro A.6	América Latina, Caribe e Península Ibérica: mulheres eleitas como representantes para parlamentos nacionais, câmara única ou câmara baixa, 1990-2012	87
Quadro A.7	América Latina, Caribe e Península Ibérica: participação de mulheres no máximo tribunal de justiça, 1998-2011	89
Quadro A.8	América Latina, Caribe e Península Ibérica: poder local – mulheres prefeitas, 1998-2011	90
Quadro A.9	América Latina, Caribe e Península Ibérica: poder local – mulheres no conselho municipal, 1998-2011	92
Quadro A.10	América Latina: população sem renda própria, por sexo e zona de residência, rodada de 1990-2010	94
Quadro A.11	América Latina: população sem renda própria, por sexo e zona de residência, rodada de 1990-2010	96
Quadro A.12	América Latina (9 países): tempo médio de trabalho da população ocupada de 15 anos e mais, por sexo, 2006-2010.....	97
Quadro A.13	América Latina (9 países): tempo médio de trabalho da população não ocupada de 15 anos e mais, por sexo, 2006-2010.....	98
Quadro A.14	América Latina: principais características dos programas de transferências condicionadas	99

Índice de gráficos

Gráfico I.1	América Latina (11 países) e Espanha: morte de mulheres provocada pelo companheiro ou ex-companheiro, 2011.....	13
-------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Gráfico I.2	Caribe (4 países): morte de mulheres provocada pelo companheiro ou ex-companheiro, último ano disponível	14
Gráfico I.3	América Latina (20 países) e Caribe (8 países): evolução da taxa de mortalidade materna, 1990-2010.....	18
Gráfico I.4	América Latina (20 países), Caribe (8 países), Portugal e Espanha: evolução da taxa de mortalidade materna, 2005 e 2010	18
Gráfico I.5	América Latina (17 países) e Caribe (2 países): mulheres de 15 a 19 anos que são mães, dado inicial e último dado disponível.....	19
Gráfico I.6	América Latina (5 países): jovens de 15 a 19 anos que são mães ou estão grávidas, segundo quintis de renda, em torno de 2010.....	20
Gráfico I.7	América Latina (12 países) e Caribe (3 países): demanda insatisfeita de planejamento familiar.....	22
Gráfico I.8	América Latina e Caribe: cronologia do reconhecimento do sufrágio universal e acesso das mulheres à presidência	25
Gráfico I.9	América Latina (20 países) e Caribe (12 países): participação de mulheres em gabinetes ministeriais no último período presidencial, dezembro de 2011	27
Gráfico I.10	Caribe (11 países): evolução da participação de mulheres em gabinetes ministeriais nos últimos dois períodos presidenciais, dezembro de 2011	28
Gráfico I.11	América Latina (20 países): evolução da participação de mulheres em gabinetes ministeriais nos últimos dois períodos presidenciais, dezembro de 2011	28
Gráfico I.12	América Latina (20 países): distribuição de ministras segundo o tipo de gabinete nos últimos dois períodos presidenciais, dezembro de 2011	29
Gráfico I.13	Caribe (11 países): distribuição de ministras segundo o tipo de gabinete nos últimos dois períodos presidenciais, dezembro de 2011	30
Gráfico I.14	América Latina (19 países) e Caribe (14 países): mulheres eleitas nos parlamentos nacionais, câmara única ou câmara baixa, 2012.....	32
Gráfico I.15	América Latina (20 países) e Caribe (2 países): prefeitas eleitas, 2011.....	33
Gráfico I.16	América Latina e Caribe (22 países): número de países com massa crítica de prefeitas eleitas no poder local	33
Gráfico I.17	América Latina (16 países) e Caribe (3 países): poder local, membros do conselho municipal	34
Gráfico I.18	América Latina (média simples de 20 países): evolução da participação de mulheres no máximo tribunal de justiça, 2001-2011	35
Gráfico I.19	América Latina (20 países) e Caribe (13 países e territórios) e Espanha: participação de mulheres no máximo tribunal de justiça, 2011	35
Gráfico I.20	América Latina (média simples de 16 países): índice de feminilidade da pobreza e indigência, em torno de 1994 a 2011.....	38
Gráfico I.21	América Latina (17 países): proporção do salário das mulheres em comparação com o dos homens, em torno de 2011.....	39
Gráfico I.22	América Latina (16 países): população sem renda própria por sexo, zonas urbanas, em torno de 2010	40
Gráfico I.23	América Latina (15 países): população sem renda própria por sexo, zonas rurais, em torno de 2010	41
Gráfico I.24	América Latina (média simples de 14 países): mulheres de 15 anos e mais sem renda própria por condição de pobreza em zonas urbanas, 1994-2010.....	41
Gráfico I.25	América Latina (média simples de 14 países): população sem renda própria por sexo, idade e condição de pobreza em zonas urbanas, em torno de 2010.....	42
Gráfico I.26A	América Latina (7 países): tempo destinado ao trabalho total, remunerado e não remunerado, pela população ocupada de 15 anos e mais por sexo, em torno de 2010.....	44
Gráfico I.26B	América Latina (2 países): tempo destinado ao trabalho total, remunerado e não remunerado, pela população ocupada de 15 anos e mais por sexo, último ano disponível	45

Gráfico I.27A	América Latina (7 países): tempo destinado ao trabalho total, remunerado e não remunerado, pela população não ocupada de 15 anos e mais por sexo, em torno de 2010.....	45
Gráfico I.27B	América Latina (2 países): tempo destinado ao trabalho total, remunerado e não remunerado, pela população não ocupada de 15 anos e mais por sexo, último ano disponível.....	46
Gráfico I.28	América Latina (6 países): dedicação ao trabalho doméstico não remunerado, por sexo e grupo de idade.....	47
Gráfico II.1	América Latina (15 países): cobertura dos programas de transferências condicionadas (PTC), 2009-2010.....	56
Gráfico II.2	México e Equador: tempo médio de trabalho das mulheres segundo sua situação de beneficiárias ou não de programas de transferências condicionadas (PTC), 2010.....	63
Gráfico II.3	México e Equador: tempo médio de trabalho das mulheres que têm filhos ou filhas menores de 15 anos em casa, segundo o recebimento ou não de transferências por PTC, 2010.....	64
Gráfico II.4	Equador: tempo médio de trabalho das mulheres segundo sua condição de atividade e recebimento ou não de transferências por PTC, 2010.....	65
Gráfico II.5	México e Equador: tempo médio de trabalho das mulheres que vivem em zonas rurais, segundo recebam ou não transferências por PTC, 2010.....	66
Gráfico II.6	México e Equador: tempo médio de trabalho das mulheres em situação de pobreza, segundo recebam ou não transferências por PTC, 2010.....	67

Índice de boxes

Boxe I.1	Indicadores de autonomia física.....	10
Boxe I.2	A tipificação do femicídio ou feminicídio nas legislações da América Latina.....	12
Boxe I.3	As fontes de informação sobre violência de gênero.....	15
Boxe I.4	Pesquisas de violência: as experiências do México e Equador.....	16
Boxe I.5	As políticas de saúde sexual e reprodutiva no Estado Plurinacional da Bolívia e no Peru.....	21
Boxe I.6	Rumo à Cairo+20.....	23
Boxe I.7	Indicadores de autonomia na tomada de decisões.....	24
Boxe I.8	Indicadores de autonomia econômica.....	37
Boxe I.9	Mulheres acima de 60 anos sem renda própria.....	43
Boxe I.10	A importância das pesquisas de uso do tempo.....	46

Prólogo

O terceiro relatório do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG) concentra o olhar na análise dos indicadores de autonomia física e econômica e na tomada de decisões, cujo pano de fundo é a agenda regional gerada pelos consensos ratificados na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, em conformidade com a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995). Também apresenta uma reflexão sobre os programas de transferências condicionadas (PTC) no âmbito dos sistemas de proteção social e sua capacidade de incluir as mulheres como sujeitos de direito. Finalmente, e como resultado do esforço coletivo dos mecanismos para o avanço da mulher, apresentamos um anexo estatístico que contém informação oficial, periódica e oportuna, que permite melhorar a análise das políticas públicas.

A autonomia física das mulheres mostra múltiplas arestas: a mortalidade materna não apresenta uma evolução negativa, apesar de estar longe do quinto objetivo dos ODM, e a região continua em melhores condições que outras; a demanda insatisfeita de anticoncepcionais tende a diminuir, enquanto a gravidez em adolescentes afeta principalmente as mulheres pobres e a violência de gênero continua sendo um problema persistente.

Quanto à autonomia na tomada de decisões, entre as boas notícias figura o aumento da presença das mulheres na presidência dos governos da região durante os últimos anos, na representação parlamentar especialmente na última década e no poder judiciário muito mais recentemente e em poucos países, fato que se considera positivo, sobretudo porque rompe o teto de cristal que impedia o acesso das mulheres aos cargos mais altos.

Os indicadores de autonomia econômica são os que mostram o maior desafio para as políticas públicas. Num contexto de crescimento das economias e de redução da pobreza, a proporção de mulheres entre pobres e indigentes é um forte alerta para modificar as políticas econômicas, eliminando todas as barreiras que impedem o acesso equitativo das mulheres ao mercado de trabalho. É preciso entender que a igualdade de gênero é um pilar da economia e do desenvolvimento sustentável, posto que a análise dos indicadores alerta contra o risco de uma segmentação cada vez mais evidente entre políticas para os pobres de caráter assistencial com políticas produtivas às quais as mulheres não têm acesso, apesar de sua maior escolaridade, em grande medida pela obrigatoriedade social que têm de cuidar das pessoas dependentes.

Com relação aos programas de transferência condicionada, cujos efeitos positivos sobre a diminuição da pobreza costumam ser ressaltados, é necessário adotar um enfoque amplo sobre os

sistemas de proteção social, dos quais estes fazem parte, assim como de seu vínculo com o modelo de desenvolvimento, e reorientar as políticas sociais para o fortalecimento do emprego e, portanto, da autonomia de homens e mulheres.

O Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe é produto do esforço do grupo interinstitucional constituído pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Entidade para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha, derivado do apoio originado na Direção Geral de Planejamento e Avaliação de Políticas de Desenvolvimento (DGPOLDE).

Os insumos para a análise apresentada neste relatório derivam principalmente da informação disponível no OIG, que mostra os avanços realizados por esta ferramenta, sobretudo no que se refere ao compromisso dos governos de fornecer e validar informação. De fato, o compromisso dos países na atualização da informação se manifesta no aumento do número de países incluídos e na maior informação que os países produziram.

A primeira parte analisa os indicadores correspondentes à autonomia física e econômica e na tomada de decisões. Examina-se a situação das mulheres da América Latina e do Caribe e, quando se dispõe de informação, mostram-se resultados referentes a Andorra, Espanha e Portugal, países que, sem fazer parte da região, constituem uma comunidade política de mulheres que compartilha discriminações e interesses.

A segunda parte concentra a atenção nos programas de transferências condicionadas (PTC). Trata-se de uma reflexão sobre as implicações dos PTC para a igualdade de gênero e os direitos e a vida das mulheres. Analisam-se os fundamentos destes programas e os valores nos quais se sustentam, assim como os efeitos destes programas sobre as condições materiais e o trabalho das mulheres. Da análise de ambas as realidades — progresso lento da autonomia e expansão rápida dos PTC — conclui-se que as políticas públicas estão longe de assimilar o avanço das mulheres e, embora muitos programas as visibilizem, reconheçam e instrumentalizem, em geral não se inspiram no quadro de direitos e prevalece uma visão instrumental, especialmente das mulheres pobres.

Este relatório tenta examinar os avanços obtidos em cada um dos pilares do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe e mostrar como a autonomia das mulheres continua sendo um ponto crítico para o desenvolvimento.

Alicia Bárcena
Secretária Executiva
Comissão Econômica para
a América latina e o Caribe (CEPAL)

I. A autonomia das mulheres sob a lupa

A. Introdução

A autonomia das mulheres é o conceito básico sobre o qual se estrutura a informação do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (OIG) para avaliar o progresso, os obstáculos e as resistências a respeito da igualdade de gênero na região. Parte-se da convicção de que o desenvolvimento está diretamente relacionado com o avanço das mulheres na vida pública e privada e que, sem a igualdade real, a democracia e o desenvolvimento regional manterão traços deficitários com consequências negativas para a consecução dos objetivos aprovados no documento final *O futuro que queremos* da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

As desigualdades existentes na região não são aceitáveis e não condizem com as condições materiais alcançadas. Tampouco têm justificativa a mortalidade materna, a gravidez em adolescentes, o emprego precário ou a desmesurada concentração do trabalho doméstico não remunerado nas mãos das mulheres, e muito menos a violência de gênero. Conforme expressado em outras ocasiões (Nações Unidas, 1995; CEPAL, 2010b), a desigualdade e, portanto, a falta de autonomia são principalmente consequência da injustiça, da má distribuição do poder, dos recursos e, em especial, da renda e da desigualdade no uso do tempo entre homens e mulheres, assim como do desconhecimento do direito das mulheres a participar em todos os espaços de tomada de decisões.

A participação das mulheres no mercado de trabalho durante os últimos 50 anos tem sido destacada como um fator decisivo no desenvolvimento. Influenciou na diminuição da fecundidade, o que, por sua vez, facilitou seu acesso ao mercado de trabalho. A educação também foi um fator de empoderamento e de superação da pobreza. No entanto, ainda são muitas as mulheres pobres e até as instruídas continuam obtendo renda menor que os homens. O aumento da participação política das mulheres mudou a paisagem democrática, mas as que chegam aos níveis mais altos de representação ainda devem enfrentar tetos de vidro ou barreiras culturais e financeiras que as impedem de exercer sua cidadania política com mais independência e recursos. Contudo, sem dúvida é o que várias autoras denominaram a pobreza de tempo o que pôs em evidência a necessidade de que as políticas públicas intervenham ativamente na solução de problemas antigamente considerados privados, como o cuidado e reprodução da família, que continua sendo um dos principais obstáculos para a igualdade real.

Os indicadores do OIG foram identificados em áreas consideradas críticas, que motivaram o desenvolvimento de uma série de indicadores aprovados pelos países-membros da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe em 2007. Mediante estes indicadores aprofunda-se a visão a respeito da situação das mulheres da região e se evidencia o efeito das desigualdades de gênero na pobreza, a incidência da pobreza segundo o sexo das pessoas e o acesso desigual aos recursos monetários, produtivos e políticos. Este desenvolvimento fundamenta-se na necessidade de medir e quantificar as disparidades de gênero em diversas áreas e está em conformidade com o cumprimento da Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹. Todos os acordos internacionais vigentes quase duas décadas depois da aprovação dessa Plataforma de Ação oferecem um exemplo nítido dos esforços realizados, mas principalmente dos desafios pendentes.

B. O corpo, território em disputa

Os indicadores de autonomia física do OIG revelam os obstáculos que as mulheres enfrentam na região para decidir livremente acerca de sua sexualidade e reprodução e para exercer o direito a viver uma vida livre de violência.

BOXE I.1 INDICADORES DE AUTONOMIA FÍSICA

- Morte de mulheres provocada por seu companheiro ou ex-companheiro.
- Mortalidade materna.
- Maternidade em adolescentes: porcentagem de mulheres adolescentes de 15 a 19 anos que são mães.
- Demanda não atendida de planejamento familiar: porcentagem de mulheres unidas que não desejam ter mais filhos ou que adiarão o seguinte nascimento, mas que não estão usando um método de planejamento familiar.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

Segundo estes indicadores, persistem problemas frente aos quais o atraso em obter avanços torna necessário estabelecer e fortalecer políticas mediante intervenções oportunas, sustentadas e eficazes na família, na escola e na comunidade. É no âmbito da execução, atenção e qualidade dos serviços que parece necessário investir mais.

Conforme assinalado em relatórios anteriores, na região ainda se observam desigualdades neste campo. A violência contra as mulheres, retratada no indicador de morte de mulheres provocada por seu companheiro ou ex-companheiro, se manteve constante nos últimos anos e, embora a rigor não seja possível afirmar que a violência de gênero aumentou na região, agravou-se a violência no espaço do casal.

Não se observam mudanças que revelem uma diminuição significativa da gravidez em adolescentes e os últimos dados disponíveis de gravidez em adolescentes de 14 a 19 anos confirmam que na maioria

¹ Veja a Declaração e a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher [on-line] <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf> e Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/>.

dos países ela se concentra na população mais pobre. As taxas de mortalidade materna não estão entre as mais altas dos países em desenvolvimento e inclusive mostram uma leve queda na região no quinquênio que vai de 2005 a 2010. Algo similar ocorre com a demanda insatisfeita de planejamento familiar, que diminui na maioria dos países.

Por outro lado, registram-se poucas experiências de políticas que ampliem o acesso aos métodos de planejamento familiar e de prevenção do HIV/AIDS e, embora tenha havido importantes avanços nas legislações nacionais relacionadas com a autonomia física das mulheres e um aumento da resposta governamental, os indicadores que visibilizam problemas críticos e de urgente solução revelam a necessidade de continuar gerando políticas públicas nestas matérias, bem como de aprofundar e estender as já existentes.

1. Morte de mulheres provocada por seu companheiro ou ex-companheiro

O compromisso assumido pelos Estados da América Latina e do Caribe reflete-se em importantes acordos internacionais para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, como os expressados na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará, por um lado, e a elaboração da recomendação geral número 19 por parte do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, por outro (Nações Unidas, 1992). Isto trouxe consigo a concretização de um número importante de iniciativas de política nas últimas duas décadas, que se traduziram em mudanças na ordem jurídica dos países, na criação de programas e no avanço da medição da violência contra as mulheres (Almerás e Calderón, 2012).

QUADRO I.1
FORMAS E MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM DIVERSOS
CENÁRIOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006

Cenário da violência	Âmbito em que ocorre	Caracterização de atos de violência
Violência contra a mulher dentro da família	Violência no âmbito do casal	Atos sexual, psicológica e fisicamente coercitivos praticados contra mulheres adultas e adolescentes por um companheiro atual ou anterior, sem o consentimento da mulher
	Práticas tradicionais nocivas	Infanticídio de meninas e seleção pré-natal do sexo Matrimônio precoce Violência relacionada com o dote Ablação ou mutilação genital feminina Crimes cometidos em nome da “honra” e maus-tratos de viúvas
Violência contra a mulher na comunidade	Feticídio	Homicídio da mulher por razões de gênero
	Violência sexual infligida fora do casal	Atos perpetrados por parentes, amigos, conhecidos, vizinhos, companheiros de trabalho ou estranhos Inclui iniciação sexual forçada e violência em encontros
	Assédio sexual e violência no lugar de trabalho, em instituições educativas ou em espaços esportivos	Assédio sexual ou comportamento sexual não desejado Exploração sexual e assédio por parte de treinadores, espectadores, representantes, membros da família ou da comunidade
	Tráfico de mulheres	Envolve a numerosos atores diferentes, inclusive a família, intermediários locais, redes criminosas internacionais e autoridades de imigração Pode ter fins de exploração sexual ou laboral

(continua)

Quadro I.1 (conclusão)

Cenário da violência	Âmbito em que ocorre	Caracterização de atos de violência
Violência contra a mulher cometida ou consentida pelo Estado	Violência em situações de privação de liberdade	Atos de violência sexual, assédio sexual, atentados ao pudor em contextos de privação de liberdade Vigilância inadequada na intimidade das mulheres privadas de liberdade Violência verbal, com conteúdo sexual Tortura, tratamento ou pena cruel, desumano ou degradante
	Esterilização forçada	Uso da esterilização para controlar o comportamento reprodutivo da população feminina ou um subgrupo determinado
Violência contra a mulher em conflitos armados	Violência física, sexual e psicológica, cometida por atores estatais e não estatais	Homicídios, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes Raptos, mutilações e desfigurações Recrutamento forçado de mulheres combatentes Violência sexual, violações, escravidão sexual, exploração sexual Desaparecimento forçado, prisão arbitrária Matrimônios forçados, prostituição forçada, abortos forçados, gravidez forçada e esterilização compulsória
Violência contra a mulher e discriminação múltipla	Fatores que podem determinar discriminações múltiplas	Raça, origem étnica, casta, classe Condição de migrante, refugiada Idade, religião, orientação sexual, estado matrimonial, deficiência Condição de portadora ou não de HIV

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Natalia Gherardi, “La violencia contra las mujeres en la región”, *Si no se cuenta, no cuenta. Información sobre la violencia de las mujeres*, Cuadernos de la CEPAL, N° 99 (LC/G.2510-P), Diane Almerás e Coral Calderón (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2012. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.II.G.8.

BOXE I.2 A TIPIFICAÇÃO DO FEMICÍDIO OU FEMINICÍDEO NAS LEGISLAÇÕES DA AMÉRICA LATINA

A tipificação do femicídio, que em alguns países é conhecido como feminicídio, não existe em todos os países da região. Na Costa Rica (2007) e Chile (2010) tipificou-se como femicídio a morte violenta de uma mulher perpetrada pelo cônjuge, no âmbito de uniões de fato, declaradas ou não, pelo companheiro ou ex-companheiro. No Peru tipificou-se o feminicídio em 2011, definido como a morte de uma mulher provocada por seu ascendente, descendente, natural ou adotivo, ou por alguém que é ou foi seu cônjuge, seu companheiro ou uma pessoa com quem estiver mantendo ou tenha mantido uma relação análoga. Na Guatemala (2008) e Nicarágua (2012), a lei se refere a todos os casos de morte violenta de mulheres no âmbito de relações desiguais de poder, entre as quais se inscrevem o matrimônio e a convivência. A violência feminicida é penalizada na legislação do México desde 2007 e de El Salvador desde 2010 e se entende como a forma extrema de violência de gênero contra as mulheres, produto da violação de seus direitos humanos, nos âmbitos público e privado, formada pelo conjunto de condutas misóginas que podem implicar impunidade social e do Estado e podem culminar em femicídio (El Salvador), homicídio (México) e outras formas de morte violenta de mulheres. Ambas as legislações possuem uma amplitude similar à legislação guatemalteca.

As leis da Argentina (2012) e Colômbia (2008) não utilizam a palavra femicídio nem feminicídio, mas punem diferenciadamente e de maneira agravada os homicídios de mulheres por razões de gênero (Toledo, 2013). Por sua vez, a Espanha conta com a Lei Orgânica número 1 de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero de 2004.

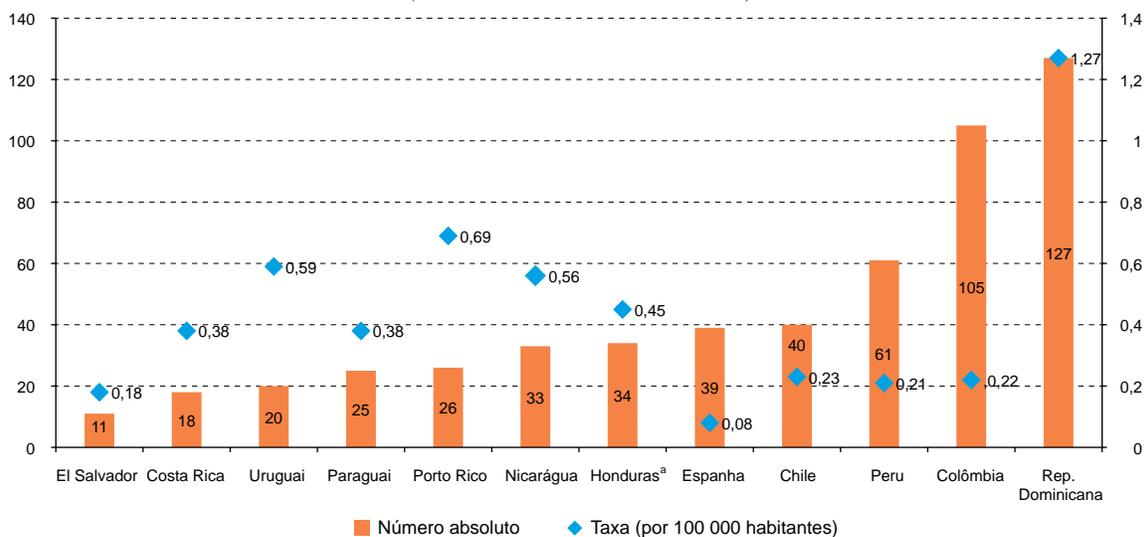
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação dos arquivos legislativos do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.

O OIG constatou que a violência contra as mulheres continua golpeando a região de maneira dramática. Durante 2011, foram registradas 466 mortes de mulheres provocadas por seu companheiro ou ex-companheiro em dez países da região (Chile, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico, Peru, República Dominicana e Uruguai).

Nesse mesmo ano, registraram-se 1.139 homicídios por razões de gênero em oito países da região (Chile, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai). Isto mostra que 29,4% dos assassinatos de mulheres por razões de gênero, neste grupo de países, foram provocados por seus namorados ou ex-namorados, maridos ou ex-maridos, companheiros ou ex-companheiros². Constata-se, assim, uma leve diminuição em relação ao ano anterior (30,9%) na proporção de mortes de mulheres por seu companheiro ou ex-companheiro a respeito dos homicídios de gênero³. Isto é, embora a rigor não seja possível afirmar que a violência de gênero aumentou na região, porque os dados são heterogêneos e porque não se dispõe de informação para todos os países, fica claro que a violência no espaço do casal é um problema que persiste. A menor taxa de mortes de mulheres ocasionadas por seu companheiro ou ex-companheiro foi registrada em El Salvador (0,18 por 100.000 habitantes) e a maior na República Dominicana (1,27 por 100.000 habitantes), segundo cifras de 2011 (veja o gráfico I.1).

GRÁFICO I.1
AMÉRICA LATINA (11 PAÍSES) E ESPANHA: MORTE DE MULHERES PROVOCADA
PELO COMPANHEIRO OU EX-COMPANHEIRO, 2011

(Em números absolutos e taxas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em informação proporcionada pelos mecanismos nacionais para o avanço da mulher.

^a Informação correspondente a 2010.

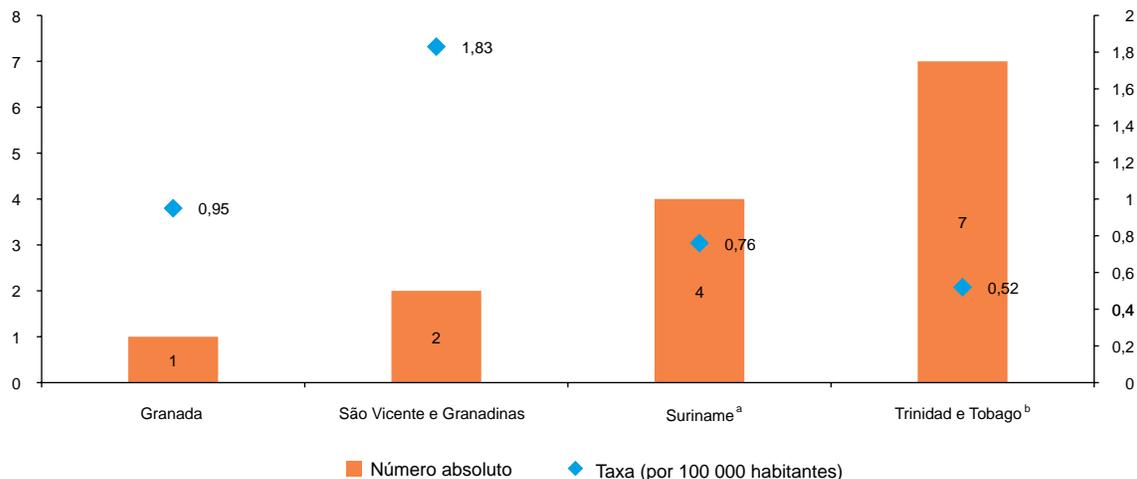
No caso do Caribe as cifras não são menos impactantes. Durante 2009, registraram-se 11 mortes de mulheres provocadas por seu companheiro ou ex-companheiro em quatro países: Granada (1 mulher), São Vicente e Granadinas (2 mulheres), Suriname (1 mulher) e Trinidad e Tobago (7 mulheres). Os últimos

² A cifra de casos de morte de mulheres por seu companheiro ou ex-companheiro para estes países (Chile, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai) em 2011 foi de 335 casos.

³ Durante 2010, em oito países (Chile, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai) foram registrados 1.101 homicídios por razões de gênero e 340 mortes de mulheres provocadas por seu companheiro ou ex-companheiro.

dados disponíveis para Granada e São Vicente e Granadinas mostram que em 2011 registraram-se no total 3 casos de mortes de mulheres provocadas por seu companheiro ou ex-companheiro.

GRÁFICO I.2
CARIBE (4 PAÍSES): MORTE DE MULHERES PROVOCADA PELO COMPANHEIRO OU EX-COMPANHEIRO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL
(Em números absolutos e taxas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em cifras oficiais de dezembro de 2011.

^a 2010.

^b 2009.

Por sua complexidade, o problema da violência contra as mulheres requer não só leis e programas que incluam assistência psicológica e social, mas também estratégias dirigidas a transformar a cultura e as condições em que se estabelecem e consolidam as relações sociais. Exige ações nos setores judiciário, de saúde e educação, nas instituições de cultura e nos meios de comunicação. É necessário também garantir o acesso à justiça e oferecer apoio e acompanhamento das mulheres durante o processo judicial mediante políticas sociais orientadas nessa direção.

As possibilidades de acesso a renda própria e autonomia econômica não são condições que liberem automaticamente as mulheres da vulnerabilidade frente à violência, mas podem contribuir para romper o ciclo da violência que as mulheres sofrem, já que a combinação de falta de autonomia física e econômica as coloca numa situação de risco em termos de seu desenvolvimento e gozo de direitos.

2. A debilidade estatística dos registros administrativos

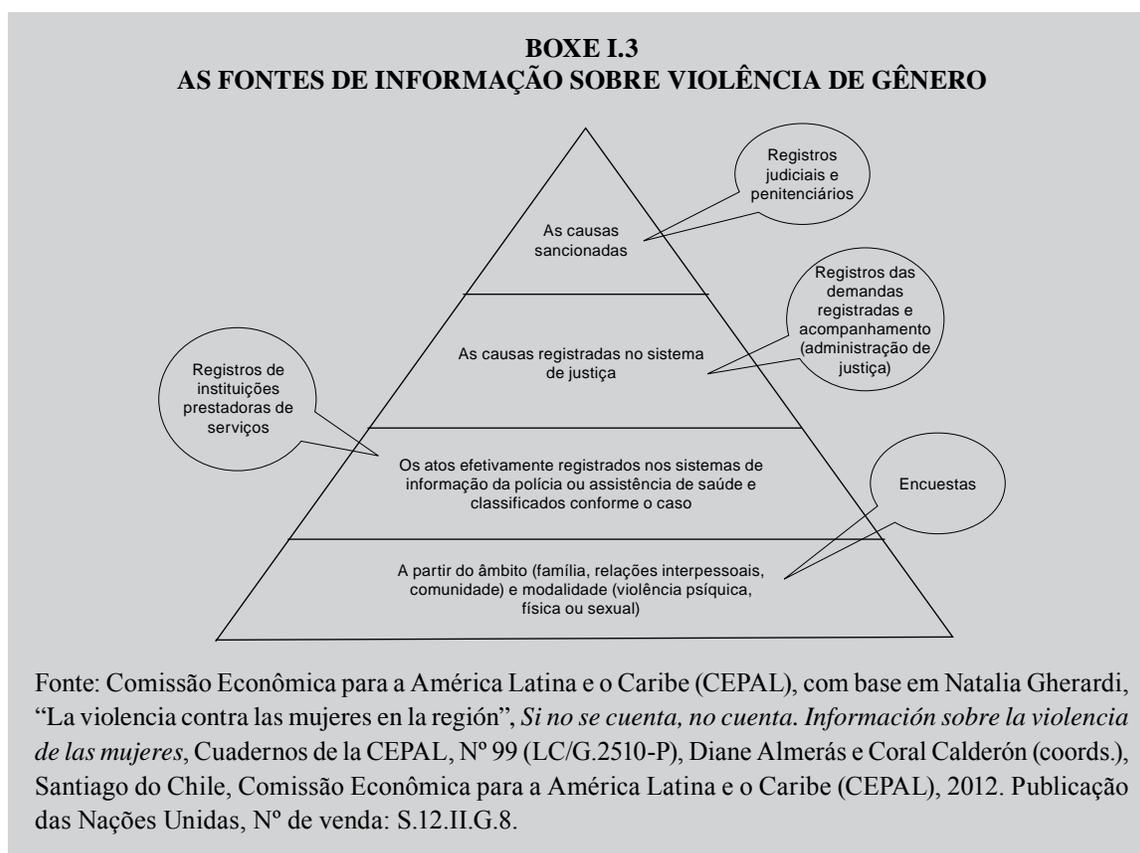
Para medir a violência contra as mulheres existem dois tipos de instrumentos: os registros administrativos e as pesquisas de violência contra as mulheres, ambos insuficientes e pouco desenvolvidos na região. Os diagnósticos regionais realizados mostram avanços significativos em comparação com a situação de 20 anos atrás, mas também revelam que a produção de informação é heterogênea entre países, que os registros nem sempre são comparáveis entre si e que se carece de consenso interinstitucional no âmbito nacional para estabelecer as cifras oficiais.

A rota seguida pelas mulheres vítimas de violência desde que entram no sistema até o final do processo ainda é difícil de conhecer e hoje não é possível traçar a trajetória completa entre o ato violento e o término do processo. Os registros administrativos são insuficientes para conhecer com exatidão a

magnitude das diversas dimensões da violência contra as mulheres. Consta-se que a informação é parcial e desagregada e que as instituições que intervêm nos diversos níveis ou degraus da pirâmide (veja o quadro I.3) não se vinculam entre si, o que se traduz na baixa acessibilidade da informação existente e em problemas para comparar informação entre instituições e entre países. Porém, o que é mais relevante, a informação disponível não permite constatar quando as mulheres têm acesso a direitos e à justiça ou quando as respostas do sistema público são insuficientes.

A grande maioria dos países colhe informação proveniente dos registros administrativos dos organismos públicos que se relacionam diretamente com as mulheres. De fato, a violência pode ser quantificada a partir da informação emanada dos registros de saúde, segurança, justiça ou assistência social e outros benefícios concedidos por serviços de emprego, moradia ou subsídios econômicos, principalmente.

O processo de documentação pode ser descrito como uma pirâmide, em cuja base se encontram os atos de violência estimados pela sociedade, em suas múltiplas expressões, com informação sobre o âmbito em que ocorrem e a modalidade que assumem. No segundo nível situam-se os atos de violência denunciados e registrados nos sistemas de informação; no terceiro, as denúncias apresentadas no sistema de justiça e no vértice da pirâmide as denúncias que chegam a ser definidas, as punições ditadas pela justiça, as medidas de proteção às vítimas ou as condenações (Gherardi, 2012).



Atualmente, os países da região estão desenvolvendo processos para aplicar metodologias que permitam avançar na harmonização dos dados sobre violência de gênero e na definição dos dados oficiais para cada dimensão da violência, bem como na construção de registros únicos no âmbito nacional. É o caso do recém-inaugurado Registro Único de Violência contra a Mulher na Argentina, ou o esforço da Colômbia, expressado nos dados publicados pelo Observatório de Assuntos de Gênero da Alta Assessoria

Presidencial para a Equidade da Mulher (ACPEM). No entanto, na maioria dos países os esforços para harmonizar a informação existente e contar com cifras oficiais enfrentam obstáculos impostos pela dispersão, escassa capacidade de comparação e curto tempo de permanência dos registros.

3. As pesquisas de violência

As pesquisas de violência contra as mulheres são o único instrumento de coleta de informação acerca da violência na sociedade que permite medir os atos não denunciados ou que não foram detectados em um serviço público, isto é, a chamada cifra negra da violência contra as mulheres. Esta informação é fundamental para analisar as tendências com que ocorrem os atos de violência e também para a caracterização dos atos, as vítimas e suas particularidades, os perpetradores e os lugares onde ocorrem estes atos em determinados períodos de tempo.

Sua aplicação deve ser sistemática e periódica, de maneira que se possam estabelecer séries temporárias para observar a evolução da ocorrência dos atos de violência contra as mulheres.

Na região existem várias pesquisas de violência contra as mulheres. Em alguns casos, trata-se de pesquisas de caráter nacional ou local sobre violência; em outros, são instrumentos gerais, destinados a compilar informação sobre outros temas, em que se incorporaram módulos específicos sobre a violência contra as mulheres.

BOXE I.4

PESQUISAS DE VIOLÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DO MÉXICO E EQUADOR

Com o propósito de obter informação estatística que permita evidenciar as diversas formas da violência contra as mulheres, o México e o Equador implementaram dois tipos de iniciativas que geraram experiência e capacidade técnica para coletar informação relacionada com a ocorrência dos atos de violência nesses países.

No México, o Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) levou a cabo a Pesquisa Nacional sobre a Dinâmica das Relações nos Lares (ENDIREH) 2011, que havia sido realizada antes em 2003 e 2006.

No contexto da ENDIREH 2011, desenvolveu-se um fórum de consulta com a participação de especialistas de diversas instituições acadêmicas e públicas (o Centro Regional de Pesquisas Multidisciplinares (CRIM) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), o Colégio do México, a Câmara de Deputados, a Secretaria de Educação Pública, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL) e o Conselho Nacional de População (CONAPO), entre outras) em que se estabeleceu, entre outros aspectos, que a pesquisa devia estar dirigida primordialmente a captar a violência de gênero contra as mulheres, nos âmbitos público e privado, como parte da política pública.

A ENDIREH 2011 teve como objetivo gerar informação estatística sobre a frequência e magnitude da violência doméstica, assim como a que experimentam as mulheres na escola, no trabalho e na comunidade, com o propósito de ajudar na formação do Subsistema de Estatísticas sobre Violência, dentro do Sistema Nacional de Informação Estatística e Geográfica.

A pesquisa foi aplicada nos meses de outubro e novembro de 2011, em 128.000 domicílios com representatividade nacional, rural-urbana e por entidade federativa. A captura dos dados foi concluída no final de dezembro de 2011 e seu processamento foi feito entre janeiro e março de 2012.

No Equador realizou-se em 2011 a primeira Pesquisa Nacional de Relações Familiares e Violência de Gênero contra as Mulheres, com o propósito de gerar dados e produzir informação estatística sobre a

(continua)

Boxe I.4 (conclusão)

prevalência, incidência e magnitude dos diversos tipos de violência de gênero (física, psicológica e sexual) que as mulheres sofrem ou sofreram, tanto no âmbito público (escolar, laboral e social) como privado (lar, família, relação conjugal), sobre o conhecimento ou busca de serviços e instâncias de justiça para enfrentar a violência, e suas percepções sobre a resposta institucional.

A pesquisa foi aplicada no âmbito nacional, em áreas urbanas e rurais, a uma amostra com 19.104 domicílios, que correspondem a 1.194 setores em que se pesquisam 16 domicílios por setor.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI), Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares (ENDIREH) [on-line] <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/encuestas/hogares/especiales/endreh/default.aspx> e Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) [on-line] http://www.inec.gob.ec/sitio_violencia/metodologia.pdf.

4. Os indicadores de saúde reprodutiva

Na IV Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, os governos do mundo reconheceram e estabeleceram os direitos reprodutivos como parte dos direitos humanos de todas as pessoas e reconheceram a liberdade das mulheres para tomar decisões e regular sua fecundidade de forma segura e efetiva, decidir ter filhos ou não, o número de filhos e o espaçamento entre eles, bem como contar com serviços de saúde que permitam gravidez e parto sem risco de vida. O direito à saúde reprodutiva contempla, além da reprodução e da prevenção e cuidado de doenças associadas com o exercício da sexualidade e a reprodução, a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória.

Um dos indicadores mais categóricos do estado da saúde reprodutiva é a mortalidade materna, que se associa principalmente à falta de atendimento médico e à pobreza. Os compromissos do Cairo incluíam reduzir as taxas pela metade entre 1990 e 2000 e de novo pela metade entre este último ano e 2015. Posteriormente, e em relação a estes acordos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) incluíram o de melhorar a saúde materna (quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio), em particular reduzir em 75% a taxa de mortalidade materna entre 1990 e 2015 e proteger os direitos de todas as mães sem distinção.

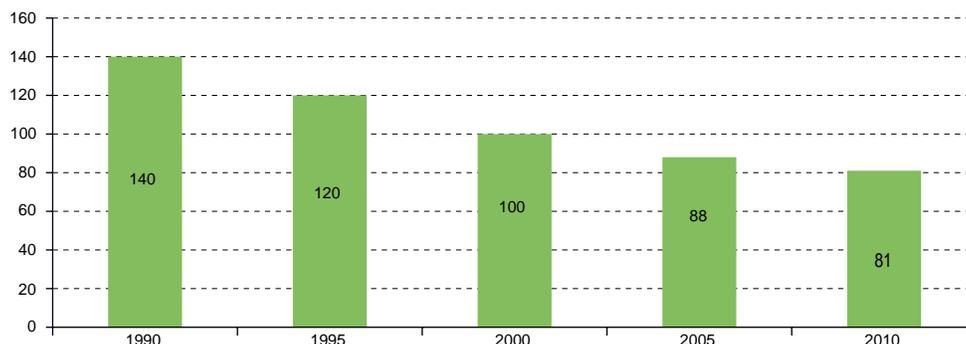
Nos países da América Latina e do Caribe persistem realidades preocupantes, embora as taxas de mortalidade materna não estejam entre as mais altas do mundo em desenvolvimento e inclusive mostrem uma leve queda como média regional nos últimos anos, de 88 por 100.000 nascidos vivos em 2005 para 81 por 100.000 nascidos vivos em 2010.

Dos 28 países da América Latina e do Caribe considerados, 15 registram uma taxa de mortalidade materna superior à taxa média regional (81 por 100.000 nascidos vivos em 2010); embora em mais da metade dos países a mortalidade materna tenha se reduzido (em diversas proporções), em 6 países aumentou. Por outro lado, a persistência de altas taxas em alguns países —invisibilizadas na média regional— reflete carências no acesso da população a serviços de saúde e na qualidade da atenção qualificada do parto, da atenção em emergências obstétricas e do controle pré-natal e do puerpério (CEPAL, 2011a).

Medidas como o aumento dos partos assistidos por pessoal especializado têm impacto positivo nas cifras que mostra, por exemplo, o Peru. Este país tinha em 2005 uma taxa de mortalidade materna superior à média da região, que se reduziu em 2010 a 67 (por 100.000 nascidos vivos), isto é, uma cifra 14 pontos abaixo da média regional, ao mesmo tempo em que a proporção de atenção do parto aumentou 15 pontos nesse período. Observamos algo similar no Estado Plurinacional da Bolívia, onde o melhoramento da atenção do parto por pessoal especializado converteu-se numa importante queda da

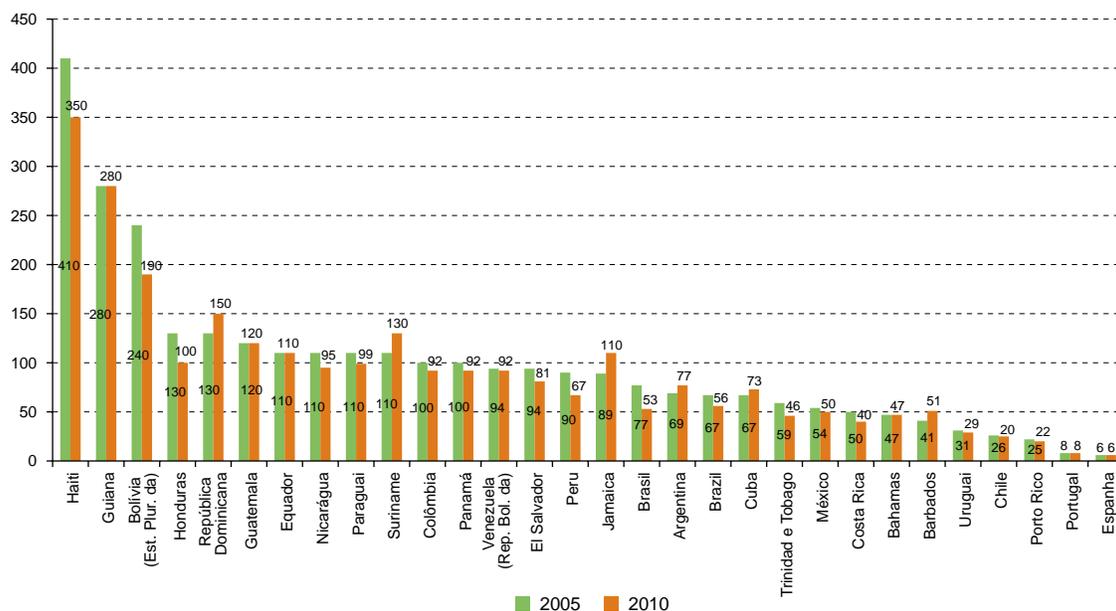
taxa de mortalidade materna, que —embora ainda supere a média regional— diminuiu 50 pontos em cinco anos, de 240 mortes por 100 000 nascidos vivos em 2005 para 190 em 2010.

GRÁFICO I.3
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES) E CARIBE (8 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE MATERNA, 1990-2010
(Por 100.000 nascidos vivos)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em Organização Mundial da Saúde (OMS), *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2010*. Estimates developed by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank [on-line] http://www.childinfo.org/files/Trends_in_Maternal_Mortality_1990_to_2010.pdf.

GRÁFICO I.4
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES), CARIBE (8 PAÍSES), PORTUGAL E ESPANHA: EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE MATERNA, 2005 E 2010
(Por 100.000 nascidos vivos)



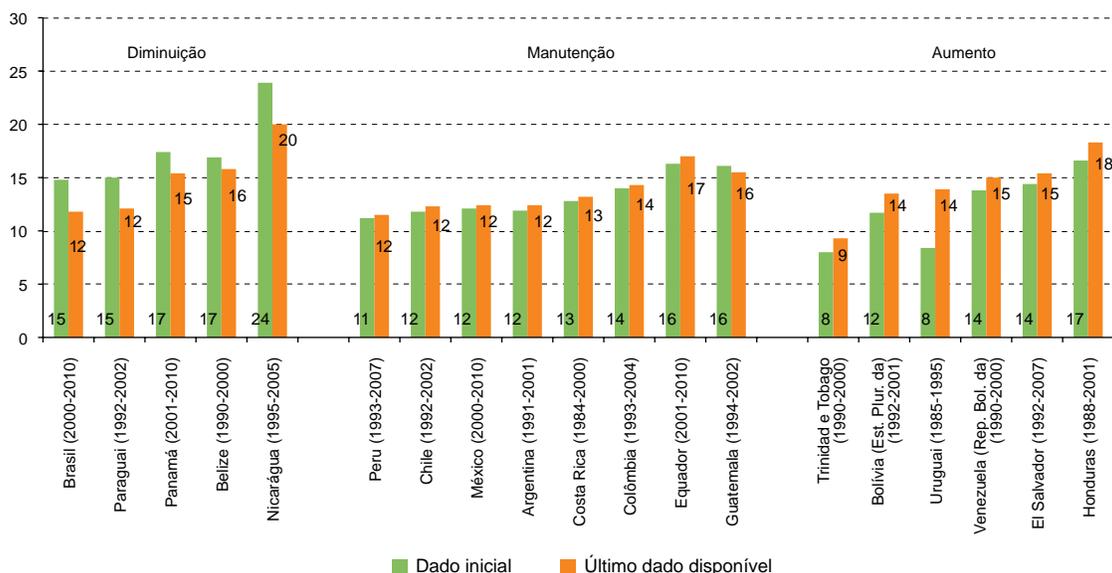
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em Organização Mundial da Saúde (OMS), *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2010*. Estimates developed by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank [on-line] http://www.childinfo.org/files/Trends_in_Maternal_Mortality_1990_to_2010.pdf.

Na República Dominicana, porém, a atenção a cargo de pessoal qualificado no parto alcançou 97% e a razão de mortalidade materna se manteve relativamente alta em 2010 (150 por 100 000 nascidos vivos). Este aumento pode ser explicado pelo melhoramento dos registros de mortalidade materna. Em geral, os países estão realizando esforços para melhorar a qualidade deste dado.

5. A maternidade em adolescentes: a desigualdade em diversas dimensões

Uma das tarefas pendentes no campo dos direitos sexuais e reprodutivos é a maternidade na adolescência, que evidencia a desvantagem que enfrentam as mulheres mais jovens no acesso e uso de recursos de saúde sexual e reprodutiva. Isto explica, em grande medida, a manutenção na América Latina e no Caribe de uma alta taxa de fecundidade em adolescentes e sua persistente resistência à baixa.

GRÁFICO I.5
AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES) E CARIBE (2 PAÍSES): MULHERES DE 15 A 19 ANOS QUE SÃO MÃES, DADO INICIAL E ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL
(Em porcentagens)



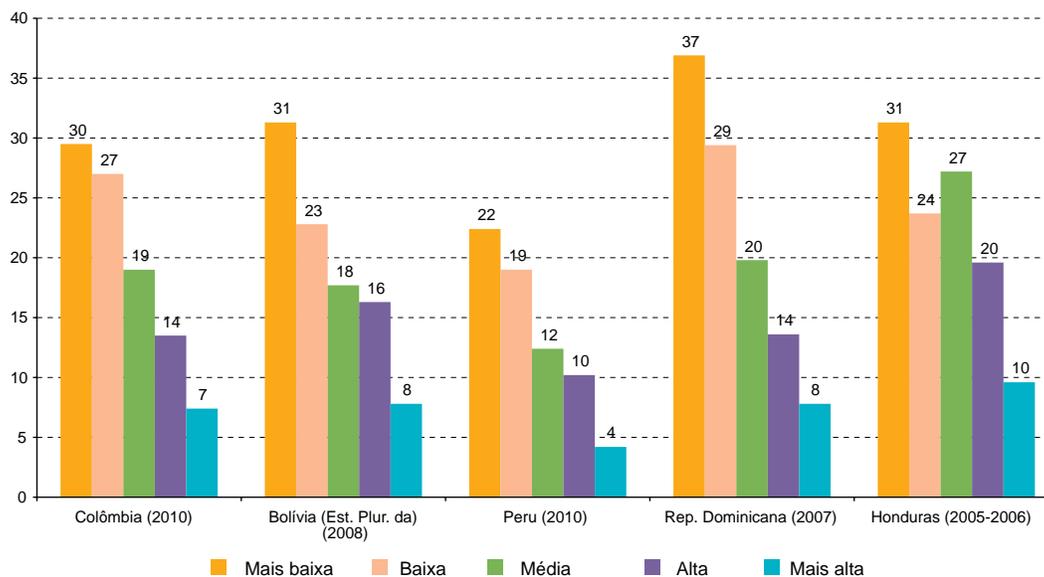
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

O país com porcentagem mais alta é a Nicarágua, onde 20% das jovens entre 15 e 19 anos são mães. Também é alta a maternidade de adolescentes em Honduras (18%), Equador (17%), Belize e Guatemala (16% em cada um). Quatro países onde a cifra havia aumentado de maneira moderada na década anterior mostram uma relativa estabilidade: no Brasil e Panamá ocorreu uma leve queda de 3 e 2 pontos percentuais respectivamente, o México não varia sua proporção de 12% e o Equador apresenta um aumento moderado.

Estes antecedentes são problemáticos em dois sentidos: por um lado, porque contrastam com as tendências à diminuição da fecundidade no resto dos grupos etários, documentada em diversos estudos (CEPAL, 2011a) e, por outro, porque a gravidez precoce, embora ocorra em todos os estratos sociais, se concentra predominantemente nos sectores de menor nível socioeconômico. Assim, pode-se observar como na região mais desigual do mundo em termos de renda econômica a brecha de fecundidade entre

as adolescentes do quintil mais pobre e as do quintil mais rico é muito alta (assim como a brecha entre as mulheres jovens com menor nível educativo e o resto).

GRÁFICO I.6
AMÉRICA LATINA (5 PAÍSES): JOVENS DE 15 A 19 ANOS QUE SÃO MÃES^a OU ESTÃO GRÁVIDAS,^b SEGUNDO QUINTIS DE RENDA, EM TORNO DE 2010
(Em porcentagens)



Fonte: Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS) [on-line] <http://www.measuredhs.com/>. Relatório de cada país.

^a Refere-se às mulheres que tiveram um filho nascido vivo.

^b Refere-se às mulheres que estão grávidas de seu primeiro filho.

Ao analisar a distribuição por quintis de renda das adolescentes de 15 a 19 anos que são mães ou estão grávidas, segundo os últimos dados disponíveis, constata-se que na maioria dos países selecionados esta condição se concentra na população mais pobre. Assim, na República Dominicana 37% das jovens que são mães ou estão grávidas pertencem ao quintil de menor renda; no Estado Plurinacional da Bolívia e Honduras, 31%; na Colômbia, 30%; e no Peru, 22%.

Sob a perspectiva do desenvolvimento com equidade, enfrentar esta situação é um enorme desafio, na medida em que a maternidade precoce aumenta a pobreza das adolescentes, dificulta suas possibilidades educacionais ao gerar deserção escolar e reduz suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Neste contexto, a desigualdade se agrava, já que se fomenta a reprodução intergeracional da pobreza, afetando um dos pivôs centrais, que é a autonomia das mulheres.

A maternidade na adolescência deve ser analisada em sua complexidade, considerando seus múltiplos determinantes. O fator cultural que alenta a maternidade precoce, a erotização e a alta motivação à sexualidade precoce são obstáculos sérios para a diminuição da maternidade na adolescência, especialmente quando ocorrem num contexto de ausência de planos de educação sexual na escola e de programas de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes, homens e mulheres, que assegurem informação pertinente e acesso a métodos contraceptivos seguros com confidencialidade (Pitangy, Costa e Romani, 2010).

BOXE I.5

AS POLÍTICAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA E NO PERU

Entre 2009 e 2011 houve na região um aumento da oferta de programas de saúde sexual e reprodutiva, especialmente no que se refere à regulação da fecundidade e atenção profissional da gravidez e do parto. Oito países da região estabeleceram programas de saúde sexual e reprodutiva nesse período, entre eles o Peru e o Estado Plurinacional da Bolívia, onde se registra também uma importante diminuição das taxas de mortalidade materna.

O Plano Estratégico Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva 2009-2015 do Estado Plurinacional da Bolívia coloca como meta a redução da mortalidade materna e neonatal (além da diminuição da necessidade insatisfeita de contracepção e a cobertura universal de tratamento antirretroviral para pessoas que vivem com HIV) com o objetivo de alcançar a plena garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. O país implementou também o Plano Estratégico Nacional para Melhorar a Saúde Materna, Perinatal e Neonatal na Bolívia 2009-2015.

No Peru, foram tomadas várias medidas nos últimos anos: as resoluções ministeriais 207-2009 e 223-2009 e o Plano Estratégico Nacional para a Redução da Mortalidade Materna e Perinatal 2009-2015. Além disso, implementou-se a Resolução Ministerial 242-2009 do Ministério de Saúde, que estabelece um programa com cobertura nacional de distribuição de preservativos para usuários do sistema público de saúde.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A informação estatística sobre a gravidez na adolescência mostra lacunas, embora as pesquisas de demografia e saúde sejam uma das fontes de dados mais importantes na região para analisar o fenômeno com maior precisão. Nelas calcula-se a taxa de fecundidade, isto é, o número de nascimentos por mil mulheres em idade fértil (de 15 a 49 anos) no período de um ano. Outro indicador relevante é a porcentagem de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães.

A gravidez em menores de 15 anos é um dos temas mais invisibilizados na estatística, devido à falta de registros administrativos que permitam conhecer sua magnitude e características nos países da região. São necessárias estratégias para promover a publicação da informação existente sobre esta faixa etária e identificar as lacunas de informação.

A heterogeneidade da informação sobre gravidez adolescente entre os países da região apresenta um desafio metodológico relevante, que deve ser enfrentado com uma reconfiguração dos grupos etários, agregando um que vá de 10 a 14 anos⁴, de maneira a analisar o fenômeno crescente da precocidade sexual e seus efeitos. Esta análise obrigaria os países da região a avançar ainda mais na implementação de políticas públicas para enfrentar os problemas causados pela mortalidade materna, falta de serviços para fazer frente à violência sexual contra as mais jovens e as meninas, deficiente provisão de meios de planejamento familiar e as doenças de transmissão sexual, assim como a carência de serviços de atendimento com confidencialidade dirigidos a jovens.

6. Rumo ao controle da vida sexual e reprodutiva das mulheres

Outro dos indicadores que o OIG utiliza para medir a autonomia física das mulheres é a demanda insatisfeita de planejamento familiar. Esta demanda é estimada considerando as mulheres de 15

⁴ Embora alguns países tenham este dado nos registros virtuais onde se inclui a idade da mãe, não é possível fazer comparações regionais.

a 49 anos, casadas ou em união consensual, que não desejam ter mais filhos ou que adiarão o seguinte nascimento de um filho, mas que não estão usando nenhum método de planejamento familiar, em relação ao número de mulheres em idade reprodutiva, de 15 a 49 anos, casadas ou em união consensual.

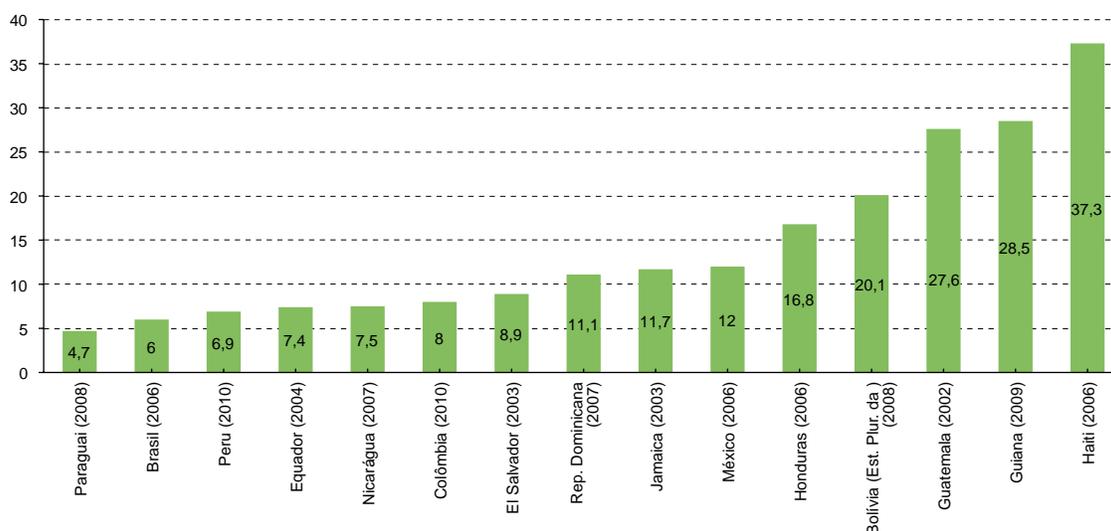
A necessidade insatisfeita de planejamento familiar é medida a partir de dados colhidos nas pesquisas especiais, como as pesquisas de demografia e saúde, as pesquisas de saúde reprodutiva e as pesquisas nacionais baseadas em metodologias similares.

No âmbito das metas de saúde dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a necessidade não satisfeita de planejamento familiar é um indicador de grande importância, embora poucos países da região contem com esta informação, especialmente no Caribe, onde só três países dispõem de dados.

Como se observa no gráfico I.7, o Haiti encabeça a lista de países com maior demanda insatisfeita de planejamento familiar, com 37,3%, o que significa que quase quatro de cada dez mulheres não têm acesso a planejamento familiar. Também apresentam altos níveis de demanda insatisfeita Guiana com 28,5%, Guatemala com 27,6% estáveis no tempo, Bolívia (Estado Plurinacional da) com 20,1% e Honduras com 16,8%.

Apesar das cifras mencionadas, a demanda insatisfeita de planejamento familiar diminuiu na maioria dos países. Assim, tanto no Estado Plurinacional da Bolívia como no Haiti os indicadores de acesso aos métodos de planejamento familiar melhoraram nos últimos anos; na atualidade, uma em cada cinco bolivianas adultas não tem acesso aos métodos de planejamento familiar, enquanto em 2004 uma em cada quatro mulheres casadas ou em união consensual se encontrava nessa situação.

GRÁFICO I.7
AMÉRICA LATINA (12 PAÍSES) E CARIBE (3 PAÍSES): DEMANDA INSATISFEITA DE
PLANEJAMENTO FAMILIAR
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em Nações Unidas, Base de dados dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

Nos outros países ocorre uma leve diminuição da demanda insatisfeita de planejamento familiar; não obstante, em Honduras e no México existe um aumento da necessidade não satisfeita de anticoncepcionais, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde se registra uma considerável queda entre 1996 e 2006. Destaca-se a constante queda da demanda insatisfeita no Paraguai, onde já havia ocorrido uma redução significativa entre 1998 e 2004 (de 20%) e onde em 2008 se observou uma nova queda de quase 2 pontos (de 6,6% para 4,7%).

Entre as razões que explicam a demanda insatisfeita de planejamento familiar, estão a maior demanda e a insuficiente oferta de serviços de saúde reprodutiva, a falta de apoio do cônjuge e os custos e dificuldades do acesso aos métodos contraceptivos em alguns países.

BOXE I.6 RUMO À CAIRO+20

Em 1994, na década das grandes conferências das Nações Unidas, realizou-se no Cairo a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), a primeira a incluir na agenda os temas da saúde reprodutiva sob um enfoque de direitos, isto é, além do componente demográfico.

A partir do Cairo e seu Programa de Ação, aumentou o interesse mundial nas políticas e programas de saúde reprodutiva. Isto deu lugar à institucionalização de programas nacionais de saúde reprodutiva e sexual criados em muitos países da região como resultado do estímulo e da reflexão após a Conferência do Cairo. A promoção da saúde reprodutiva e dos direitos reprodutivos passou a fazer parte da agenda de políticas públicas. Estes compromissos assumidos primeiro no Cairo e depois em Pequim (1995) foram ratificados, a cada três anos, nas conferências regionais sobre a mulher da América Latina e do Caribe.

Neste sentido, no Consenso de Lima (2000) —ratificado nas sucessivas conferências— os governos se comprometem a “garantir a proteção dos direitos humanos das mulheres, inclusive os direitos sexuais e reprodutivos, e fazer frente às violações destes direitos prestando particular atenção a todas as formas de violência com base no gênero e a suas causas básicas, incluindo a reprodução de uma cultura de violência” e a “formular e aperfeiçoar programas destinados a proteger a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, em conformidade com as disposições adotadas no Cairo pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e em Pequim pela Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher”.

Na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília em julho de 2010, um dos acordos visava a promoção da saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Nesse contexto, propôs-se a inclusão de recursos nos orçamentos públicos para ampliar a oferta pública de serviços de saúde de qualidade; o melhoramento das leis e seus respectivos regulamentos; a garantia de acesso a serviços integrais de saúde sexual e reprodutiva, assim como à educação sexual; a revisão das leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se submeteram a abortos; o fortalecimento de programas que previnam a mortalidade materna e assegurem o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, especialmente para adolescentes e mulheres indígenas e afrodescendentes, entre outros.

Neste sentido, depois de ratificados os acordos do Cairo em sucessivas conferências mundiais e regionais, a região se encontra frente ao desafio de dar seguimento a seu cumprimento e a seus consequentes avanços na superação das desigualdades de gênero.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

C. Paridade: uma longa espera

Os indicadores de autonomia na tomada de decisões do OIG medem e quantificam a presença ou ausência das mulheres nos níveis mais altos da tomada de decisões dos Estados da região.

BOXE I.7 INDICADORES DE AUTONOMIA NA TOMADA DE DECISÕES

- Poder executivo: porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais.
- Poder legislativo: porcentagem de mulheres no principal órgão legislativo nacional.
- Poder judiciário: porcentagem de ministras no máximo tribunal de justiça ou corte suprema.
- Poder local: porcentagem de prefeitas eleitas.
- Poder local: porcentagem de vereadoras eleitas.
- Países que assinaram e ratificaram o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- Nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher^a.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.

^a O indicador nível hierárquico dos mecanismos para o avanço da mulher foi extensamente tratado no relatório anual de 2011 e não apresenta alterações significativas no período analisado.

A autonomia na tomada de decisões é um conceito que se refere à presença das mulheres nos diversos espaços deliberativos dos níveis dos poderes do Estado e às medidas orientadas a promover sua participação plena e em igualdade de condições.

Conforme assinalado em outros relatórios (CEPAL, 2011c), a participação das mulheres nas legislaturas aumentou em quase todos os países da região nas últimas duas décadas, o que se deve em grande medida à ação afirmativa, neste caso em particular às leis de cotas. Embora a presença das mulheres tenha aumentado como média regional, em geral é mais baixa do que se estabelece nas leis vigentes. A representação das mulheres nas prefeituras, embora tenha aumentado nos últimos anos, supera levemente 10%. Nos conselhos municipais, por outro lado, a participação das mulheres chega a 22%, o que constitui um aumento de quase 10% em dez anos.

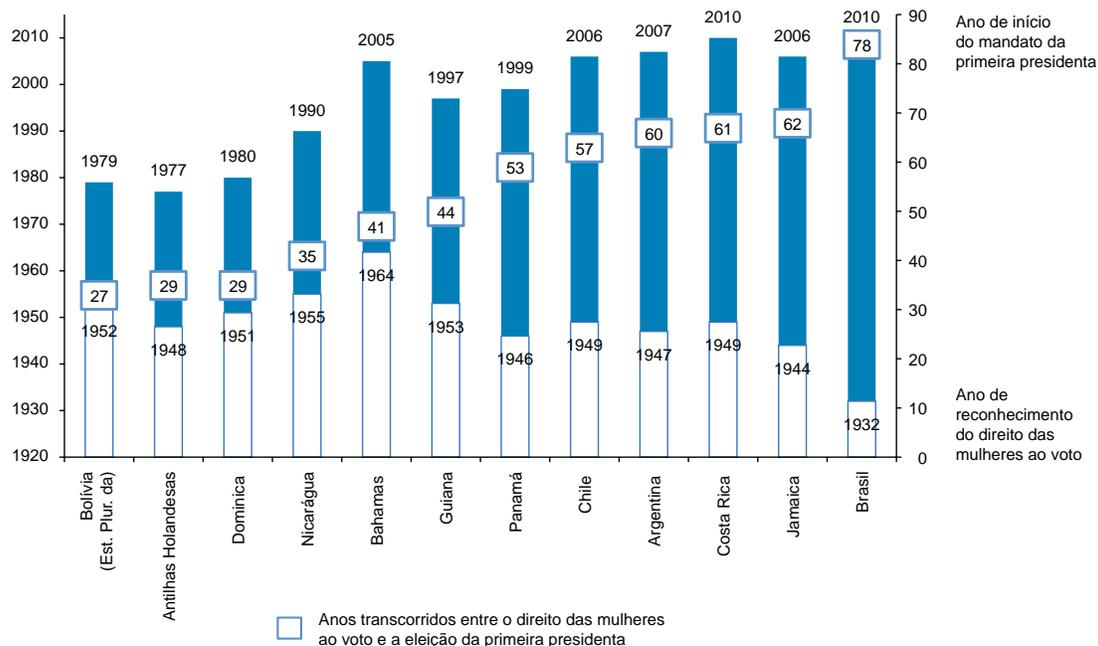
O aumento da presença das mulheres na presidência dos governos da região, no parlamento, no poder judiciário e outros âmbitos de tomada de decisões faz parte da presença e do reconhecimento de um novo sujeito da política e das mudanças que experimentam as democracias da região, o que modificou a imagem e a atividade dos espaços de poder. Nos últimos seis anos, foram eleitas presidentas seis mulheres na América Latina e no Caribe⁵. Este processo acabou com a crença de que as mulheres eram incapazes de governar e tomar decisões. Hoje, pelo contrário, existe uma grande valorização da presença das mulheres nos mais altos cargos de tomada de decisões.

A mudança política e cultural que representa a eleição democrática de mulheres para a presidência, assim como o número crescente de candidatas com possibilidades de serem eleitas, é significativo se

⁵ Em 2006 Michelle Bachelet elegeu-se Presidenta do Chile e Portia Simpson-Miller foi nomeada Primeira-Ministra da Jamaica. Cristina Fernández de Kirchner é Presidenta da Argentina desde 2007 e desde 2010 três mulheres foram eleitas para dirigir seus países: Laura Chinchilla e Dilma Rousseff como presidentas da Costa Rica e do Brasil, respectivamente, e Kamla Persad-Bissessar como Primeira-Ministra de Trinidad e Tobago.

considerarmos que entre a obtenção do direito de voto e a eleição de uma mulher na presidência tiveram que passar várias décadas, como se observa na experiência de diversos países da região (veja o gráfico I.8).

GRÁFICO I.8
AMÉRICA LATINA E CARIBE: CRONOLOGIA DO RECONHECIMENTO DO SUFRÁGIO UNIVERSAL E ACESSO DAS MULHERES À PRESIDÊNCIA



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, janeiro de 2013.

Efetivamente, embora já em 1929 as mulheres equatorianas tivessem conquistado seu direito de voto, a América Latina teve que esperar 61 anos para ver a primeira mulher presidenta eleita em votação popular na região, Violeta Barrios de Chamorro na Nicarágua (1990). No Caribe, os primeiros sinais apareceram com Lucinda da Costa Gómez-Matheeus, que foi eleita Primeira-Ministra das Antilhas Holandesas em 1977. Na Guiana, passaram-se mais de 40 anos desde a aprovação do voto feminino em 1953 até que Janet Rosenberg Jagan chegou à presidência em 1997. Portia Simpson-Miller conseguiu ocupar o cargo de Primeira-Ministra da Jamaica 62 anos depois que as jamaicanas começaram a participar dos comícios eleitorais (CEPAL, 2010b).

Na América Latina, quatro mulheres foram eleitas por voto popular como presidentas desde 2000. No Brasil, por exemplo, passaram-se 78 anos desde que as mulheres exerceram seu direito de voto pela primeira vez até que uma mulher foi eleita para o cargo de máximo poder no país. Na Argentina e Costa Rica, a distância entre o direito de voto e a primeira mulher presidenta foi de 60 anos, enquanto no Chile passaram-se 57 anos.

Atualmente, as comunidades políticas e suas lideranças valorizam positivamente a participação de mulheres e as mudanças que introduzem ao exercer os mais altos cargos públicos. Assim, o crescimento econômico da América Latina coexiste com poderes executivos em que há mulheres investidas nos mais altos cargos, aos quais tiveram acesso pela via eleitoral.

Os mecanismos de ação positiva, como as leis de cotas, marcaram a agenda do movimento de mulheres na década de 1990, gerando um campo político novo na região. Aumentou a presença de

mulheres e, junto a isso, a massa crítica necessária para incidir na formulação de políticas públicas e legislações, o que em muitos âmbitos reduziu de forma considerável as desigualdades de gênero. Além das próprias mulheres, muitos homens valorizam positivamente sua presença como protagonistas nas instituições políticas.

A paridade na agenda política, instalada pelos governos da região, marca a vontade dos diversos setores políticos e sociais de “alcançar a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação e representação social e política [...] e constitui uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres” (CEPAL, 2007). Hoje podemos reconhecer conquistas, mas também é possível analisar a situação desigual da participação das mulheres entre países, comprovar a ausência de mecanismos de participação política em alguns e continuar formulando recomendações aos Estados, para promover os direitos políticos das mulheres.

Uma visão sobre a representação política das mulheres pode ser obtida a partir da rodada de consultas sobre a paridade política a líderes de opinião que a CEPAL realizou entre 2008 e 2011, na qual se confirma que uma ampla maioria é a favor das ações afirmativas, como as cotas e seus mecanismos de aplicação. De fato, na última “Consulta a líderes de opinião da América Latina sobre a participação política das mulheres e a paridade” (CEPAL, 2011d), 64% dos líderes consultados afirmaram apoiar as leis de cotas para promover a participação política das mulheres, que em sua opinião devem continuar sendo promovidas, da mesma forma que o financiamento das candidaturas de mulheres.

No que se refere à qualidade da participação das mulheres, as elites reconhecem que as ações afirmativas tiveram um impacto positivo, fortalecem a democracia e democratizam a tomada de decisões somente pelo fato do ingresso de um novo sujeito político.

1. As ministras

A agenda sobre paridade teve um impacto heterogêneo na composição dos gabinetes ministeriais nos países da América Latina e do Caribe. Dependendo da decisão presidencial, a nomeação de ministras não se consolidou como uma prática comum e, a partir de 2006, a presença de mulheres nos gabinetes ministeriais não se manteve constante, mas caiu como média regional de 26% nesse ano para 18% em 2011⁶.

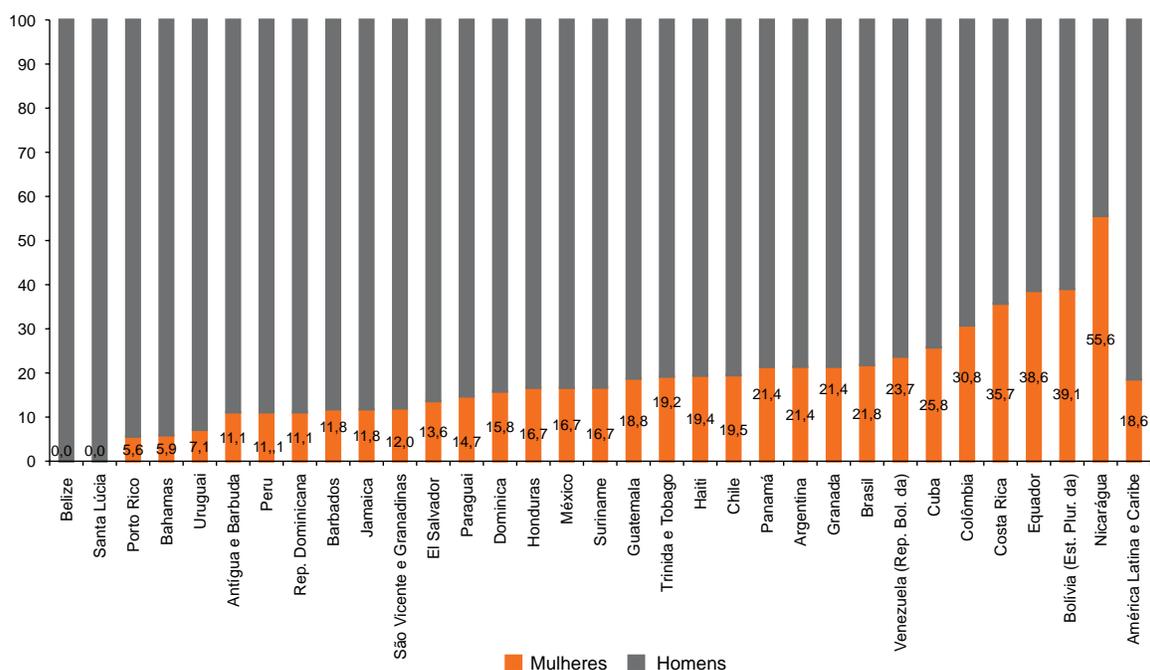
O indicador do OIG referente ao poder executivo assinala a evolução do acesso das mulheres aos cargos de tomada de decisões no mais alto nível desse poder do Estado. Permite ter uma visão aproximada da decisão política dos governos a respeito da participação das mulheres em cargos de alto nível na tomada de decisões e observar o tipo de ministérios que lhes é atribuído. O indicador mostra a evolução da participação das mulheres nos gabinetes nos três últimos períodos presidenciais sobre os quais se dispõe de informação.

No último período presidencial, considerando a informação disponível em dezembro de 2011, alguns países têm presença significativa de mulheres nos gabinetes ministeriais; a Nicarágua lidera as cifras com um gabinete integrado em 55,6% por mulheres; seguem-se o Estado Plurinacional da Bolívia com 39,1%, Equador com 38,6%, Costa Rica com 35,7% e Colômbia com 30,8%. Nos

⁶ Os governos de Evo Morales (2006-2010) no Estado Plurinacional da Bolívia, Michelle Bachelet (2006-2010) no Chile, Laura Chinchilla (2010-2014) na Costa Rica, Rafael Correa (2009-2013) no Equador, Alan García (2006-2011) no Peru, Hugo Chávez (2007-2013) na República Bolivariana da Venezuela e José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2008 e 2008-2012) na Espanha estabeleceram a paridade como objetivo explícito e a mantiveram ao longo de seus períodos presidenciais. Se entendermos que a paridade é um conceito político e não aritmético, a saída de ministras após alguma crise de gabinete, na medida em que não rompa um equilíbrio razoável, não impede continuar caracterizando de paritário o gabinete em questão (Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe [on-line] <http://www.cepal.org/oig/>, 2010).

três primeiros países mencionados, a paridade ou a igualdade de gênero foi incorporada nas cartas constitucionais como medida para todos os níveis estatais de tomada de decisões. Por outro lado, no caso da Costa Rica, onde se registra uma queda entre os dois últimos períodos presidenciais de 45% para 36%, pode-se indicar que, apesar da ação afirmativa estar instalada e com resultados positivos há mais de uma década no âmbito legislativo, isso não se traduziu na manutenção da paridade neste nível do executivo.

GRÁFICO I.9
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES) E CARIBE (12 PAÍSES): PARTICIPAÇÃO DE MULHERES
EM GABINETES MINISTERIAIS NO ÚLTIMO PERÍODO PRESIDENCIAL,
DEZEMBRO DE 2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

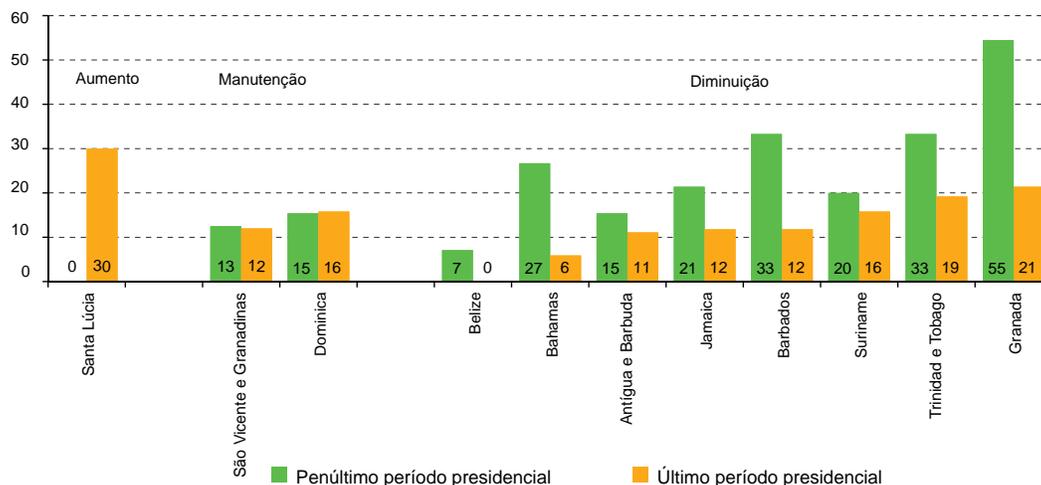
No caso dos países da Península Ibérica, a paridade no executivo que se registrava em 2010 baixou levemente, de uma média de 33% a uma média de 29%, sustentada pela média de 30% de Andorra e Portugal que se mantêm estável, já que na Espanha a participação de mulheres no gabinete baixou de 47,8% para 28,6%.

Como tendência, no Caribe observa-se uma diminuição da porcentagem de ministras em 8 dos 11 países entre os dois últimos períodos de governo. Somente em Santa Lúcia existe uma maior presença de mulheres ministras, enquanto na Dominica e São Vicente e Granadinas a porcentagem se mantém praticamente estável e abaixo da média regional.

No caso da América Latina, observa-se um contundente aumento da participação de mulheres em gabinetes ministeriais em dez países e uma diminuição em sete países. Entre estes últimos, destacam-se Honduras, onde a presença de mulheres no gabinete do Presidente Porfirio Lobo (2010-2014) baixou para 17% de participação em relação aos 47% que se registravam no gabinete do Presidente José Manuel Zelaya (2005-2010), e Chile, onde a porcentagem de ministras durante o período presidencial de Sebastián

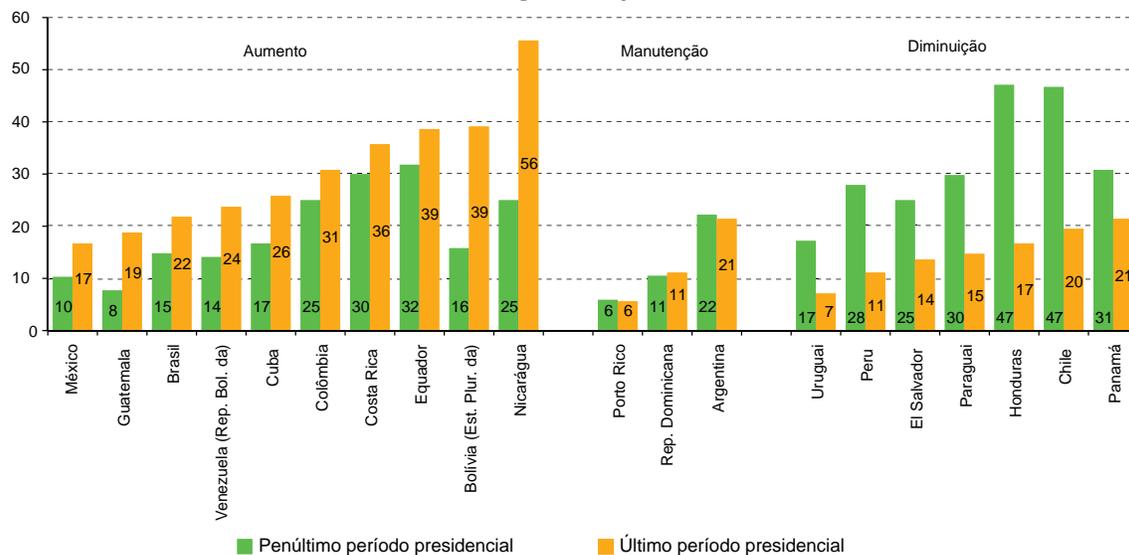
Piñera (2010-2014) se reduziu em 27 pontos percentuais em comparação com o período anterior, passando de 47% para 20%. Também se observa uma diminuição considerável no Paraguai durante o mandato de Fernando Lugo (2008-2012), de 15 pontos percentuais.

GRÁFICO I.10
CARIBE (11 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM GABINETES
MINISTERIAIS NOS ÚLTIMOS DOIS PERÍODOS PRESIDENCIAIS, DEZEMBRO DE 2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

GRÁFICO I.11
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES
EM GABINETES MINISTERIAIS NOS ÚLTIMOS DOIS PERÍODOS PRESIDENCIAIS,
DEZEMBRO DE 2011
(Em porcentagens)



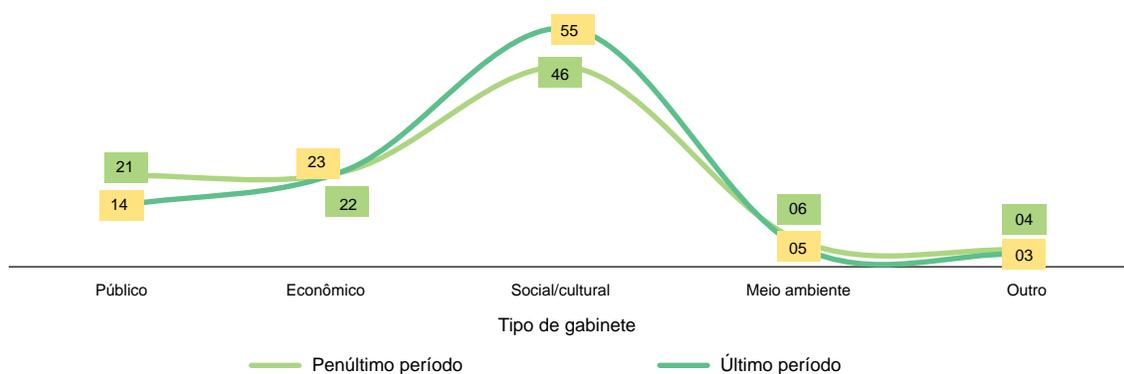
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

O gráfico I.12 mostra a distribuição das ministras segundo o tipo de gabinete ministerial ao qual foram convocadas. Observa-se que, tanto na América Latina como no Caribe e na Península Ibérica, as mulheres são chamadas em sua maioria para dirigir gabinetes da área social e cultural (55%) e, em menor medida, gabinetes políticos e econômicos.

No Caribe somente em quatro países há ministras na área política ou econômica e em muitos casos só há uma ministra mulher por área. Da mesma forma que no resto da região, a presença das ministras no Caribe se concentra na área social e cultural.

Esta distribuição, longe de ter mudado nos últimos dois períodos presidenciais, tende a acentuar a concentração das mulheres nos gabinetes da área social e cultural. Efetivamente, na América Latina durante o penúltimo período presidencial 47% das ministras se concentravam nesta área, proporção que aumentou para 55% no último período (considerado até dezembro de 2011).

GRÁFICO I.12
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES): DISTRIBUIÇÃO DE MINISTRAS SEGUNDO O TIPO DE GABINETE NOS ÚLTIMOS DOIS PERÍODOS PRESIDENCIAIS, DEZEMBRO DE 2011^{ab}
(Em porcentagens)



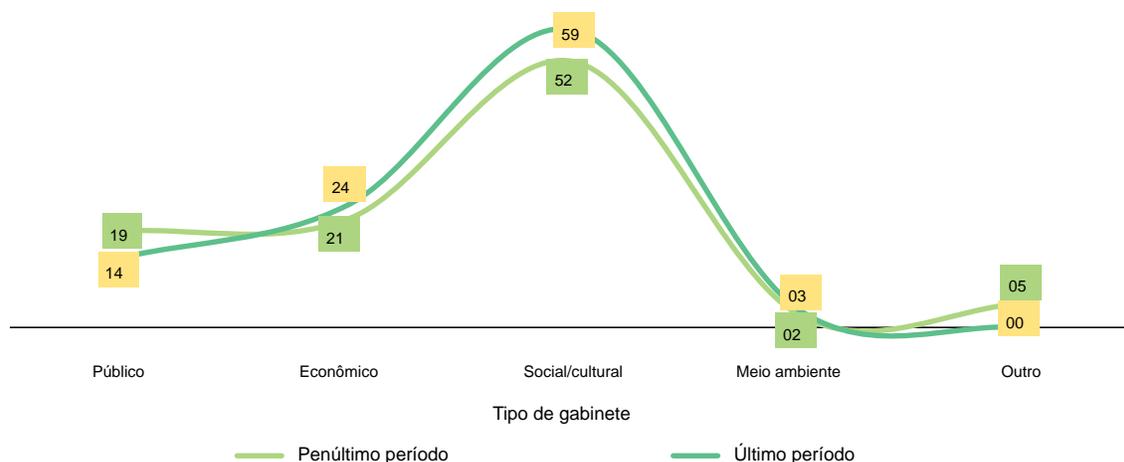
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

^a Os países incluídos são: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e República Bolivariana de Venezuela.

^b O gabinete político inclui os ministérios do interior, relações exteriores, justiça e previdência, entre outros. O gabinete econômico inclui os ministérios de economia, fazenda, indústria, agricultura, pesca, obras públicas, turismo e meios de comunicação, entre outros. O gabinete social e cultural inclui os ministérios de desenvolvimento social e planejamento, trabalho, cultura, ministério ou secretaria da mulher, esporte, ciência e tecnologia. O gabinete de meio ambiente inclui os ministérios da mesma área. A categoria “outro” inclui os ministérios que não são homologáveis entre países, por exemplo, iniciativas governamentais como ministérios da transparência ou gestão de riscos, entre outros.

No Caribe, a situação é análoga. No último período presidencial (dezembro de 2011), 59% das ministras se concentravam na área social e cultural, frente a 52% no período presidencial anterior. Ao mesmo tempo, a porcentagem de ministras na área política diminuiu de 19% para 14% no último período presidencial.

GRÁFICO I.13
CARIBE (11 PAÍSES): DISTRIBUIÇÃO DE MINISTRAS SEGUNDO O TIPO DE
GABINETE NOS ÚLTIMOS DOIS PERÍODOS PRESIDENCIAIS, DEZEMBRO DE 2011^{ab}
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

^a Os países incluídos são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Haiti, Jamaica, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname e Trinidad e Tobago.

^b O gabinete político inclui os ministérios do interior, relações exteriores, justiça e previdência, entre outros. O gabinete econômico inclui os ministérios de economia, fazenda, indústria, agricultura, pesca, obras públicas, turismo e meios de comunicação, entre outros. O gabinete social e cultural inclui os ministérios de desenvolvimento social e planejamento, trabalho, cultura, ministério ou secretaria da mulher, esporte, ciência e tecnologia. O gabinete de meio ambiente inclui os ministérios da mesma área. A categoria “outro” inclui os ministérios que não são homologáveis entre países, por exemplo, iniciativas governamentais como ministérios da transparência ou gestão de riscos, entre outros.

Na Península Ibérica observa-se um aumento similar da concentração de ministras na área social, de 52% para 59%, entre os dois últimos períodos presidenciais. A proporção de ministras na área econômica, por sua vez, é a que registra a queda mais importante, de 15% para 8% entre esses períodos.

2. As parlamentares

Na história das instituições parlamentares da América Latina e do Caribe, a primeira vez que uma mulher foi nomeada presidenta de um parlamento na região foi no Uruguai em 1963 e a última foi quase 50 anos mais tarde em Barbados, em 2012. Estes dados mostram a diversidade de situações na região e indicam como é recente a chegada das mulheres ao máximo nível do poder legislativo em alguns países. Na maioria deles, a nomeação de uma mulher como presidenta do parlamento ocorreu na década de 1990.

Na atualidade há instituições parlamentares em 190 países do mundo e só 39 mulheres exercem a sua presidência. Considerando que 77 são bicamerais, pode-se dizer que 14% das presidências de parlamentos no mundo estão ocupadas por mulheres. Os países da América Latina e do Caribe que na atualidade têm uma presidenta no parlamento são: Antígua e Barbuda (Câmara de Representantes e Senado), Bahamas (Senado), Barbados (Senado), Estado Plurinacional da Bolívia (Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia), Dominica (Câmara da Assembleia) e Suriname (Assembleia Nacional).

QUADRO I.2
CRONOLOGIA DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO DE UMA MULHER COMO PRESIDENTA
DO PARLAMENTO NA HISTÓRIA PARLAMENTAR NACIONAL

América Latina	Uruguai	1963	Caribe	Dominica	1980	Península Ibérica		
	Argentina	1973		São Tomé e Príncipe	1980		Espanha	1999
	Bolívia (Estado Plurinacional da)	1979		Belize	1984		Portugal	2002
	Costa Rica	1986		Jamaica	1984			
	Nicarágua	1990		Granada	1990			
	Guatemala	1991		Trinidad e Tobago	1991			
	El Salvador	1994		Antígua e Barbuda	1994			
	México	1994		Bahamas	1997			
	Panamá	1994		Suriname	1997			
	Peru	1995		Saint Kitts e Nevis	2004			
	Venezuela (República Bolivariana da)	1998		Santa Lúcia	2007			
	República Dominicana	1999		Barbados	2012			
	Chile	2002						

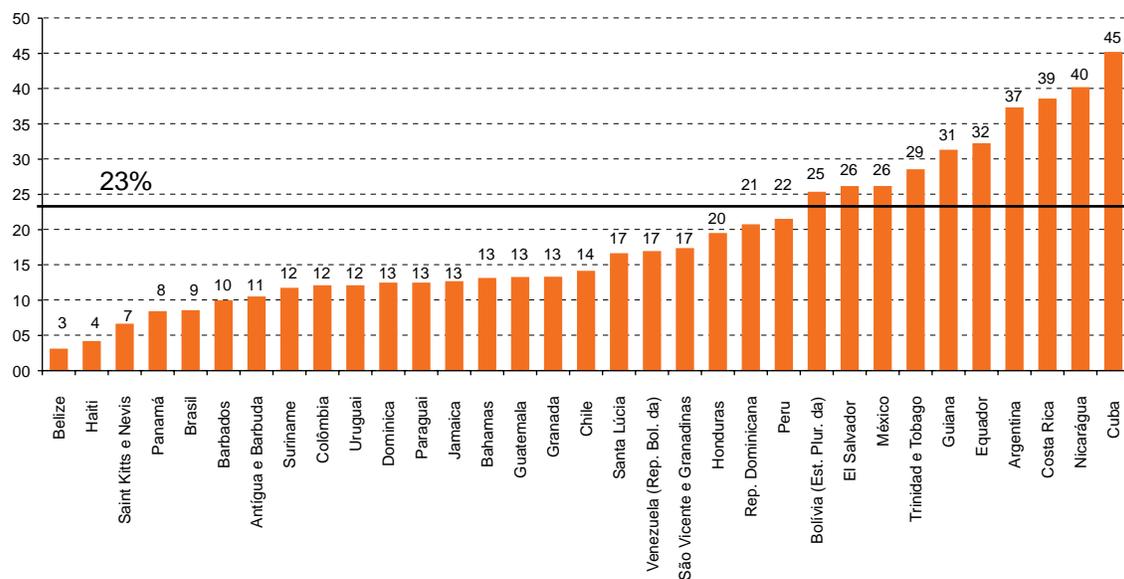
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da União Interparlamentar [on-line] <http://www.ipu.org/wmn-f/speakers.htm>.

A representação parlamentar das mulheres na América Latina e no Caribe começa a elevar-se a partir da década de 2000, como resultado das leis de cotas. Na região, a cota ou a paridade para cargos de eleição popular foi tipificada em 14 países⁷. Até o momento, 12 países a implementaram e o Uruguai a implementará em 2014.

A proporção de mulheres que integram os parlamentos nacionais, como média regional, de 23,2% em 2012, é superada por 10 dos 33 países. Entre eles estão Argentina (37%), Costa Rica (39%), Equador (32%), Estado Plurinacional da Bolívia (25%) e México (26%); todos eles implementaram leis de cotas ou de paridade. Também se observam resultados significativos em Cuba (45%) e na Nicarágua, onde a proporção de mulheres no parlamento aumentou quase o dobro, de 21% para 40%, nas últimas eleições.

⁷ Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

GRÁFICO I.14
AMÉRICA LATINA (19 PAÍSES) E CARIBE (14 PAÍSES): MULHERES ELEITAS NOS
PARLAMENTOS NACIONAIS, CÂMARA ÚNICA OU CÂMARA BAIXA, 2012
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em dados da União Interparlamentar, dezembro de 2012.

No entanto, são ainda numerosos os países que mantêm uma baixa participação de mulheres no poder legislativo (em 17 países, as parlamentares representam menos de 15%), sem mostrar variações significativas ao longo do tempo.

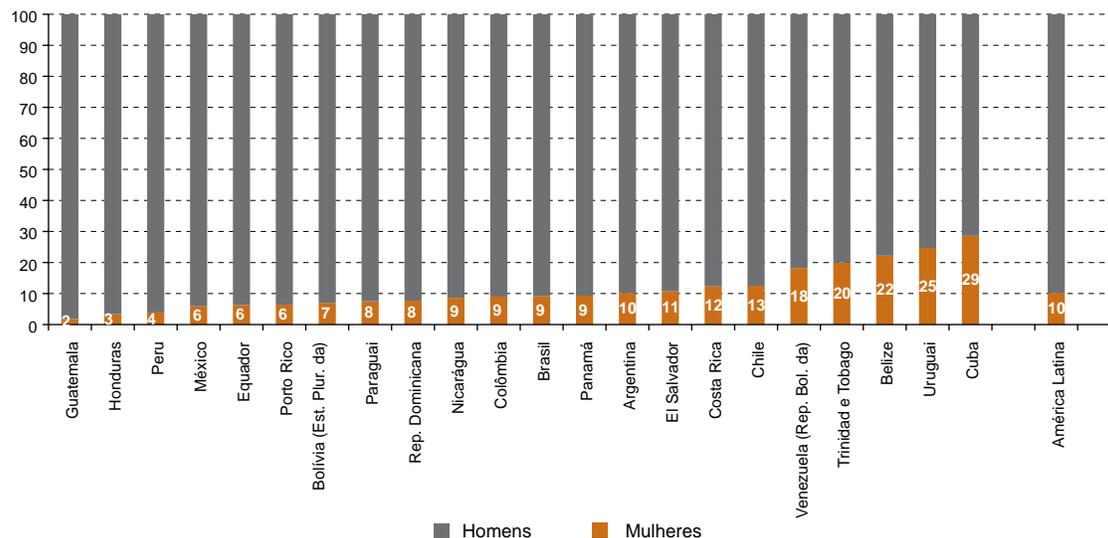
Na Península Ibérica, a proporção de parlamentares mulheres, como média, aumentou de 33% para 38%, em resultado do aumento registrado em Andorra, onde a presença de mulheres passou de 36% para 50% em 2012. Na Espanha e Portugal mantém-se uma proporção de parlamentares mulheres estável, de 36% e 29%, respectivamente.

3. As autoridades municipais

No que diz respeito aos governos locais, a participação das mulheres no nível executivo local se mantém baixa. Entre 2009 e 2011, a média regional mostrou um leve aumento de 8,4% para 10,2%, que se explica pelo aumento de prefeitas eleitas nas últimas eleições municipais realizadas na Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Peru.

Este resultado tem duas dimensões. Por um lado, só 2.173 mulheres foram eleitas como prefeitas em um total de 18.665 municípios da região, o que mostra as dificuldades que existem para gerar condições que favoreçam uma maior participação das mulheres no âmbito governamental onde se tomam as decisões e se manejam os recursos locais. Por outro lado, o contingente de mais de 400 mulheres que chegam pela primeira vez à prefeitura é muito significativo no contexto regional e dos países assinalados.

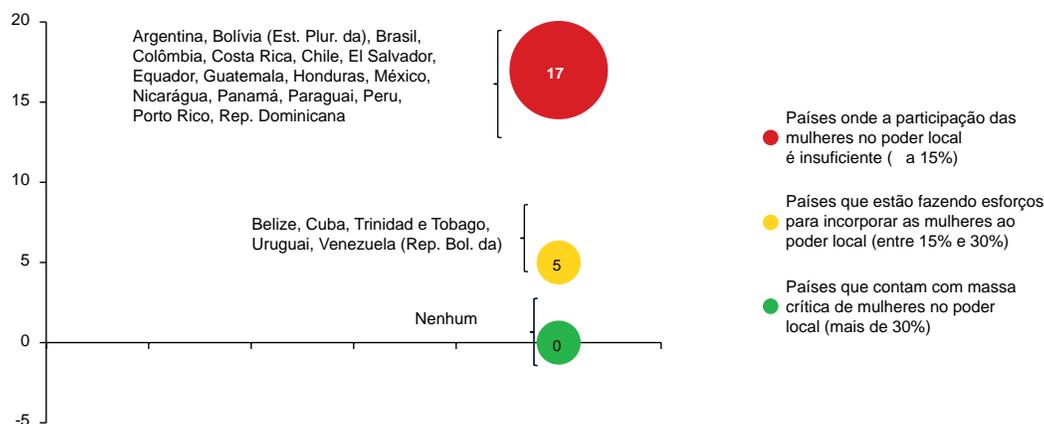
GRÁFICO I.15
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES) E CARIBE (2 PAÍSES): PREFEITAS ELEITAS, 2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

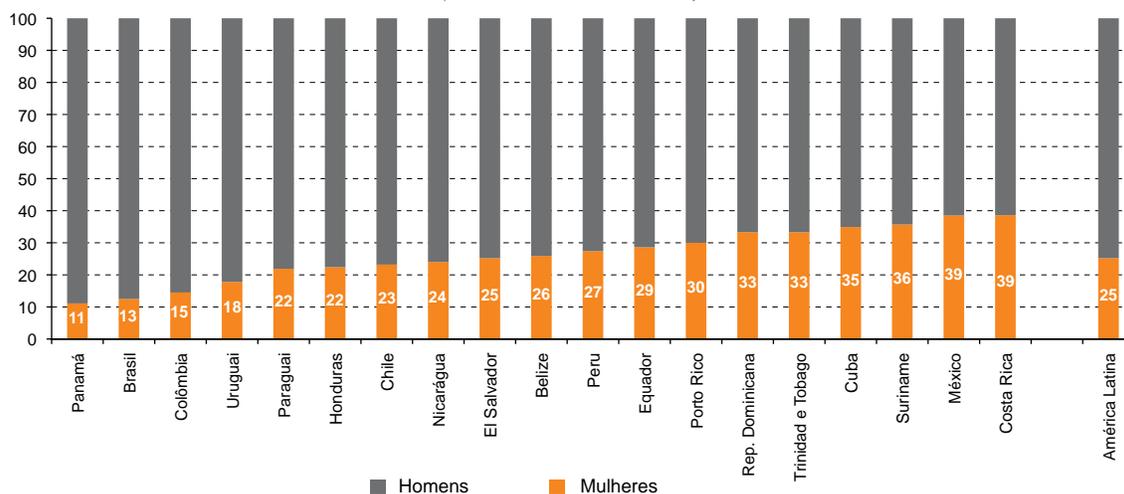
No entanto, como avaliação geral com base neste indicador, pode-se afirmar que na grande maioria dos países da região não existe uma massa crítica de mulheres nos cargos mais altos do poder local, já que em 17 países de 22 a proporção de prefeitas eleitas é inferior a 15%. Ao mesmo tempo, um número menor de países está fazendo esforços para incorporar as mulheres neste âmbito, como o assinala o fato de que neles as mulheres eleitas alcançam uma participação entre 15% e 30% do total de prefeitos eleitos (veja o gráfico I.16). Porém, nenhum país conseguiu ultrapassar a barreira de 30% de municípios dirigidos por uma mulher.

GRÁFICO I.16
AMÉRICA LATINA E CARIBE (22 PAÍSES): NÚMERO DE PAÍSES COM MASSA CRÍTICA DE PREFEITAS ELEITAS NO PODER LOCAL
(Em números absolutos)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

GRÁFICO I.17
AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES) E CARIBE (3 PAÍSES): PODER LOCAL, MEMBROS DO
CONSELHO MUNICIPAL
(Em números absolutos)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.

Nos conselhos deliberativos e consultivos, este indicador mostra avanços relevantes, em especial nos países latino-americanos, devido ao cumprimento da legislação sobre paridade. Na América Latina, como média, as mulheres ocupam 25,2% dos cargos de conselheiras municipais ou vereadoras. Entre os 19 países para os quais se conta com informação sobre este indicador, 7 países estão acima de 30%, entre eles Costa Rica e México, onde a participação das mulheres alcança 38,5%. A porcentagem de mulheres no poder local também ultrapassa 30% no Suriname (35%), em Cuba (35%), Trinidad e Tobago (33%), República Dominicana (33%) e Porto Rico (30%).

Diferentemente do que ocorria em 2010, quando só havia dois países com resultados acima de 30%, na atualidade há sete países acima desse patamar, como já se disse, e unicamente dois países abaixo de 15%.

No caso da Espanha, registra-se um aumento muito leve, de 2,4 pontos percentuais, na proporção de mulheres neste nível de governo.

4. As magistradas do poder judiciário

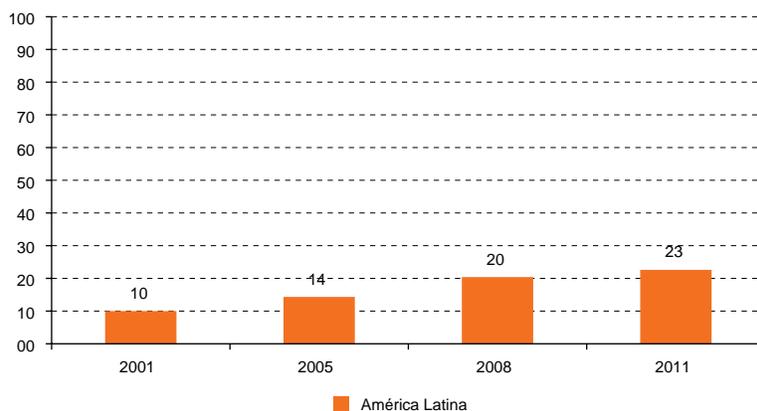
Na América Latina o poder judiciário é também um âmbito predominantemente masculino. Apesar disso, na última década a participação das mulheres nos máximos tribunais de justiça aumentou de forma considerável, de uma média de 10% em 2001 para 22,6% em 2011.

Na metade dos países da América Latina a presença de mulheres no máximo tribunal de justiça supera a média regional de 23%. Este é o caso do Chile (25%), Cuba (27%), República Dominicana (27%), Nicarágua (29%) e, com porcentagens ainda mais destacadas, El Salvador (33%), Costa Rica (35%), Porto Rico (43%) e República Bolivariana da Venezuela, que desde 2011 se aproxima da paridade, graças à designação de 44% de mulheres nos cargos de juízas do Supremo Tribunal de Justiça. Na Colômbia, a presença de juízas chega a 30%, porcentagem equivalente à cota de 30% que vigora a partir de 2010 para os cargos “de maior hierarquia nas entidades dos três ramos e órgãos do poder público”⁸.

⁸ Lei nº 581 de 2000.

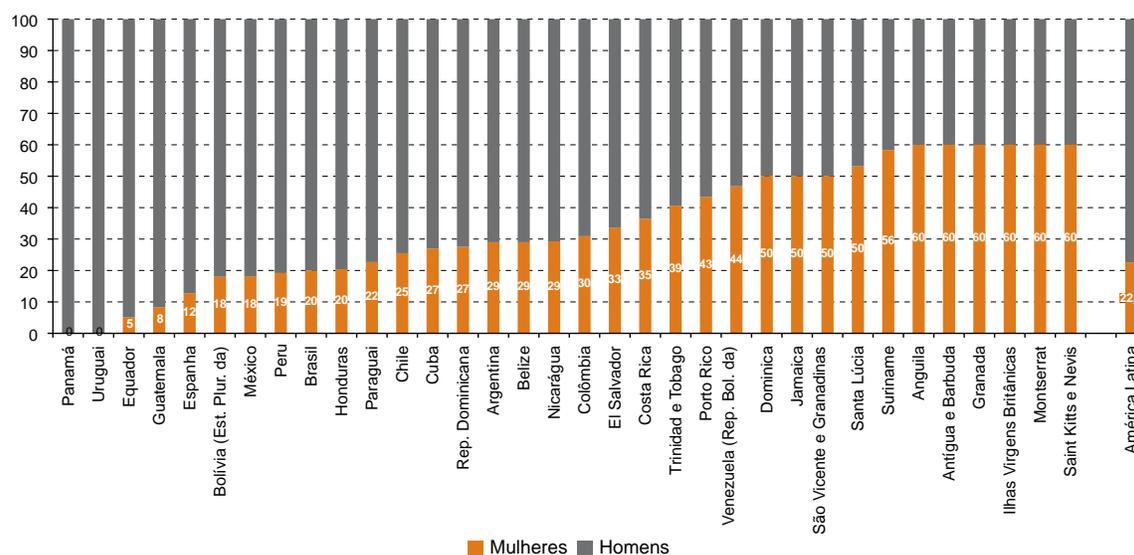
Nos países do Caribe, em muitos casos se alcançou e inclusive superou a paridade, com porcentagens que vão desde 30% a 60% de mulheres no máximo tribunal de justiça⁹.

GRÁFICO I.18
AMÉRICA LATINA (MÉDIA SIMPLES DE 20 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
DE MULHERES NO MÁXIMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2001-2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

GRÁFICO I.19
AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES) E CARIBE (13 PAÍSES E TERRITÓRIOS) E ESPANHA:
PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO MÁXIMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

⁹ No Caribe, seis países independentes (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia) e três territórios britânicos de ultramar (Anguila, Ilhas Virgens Britânicas e Montserrat) têm como máximo tribunal de justiça o Tribunal Supremo do Caribe Oriental, que administra o sistema judicial com base no direito anglo-saxão e nas leis escritas.

Os indicadores de autonomia na tomada de decisões evidenciam o lento, difícil e ao mesmo tempo progressivo caminho de construção de cidadania das mulheres e como elas foram se inserindo de maneira ativa na democratização da região. É um fato que as lideranças coletivas das mulheres se instalaram no cenário político do século 20 como um dos fenômenos mais relevantes da cultura política no âmbito mundial e que com o passar do tempo ocorreram significativos aumentos da presença e investimento das mulheres, que não se consolidam de maneira homogênea na região.

O quadro traçado nas páginas anteriores mostra a lenta incorporação das mulheres aos espaços de tomada de decisões nos poderes do Estado e revela que as médias regionais ou estão estagnadas ou evoluem muito lentamente, mas, sobretudo, que nenhum supera 25%. É um fato que as sociedades latino-americanas conseguiram instalar a presença de mulheres nos mais altos âmbitos de tomada de decisões e que essa presença está cada vez mais legitimada. No entanto, em cada realidade nacional estes processos se desenvolvem de maneira diferente e por isso corre-se o risco de que os poucos países que obtêm resultados positivos invisibilizem as situações mais críticas da região.

5. Assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Este indicador refere-se aos países da região que assinaram e ratificaram o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Adotado pela Assembleia Geral em 1999, o Protocolo Facultativo obriga os Estados signatários a reconhecer a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher para receber e considerar as queixas expressadas por pessoas ou grupos organizados da sociedade civil, o que constitui um mecanismo exigente de prestação de contas em matéria de atos de discriminação contra as mulheres, em comparação com o mecanismo vigente de apresentação de relatórios periódicos.

A ratificação do Protocolo Facultativo por parte dos países signatários da Convenção é, sem dúvida, o indicador mais claro da vontade política dos Estados para a plena aplicação da Convenção, posto que permite levar à prática o principal instrumento internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres, frente aos quais a comunidade internacional reconheceu que ainda se apresentam importantes discriminações expressas ou implícitas, por ação ou por omissão.

Embora todos os países da região tenham assinado e ratificado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o mesmo não ocorreu com seu Protocolo Facultativo, adotado em 1999, que —como seu nome o indica— não implica nenhuma obrigação de assinatura. Até o começo de 2007, a metade (17) dos 33 países da região havia assinado o Protocolo: Antígua e Barbuda, Argentina, Belize, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da). Por sua vez, Chile, Cuba e El Salvador assinaram o Protocolo Facultativo entre 1999 e 2001, sem que até hoje o tenham ratificado. Até janeiro de 2013, nenhum outro país da região o assinou ou ratificou. Esta situação indica que, em alguns casos, os Estados reconhecem os direitos das mulheres, mas não estão dispostos a adotar os instrumentos necessários para torná-los efetivos.

D. Pobreza de renda e pobreza de tempo

Os indicadores de autonomia econômica evidenciam a capacidade das mulheres de gerar renda e recursos próprios, a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens. Também

se considera neles a distribuição e uso do tempo e a contribuição das mulheres para a economia mediante o trabalho não remunerado.

BOXE I.8 INDICADORES DE AUTONOMIA ECONÔMICA

- População sem renda própria por sexo (população de 15 anos e mais que não recebe renda nem estuda, segundo sua condição de atividade).
- Tempo total de trabalho (número total de horas destinadas ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico não remunerado, desagregadas por sexo).

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe.

O indicador de renda própria reflete as barreiras e dificuldades que as mulheres enfrentam para ter acesso a renda mediante atividades remuneradas no mercado de trabalho, assim como a propriedade ou o crédito, entre outros. Nas medições tradicionais de pobreza costuma-se utilizar a renda per capita da família, procedimento que supõe uma distribuição homogênea da renda dentro das famílias, o que oculta a falta de autonomia das mulheres que não desempenham atividades remuneradas, dada sua dedicação exclusiva à criação de seus filhos e filhas e ao cuidado de outros familiares dependentes.

Em geral, a renda pessoal provém do trabalho remunerado dos trabalhadores (salários e rendimentos em dinheiro ou espécie), sejam assalariados ou independentes. Esta renda inclui também a renda derivada da propriedade de patrimônio físico ou financeiro. Por outro lado, temos a renda secundária, como aposentadoria, pensões, subsídios, benefícios familiares ou outros, assim como as transferências, sejam condicionadas ou entre famílias (pensão alimentícia e outras transferências da renda do trabalho e da propriedade). As remessas também constituem importantes fonte de renda (CEPAL, 2010a).

Este indicador não faz referência à qualidade de vida que as pessoas podem obter, já que em muitos casos quem recebe renda de trabalho se mantém no limite da pobreza, mostrando vulnerabilidade e demandando políticas de desenvolvimento e distribuição. Não obstante, é uma medida que reflete a fronteira entre a precariedade e desproteção das pessoas e o acesso à renda própria.

Por outro lado, as pesquisas de uso do tempo são a ferramenta mais importante disponível para medir a carga de trabalho não remunerado realizada diariamente nos países. Até muito pouco tempo atrás o trabalho não remunerado —realizado há séculos pelas mulheres— era um dado invisível nas sociedades e nas economias dos países.

O Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe recolhe os esforços dos países para medir o uso do tempo e sua distribuição entre homens e mulheres. Desde 2007, ano em que se criou o OIG, até hoje, aumentou o número de países que medem o uso do tempo. Hoje o OIG conta com informação atualizada até 2010 sobre nove países da região: no México já se dispõe de uma pesquisa e na Colômbia, Equador e Peru se avança rumo à sua implementação. Por outro lado, aumenta, ainda que lentamente, a preocupação política em desenvolver políticas e serviços para a população dependente (Vásquez, 2012; Sauma, 2012; Batthyany, Genta e Perrotta, 2012).

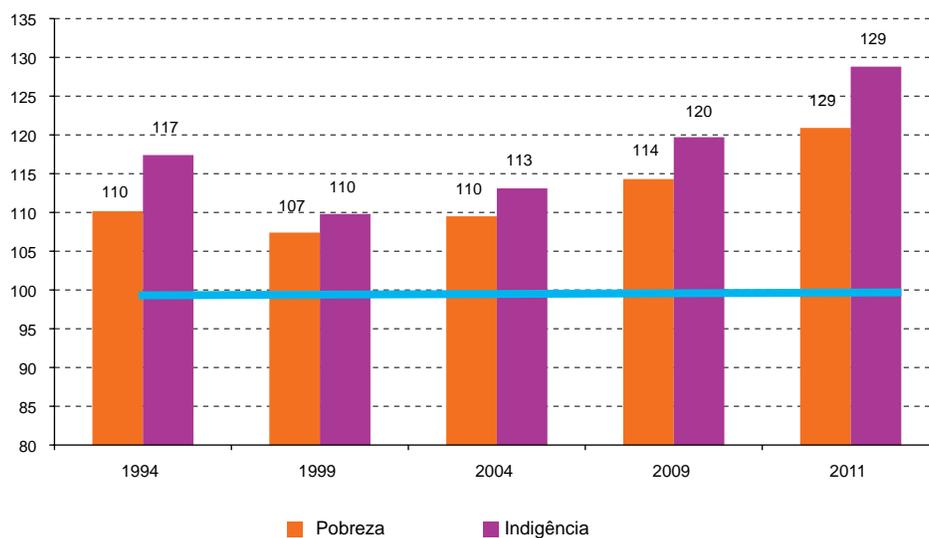
A visibilização do trabalho não remunerado é de suma importância, pois possibilita analisar sua redistribuição familiar e social e avançar na elaboração de insumos que permitam valorizá-lo e construir contas-satélite de produção (Gómez Luna, 2010). Por meio das pesquisas de uso do tempo (EUT) fortalecem-se a análise socioeconômica e a capacidade analítica do Sistema de

Contas Nacionais (SCN), na medida em que o critério principal se refere à fronteira da produção do SCN e à fronteira geral de produção, que inclui os serviços não remunerados que durante as 24 horas do dia são produzidos e consumidos no próprio lar e os destinados a outros lares (Gómez Luna, 2010).

O ingresso das mulheres na economia monetária nos últimos 50 anos teve um caráter maciço e obedeceu tanto à urgência de atender às necessidades básicas familiares como ao desejo de independência das mulheres, sobretudo das mais instruídas. A chamada jornada dupla é um traço característico da maioria do trabalho feminino, salvo quando o nível socioeconômico proporciona a possibilidade de contar com trabalho doméstico remunerado, que em geral é executado por mulheres.

A análise da autonomia econômica das mulheres evidencia um dos paradoxos mais típicos do desenvolvimento econômico e social na região. Enquanto muitos estudos (CEPAL, 2012a; CEPAL, 2012b) celebram o crescimento econômico e a redução da pobreza, costuma-se ignorar que ao mesmo tempo aumentou a proporção de mulheres entre os pobres e os mais pobres (veja o gráfico I.20). Por outro lado, a redução da pobreza em grande parte se deve à incorporação das mulheres a um mercado de trabalho desregulado, que lhes concede salários mais baixos do que para os homens. A brecha salarial persiste na região latino-americana e oscila em uma ampla categoria: no caso das mulheres peruanas, as rendas salariais são inferiores às dos homens em 25,1%; no caso das mulheres venezuelanas, a brecha é de apenas 2% (veja o gráfico I.21). A isso se soma uma crescente pobreza de tempo, como resultado da dificuldade para cobrir simultaneamente com o trabalho das mulheres as necessidades de renda monetária e as demandas de cuidado e trabalho reprodutivo nos lares.

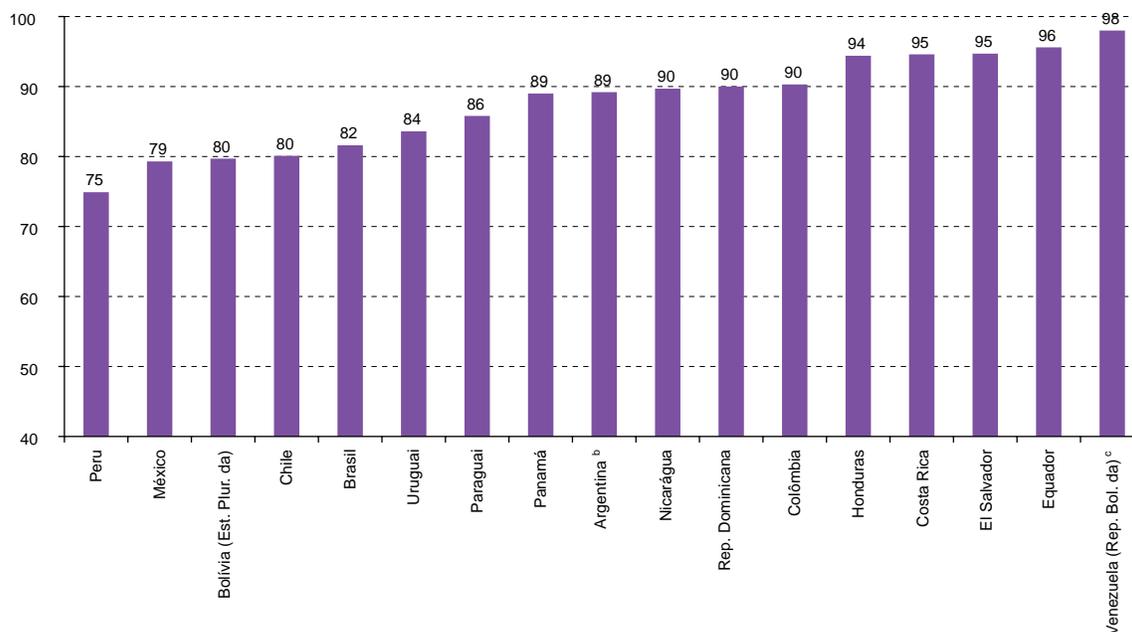
GRÁFICO I.20
AMÉRICA LATINA (MÉDIA SIMPLER DE 16 PAÍSES)^a: ÍNDICE DE FEMINILIDADE DA
POBREZA E INDIGÊNCIA, EM TORNO DE 1994 A 2011
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

GRÁFICO I.21
AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES): PROPORÇÃO DO SALÁRIO DAS MULHERES EM
COMPARAÇÃO COM O DOS HOMENS, EM TORNO DE 2011^a
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Corresponde à proporção do salário médio das mulheres assalariadas urbanas de 20 a 49 anos de idade que trabalham 35 horas ou mais por semana, em relação ao salário dos homens em igual situação. Os dados correspondem a 2011, salvo nos casos de El Salvador, Honduras e México, que correspondem a 2010, e Estado Plurinacional da Bolívia e Nicarágua, que correspondem a 2009 (não existem dados recentes da Guatemala).

^b Corresponde a 31 aglomerações urbanas.

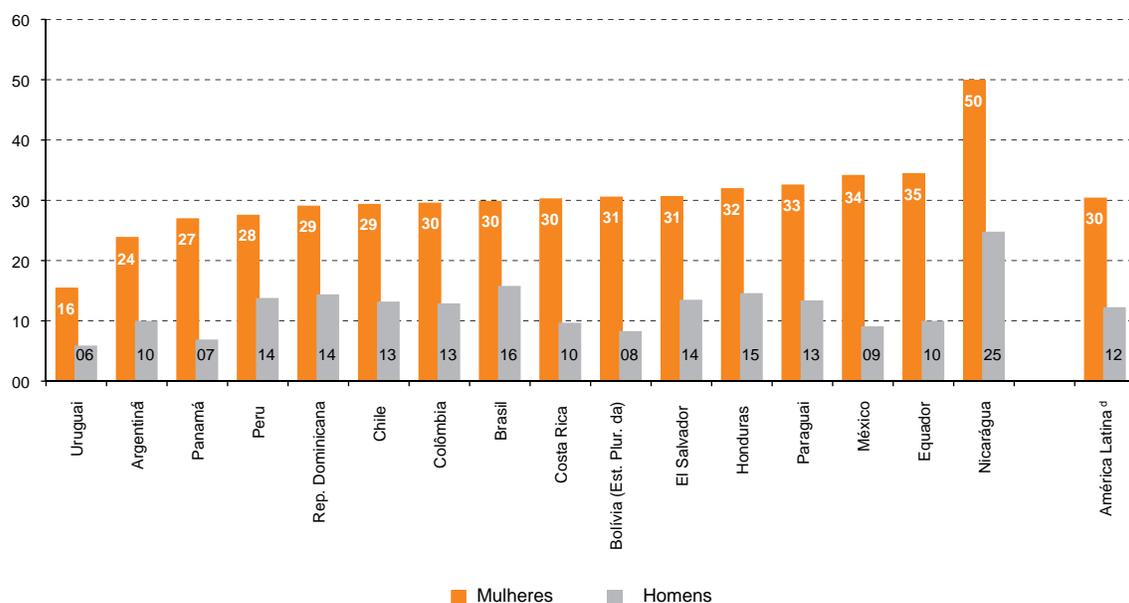
^c Total nacional

A proporção de mulheres urbanas sem renda própria persistiu na região nos últimos anos. Em 2008, 31,8% das mulheres não contavam com renda própria e hoje esta proporção baixou levemente para 30,4%. Além disso, as diferenças entre países continuam sendo profundas. Também se constata diferenças na disponibilidade de renda própria por parte das mulheres conforme a faixa etária: entre as mulheres pobres do grupo de 15 a 24 anos, 57% não dispõem de renda própria, proporção que baixa para 33% no grupo de 35 a 44 anos (veja o gráfico I.25). No entanto, uma boa notícia é que entre 1990 e 2010 a proporção de mulheres sem renda própria diminuiu mais rapidamente entre os grupos mais pobres do que entre os não pobres.

1. Renda própria

No contexto econômico atual, o fato de receber uma renda é importante para tomar decisões sobre o uso dos recursos e sobre o destino de vida e, portanto, para dispor de maior autonomia. Neste sentido, o indicador de população sem renda própria por sexo constitui uma representação da falta de autonomia econômica das pessoas. Este indicador chama a atenção sobre a imensa quantidade de mulheres que não contam com renda.

GRÁFICO I.22
AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES): POPULAÇÃO SEM RENDA PRÓPRIA POR SEXO^a,
ZONAS URBANAS, EM TORNO DE 2010^b
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a População de 15 anos e mais que não recebe renda monetária e não estuda.

^b Rodada de 2010. Os dados correspondem às pesquisas domiciliares realizadas em 2010, com exceção do Brasil e Chile, que correspondem às pesquisas realizadas em 2009.

^c Trinta e uma aglomerações urbanas.

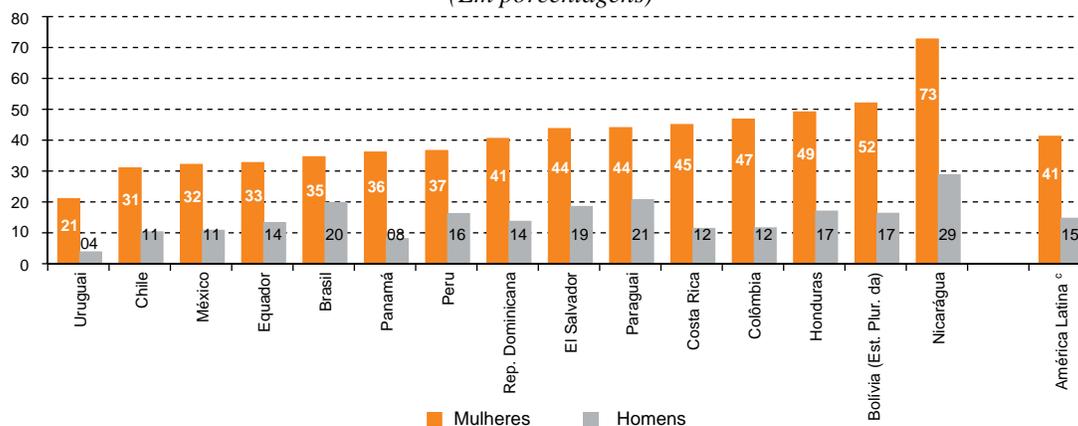
^d Média simples dos dados do ano mais próximo disponível de cada país.

Por volta de 2010, a proporção de mulheres urbanas da América Latina sem renda própria alcançava 30,4%, enquanto a proporção de homens na mesma condição chegava apenas a 12,3%. As disparidades entre países são consideráveis: na Nicarágua as mulheres sem renda representavam 50% e em Honduras, Estado Plurinacional da Bolívia e Paraguai a proporção alcançava 32%, 30,6% e 32,6%, respectivamente, e no Uruguai era de apenas 15,5%.

Nas zonas rurais, a porcentagem de mulheres sem renda própria em 2010 chegava a 41,4%, em comparação com 14,9% no caso dos homens. As diferenças entre países são ainda maiores nestas áreas. Enquanto na Nicarágua 72,9% das mulheres rurais não tinham renda própria, no Estado Plurinacional da Bolívia esta cifra chegava a 52,2%. Estes dois casos contrastam com a situação do Uruguai, onde a proporção era de apenas 21,2%, o que se explica em parte por se tratar do país com a maior cobertura do sistema previdenciário para as mulheres de 65 anos e mais (85,1% em 2007).

Um aspecto positivo é o fato de a proporção de mulheres sem renda própria ter diminuído mais rapidamente entre os grupos mais pobres do que entre os não pobres entre 1994 e 2010. Ao longo desse período, a proporção de mulheres indigentes sem renda própria diminuiu de 64% para 45% (isto é, 19 pontos percentuais), enquanto no grupo das mulheres não pobres a redução foi de 35,7% para 25,7% (isto é, 10 pontos percentuais).

GRÁFICO I.23
AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): POPULAÇÃO SEM RENDA PRÓPRIA POR SEXO^a,
ZONAS RURAIS, EM TORNO DE 2010^b
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

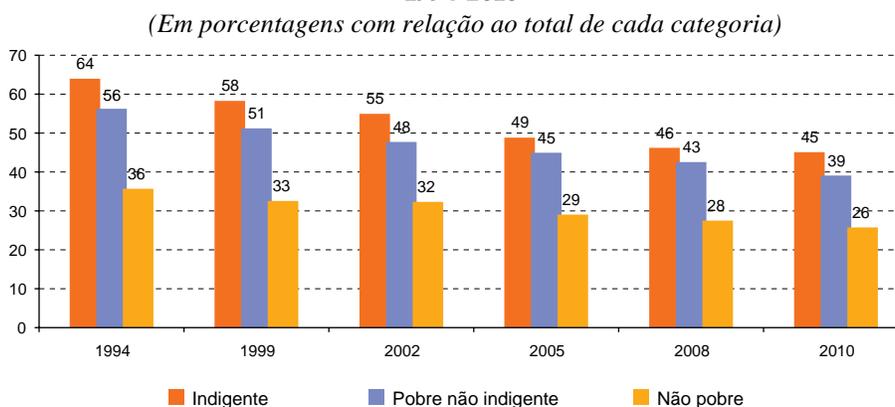
^a População de 15 anos e mais que não recebe renda monetária e não estuda.

^b Rodada de 2010. Os dados correspondem às pesquisas domiciliares realizadas em 2010, com exceção do Brasil e Chile, que correspondem às pesquisas realizadas em 2009.

^c Média simples dos dados do ano mais próximo disponível de cada país.

A queda da proporção de mulheres sem renda própria entre 1994 e 2010 é explicada pela maior incorporação das mulheres ao trabalho remunerado, tanto urbano como rural, e pelas mudanças nos sistemas previdenciários de alguns países, como Estado Plurinacional da Bolívia, Chile e Uruguai. Em 2008, a taxa média de participação das mulheres no mercado de trabalho urbano alcançava 52% e superava em 10 pontos percentuais a taxa média observada em 1990 (CEPAL, 2010a). Também aumentou a participação das mulheres no mercado de trabalho rural entre 1990 e 2005 (FAO, 2010).

GRÁFICO I.24
AMÉRICA LATINA (MÉDIA SIMPLES DE 14 PAÍSES): MULHERES DE 15 ANOS E MAIS
SEM RENDA PRÓPRIA POR CONDIÇÃO DE POBREZA EM ZONAS URBANAS,
1994-2010^a
(Em porcentagens com relação ao total de cada categoria)



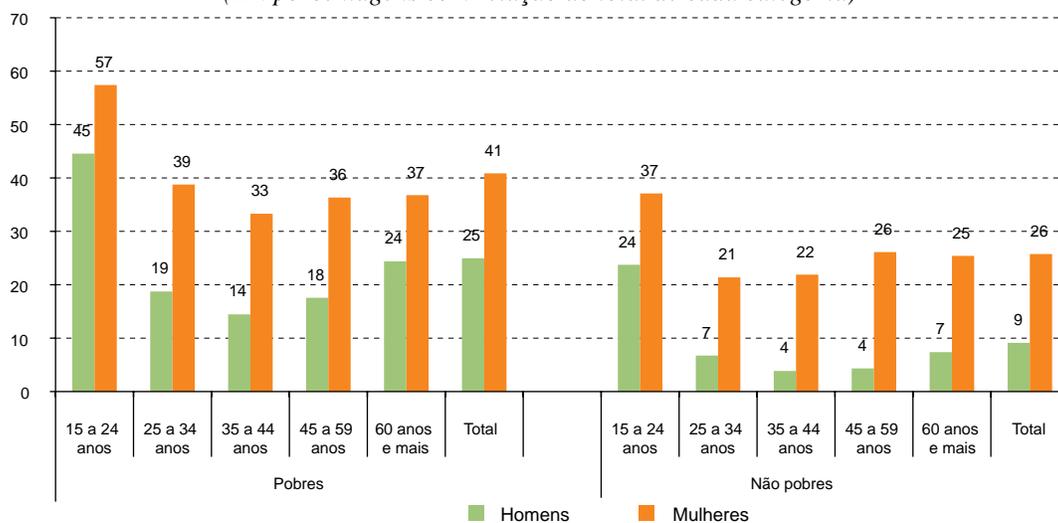
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Exclui estudantes. Os países incluídos na média são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O indicador de renda própria também expressa a forte desigualdade que afeta as mulheres mais jovens em relação a outras faixas etárias. Com efeito, em 2010 a brecha existente entre as porcentagens de mulheres pobres e não pobres sem renda no grupo de 15 a 24 anos era de 20 pontos percentuais e no grupo de 25 a 24 anos de 18 pontos percentuais; nas seguintes faixas etárias, esta brecha se reduz de forma significativa para 10 pontos percentuais, aproximadamente (veja o gráfico I.25). O fato de que 57% das mulheres pobres de 15 a 24 anos não dispõem de renda própria evidencia a dificuldade das mais jovens para ingressar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a persistência e aumento da taxa de desemprego dos jovens, que é o dobro da taxa correspondente ao conjunto da população, afetando especialmente as jovens de menor renda (CEPAL, 2012a).

GRÁFICO I.25
AMÉRICA LATINA (MÉDIA SIMPLES DE 14 PAÍSES): POPULAÇÃO SEM RENDA
PRÓPRIA POR SEXO, IDADE E CONDIÇÃO DE POBREZA EM ZONAS
URBANAS, EM TORNO DE 2010^a

(Em porcentagens com relação ao total de cada categoria)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Exclui estudantes. Os países incluídos na média são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Conforme assinalado na segunda parte deste relatório, a partir de 2000 as transferências fiscais adquiriram importância na composição da renda dos grupos pobres. Este é o caso do México e Brasil, que contam com os programas de mais ampla cobertura da região. Entre 1994 e 1998, em parte como resultado destes programas, a proporção de mulheres sem renda própria diminuiu em mais de 20 pontos percentuais no México e 10 pontos percentuais no Brasil. De toda maneira, ainda que em muitos casos as mulheres sejam titulares das transferências monetárias, isto não significa que as rendas obtidas tenham a característica da renda do trabalho, que a rigor é a única que pode ser considerada própria.

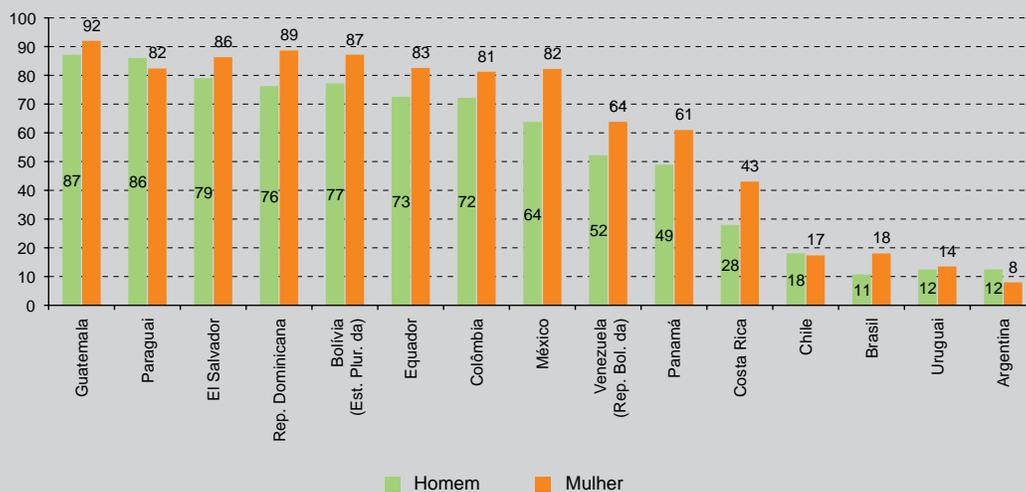
Ao aprofundar a visão sobre a falta de renda própria das mulheres de mais de 65 anos no nível regional e relacioná-la com as pensões, constata-se que a magnitude de mulheres que não recebem aposentadoria é considerável, já que se observam cifras superiores a 80% da população de mais de 65 anos na Guatemala, República Dominicana, Estado Plurinacional da Bolívia, El Salvador, Equador, Paraguai, México e Colômbia.

BOXE I.9 MULHERES ACIMA DE 60 ANOS SEM RENDA PRÓPRIA

Uma importante proporção de mulheres com mais de 60 anos não recebe renda própria. Isto se deve, por um lado, a que a história de trabalho de um número importante de mulheres transcorre no âmbito das tarefas de cuidado ou do trabalho não remunerado; por outro, ao fato de que as trajetórias de trabalho de muitas mulheres estão vinculadas a sistemas não contributivos, que geram montantes de pensões muito baixos ou que têm períodos programados de provisão de fundos, que não garantem sua entrega durante toda a velhice, ou ao fato de que, por pertencer ao setor informal, não contribuíram a um fundo de pensões.

Das mulheres com mais de 60 anos, 27% nas zonas urbanas e 30% nas zonas rurais não recebiam renda própria, por volta de 2010. A situação mais grave ocorria na Nicarágua, onde as mulheres idosas sem renda própria de zonas urbanas chegavam a 78%; igualmente preocupante é a realidade das mulheres idosas que se encontram nesta condição no Paraguai (39%), México (35%), Colômbia (34,5%), Equador (32,6%), República Dominicana (30%), Honduras (26,2) e Peru (24,3). Em outros países da região as cifras de mulheres idosas sem renda própria são mais baixas, mas de todo modo é necessário atender às fortes diferenças de gênero existentes; tal é o caso do Chile, (17,9%), Brasil (15,8%), Panamá (15,8%), Uruguai (12,1%) e Argentina.

AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): PESSOAS COM 65 ANOS OU MAIS SEM APOSENTADORIA OU PENSÃO, POR SEXO, EM TORNO DE 2010^a (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Os dados correspondem a 2010, salvo no caso do Estado Plurinacional da Bolívia, que são de 2007, e do Brasil e Chile, que são de 2009.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais.

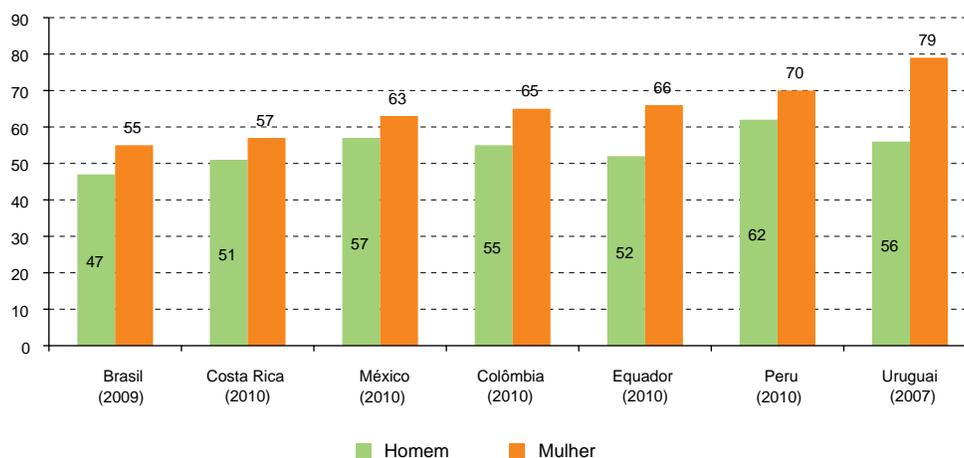
Se à falta de renda própria nesta faixa etária somarmos a deficiência de cobertura das pensões e a omissão dos sistemas previdenciários sobre os impactos diferenciais do envelhecimento em homens e mulheres, entre eles a maior esperança de vida das mulheres, manifesta-se a necessidade de respostas

estatais e privadas no curto prazo para enfrentar as dificuldades e obstáculos produzidos pela falta de autonomia econômica das mulheres maiores de 65 anos. Estas respostas devem estar associadas a direitos básicos que devem ser garantidos e exercidos, em matéria de serviços de saúde e de cuidado, alimentação, moradia e outros serviços básicos.

2. O tempo total de trabalho¹⁰

O aumento do número de mulheres latino-americanas incorporadas ao mercado de trabalho, embora com importantes diferenças entre países, teve como efeito o aumento das horas que elas destinam ao trabalho total. Isto ocorre porque, além de suas responsabilidades como trabalhadoras remuneradas, as mulheres se encarregam do cuidado, isto é, dedicam um tempo significativo ao trabalho que representam as tarefas de cuidado de outros, a manutenção da casa e as atividades associadas à reprodução cotidiana da família, o que no caso das mulheres rurais se soma muitas vezes à produção de alimentos. Por outro lado, os homens dedicam a maior parte de seu tempo ao trabalho remunerado e um tempo marginal ao trabalho não remunerado.

GRÁFICO I.26A
AMÉRICA LATINA (7 PAÍSES): TEMPO DESTINADO AO TRABALHO TOTAL,
REMUNERADO E NÃO REMUNERADO, PELA POPULAÇÃO OCUPADA
DE 15 ANOS E MAIS POR SEXO, EM TORNO DE 2010^a
(Em horas semanais)

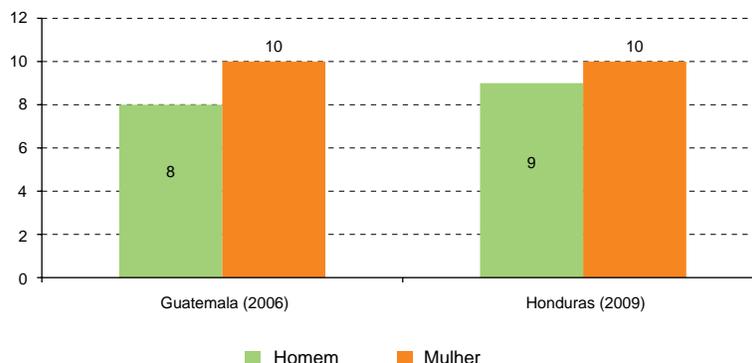


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de uso do tempo, ou perguntas sobre o tempo destinado a atividades remuneradas e não remuneradas de 7 países com periodicidade semanal: Brasil (2009), Colômbia (2010), Costa Rica (2010), Equador (2010), México (2010), Peru (2010) e Uruguai (2007).

^a Os países não utilizam a mesma classificação de atividades para definir o trabalho não remunerado. Os dados tampouco são comparáveis devido ao tipo de questionário aplicado e as metodologias empregadas para captar a informação. Esta é apresentada mais com fins ilustrativos do que para comparar magnitudes, a fim de mostrar similitude nos comportamentos de homens e mulheres nas variáveis analisadas.

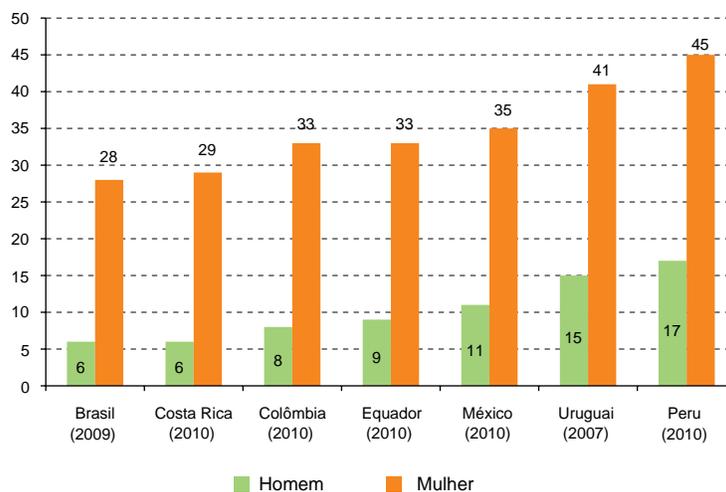
¹⁰ O tempo total de trabalho, que se refere à soma de horas de trabalho remunerado e de trabalho doméstico não remunerado, é um indicador produzido a partir das pesquisas de uso do tempo realizadas em 18 países da América Latina. Estas pesquisas mostram em todos os casos que o tempo total de trabalho das mulheres é mais elevado que o dos homens e que a maior quantidade de horas empregadas em tarefas reprodutivas afeta suas possibilidades de obter renda.

GRÁFICO I.26B
AMÉRICA LATINA (2 PAÍSES): TEMPO DESTINADO AO TRABALHO TOTAL, REMUNERADO E NÃO REMUNERADO, PELA POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 ANOS E MAIS POR SEXO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL
(Média de horas diárias)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de uso do tempo.

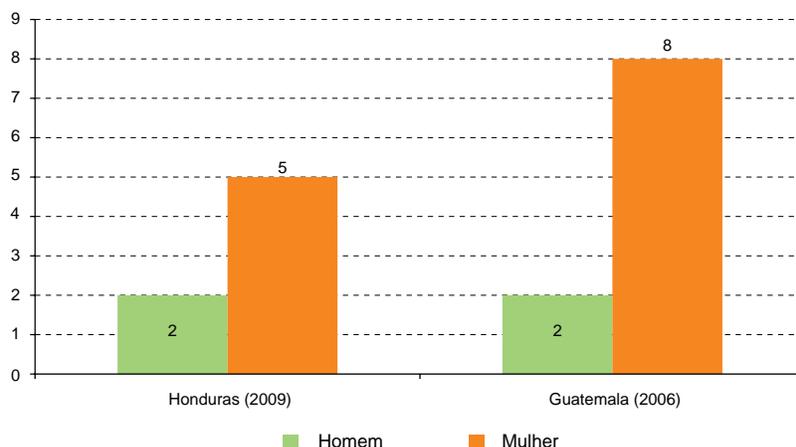
GRÁFICO I.27A
AMÉRICA LATINA (7 PAÍSES): TEMPO DESTINADO AO TRABALHO TOTAL, REMUNERADO E NÃO REMUNERADO, PELA POPULAÇÃO NÃO OCUPADA DE 15 ANOS E MAIS POR SEXO, EM TORNO DE 2010^a
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de uso do tempo, ou perguntas sobre o tempo destinado a atividades remuneradas e não remuneradas de 7 países com periodicidade semanal: Brasil (2009), Colômbia (2010), Costa Rica (2010), Equador (2010), México (2010), Peru (2010) e Uruguai (2007).

^a Os países não utilizam a mesma classificação de atividades para definir o trabalho não remunerado. Os dados tampouco são comparáveis devido ao tipo de questionário aplicado e as metodologias empregadas para captar a informação. Esta é apresentada mais com fins ilustrativos do que para comparar magnitudes, a fim de mostrar similitude nos comportamentos de homens e mulheres nas variáveis analisadas.

GRÁFICO I.27B
AMÉRICA LATINA (2 PAÍSES): TEMPO DESTINADO AO TRABALHO TOTAL, REMUNERADO E NÃO REMUNERADO, PELA POPULAÇÃO NÃO OCUPADA DE 15 ANOS E MAIS POR SEXO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL
(Média de horas diárias)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de uso do tempo.

BOXE I.10 **A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS DE USO DO TEMPO**

O estudo do tempo tem um papel central como revelador e estruturador das atividades das pessoas e das desigualdades sociais. A importância da consideração do tempo reside em que é um recurso limitado e pouco flexível no nível individual. As pessoas têm restrições materiais e culturais para a seleção de suas atividades e para escolher o tempo que lhes dedicam; a utilização que fazem do tempo depende de sua localização na estrutura social e econômica, bem como da ordem de gênero existente. Embora a grande dedicação das mulheres ao trabalho remunerado possa aparecer como uma opção livre, suas decisões são determinadas por normas culturais e práticas sociais, assim como pelos recursos disponíveis. Deste modo, o tempo é uma categoria-chave no estudo das relações de gênero, pois proporciona evidências empíricas sobre situações pouco visíveis relativas à desigual distribuição de trabalhos e atividades entre mulheres e homens. O desenvolvimento das pesquisas de uso do tempo que estão sendo realizadas no âmbito internacional proporciona novos e inovadores instrumentos que permitem projetar luz sobre estas questões.

A sistemática coleta de informação sobre o trabalho não remunerado e o uso do tempo permite seguir a evolução da carga global de trabalho de homens e mulheres e a situação da divisão sexual do trabalho nos lares da América Latina.

Os objetivos das pesquisas de uso do tempo são medir e tornar visível o trabalho remunerado e não remunerado, fornecer insumos para valorizar o trabalho não remunerado e compilar as contas-satélite de produção e consumo dos serviços não remunerados dos lares (Gómez Luna, 2010).

As pesquisas de uso do tempo são importantes para as políticas de igualdade porque é no uso do tempo que as desigualdades se materializam — a vida é o tempo — e estas desigualdades são ao mesmo tempo a causa de outras variadas formas de injustiça, pois, dependendo do tempo de que cada pessoa dispõe, variam suas oportunidades de participação no mercado de trabalho, na política e na comunidade, bem como sua qualidade de vida e até sua saúde.

(continua)

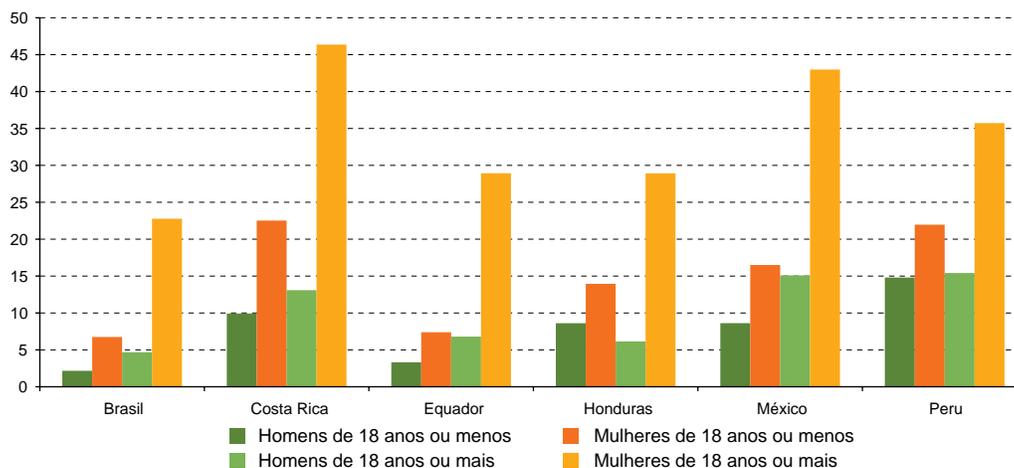
Boxe I.10 (conclusão)

A visibilização do trabalho não remunerado possibilitada pelas pesquisas de uso do tempo é um requisito para sua redistribuição, que deve ser abordada a partir de diversas políticas setoriais e das políticas integrais de cuidado. As pesquisas de uso do tempo também proporcionam evidências sobre as necessidades da população, permitindo sua quantificação, o que pode ser usado em orçamentos públicos mais eficientes e para fixar linhas de base nos processos de avaliação da eficiência das políticas públicas.

Fonte: Flavia Marco, “La utilización de las encuestas de uso del tiempo en las políticas públicas”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 119 (LC/L.3557), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2012 e Instituto Nacional de Estatística do Uruguai (INE)/Universidade da República, *Uso del tiempo y trabajo remunerado en el Uruguay. Módulo de la Encuesta Continua de Hogares*, setembro de 2007.

Ao comparar por faixa etária o tempo que homens e mulheres dedicam ao trabalho doméstico, observa-se que em todos os países as mulheres menores de 18 anos têm uma carga de trabalho doméstico não remunerado maior que a dos homens de sua mesma classe etária. Isto mostra como a divisão sexual do trabalho dentro do lar prima sobre as distinções etárias e que, independentemente das funções ou do lugar que ocupem no grupo familiar, as mulheres se encarregam do trabalho não remunerado e de cuidado.

GRÁFICO I.28
AMÉRICA LATINA (6 PAÍSES): DEDICAÇÃO AO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO, POR SEXO E GRUPO DE IDADE
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento especial das pesquisas de uso do tempo ou módulos sobre uso do tempo de seis países com periodicidade semanal: Brasil (2009), Costa Rica (2010), Equador (2010), Honduras (2009), México (2010) e Peru (2010).

Para aliviar a carga de trabalho não remunerado que recai sobre as mulheres, deve-se pensar na importância de modificar a organização social do cuidado.

O cuidado diz respeito aos bens e atividades que permitem às pessoas se alimentar, educar, permanecer sadias e viver em um hábitat propício. Abrange, portanto, o cuidado material, que implica um trabalho, o cuidado econômico, que implica um custo, e o cuidado psicológico, que implica um vínculo afetivo.

Em muitos países da região ainda se evidencia a falta de políticas públicas de cuidado e seu alcance varia significativamente conforme a condição social, etnia, raça ou situação geográfica. Não obstante, países como o Uruguai —e seu Sistema Nacional de Cuidados— ou Chile —onde se sancionou em 2011 a lei para ampliar o descanso pós-parto para seis meses— avançaram na expansão deste direito. Apesar destes avanços, não há uma adequada cobertura de cuidados que chegue a toda a população e ofereça uma qualidade similar na oferta de serviços públicos e privados, os quais, além disso, não são devidamente fiscalizados. Nesse sentido, é necessário avançar na implementação de políticas públicas com um enfoque integral.

II. Os programas de transferências de renda, a proteção social, a autonomia econômica e o trabalho das mulheres

A. Introdução

Os países da América Latina atravessaram a primeira década do século 21 de maneira relativamente auspiciosa. Ressalvando-se as heterogeneidades que a caracterizam, a região cresceu a uma taxa média anual de 3,5% desde 2002 (2,3% *per capita*), consolidando um caminho de crescimento inédito por seu nível e, sobretudo, por sua estabilidade (CEPAL, 2011b). A crise mundial teve repercussões que provocaram uma redução neste indicador de até -2,1% em 2009 (equivalente a -3,2% *per capita*). No entanto, as turbulências mundiais tiveram efeitos pouco duradouros na região, que nos anos seguintes voltou a crescer: 5,9% em 2010, 4,3% em 2011 e 3,3% no primeiro trimestre de 2012 (CEPAL, 2012c).

Este comportamento econômico teve sua correlação nos indicadores sociais. No final do período, a taxa de emprego no conjunto da região havia crescido mais de 2 pontos percentuais. Por sua vez, a taxa de desemprego manifesto caiu de 11,2% para 7,3%. A incidência da pobreza diminuiu notoriamente, passando de 44% no começo da década para 31,4% no final. A pobreza extrema também diminuiu, de 19,4% para 12,3% (CEPAL, 2011a).

Apesar destas melhoras, a magnitude da pobreza continua sendo preocupante, pois nesta situação vivem mais de 180 milhões de pessoas na região. Isto é agravado pelos escassos resultados em matéria distributiva. De fato, como assinala a CEPAL (2011a), a maioria dos países da região mostra avanços incipientes rumo a uma menor concentração da renda. Desde 2002, a brecha entre quintis extremos da distribuição diminuiu em 14 países de um total de 18, enquanto o índice de Gini baixou pelo menos 5% em 11 países. Contudo, a relação de iniquidade continua sendo tal que a renda média dos 20% mais ricos da população é 20 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Em particular, aumentou a proporção de mulheres em situação de pobreza em relação à de homens. Enquanto em 2002 havia na região 109 mulheres pobres para cada 100 homens pobres, esta relação subiu para 118 em 2010. Adicionalmente, a proporção de mulheres que careciam de renda própria (fundamentalmente por sua marginalização do mercado de trabalho e do acesso à proteção social) se manteve em torno de 30% na região.

A persistência da desigualdade, os ainda elevados índices de pobreza e os limites dos sistemas produtivos para gerar ocupações de qualidade e bem remuneradas influíram consideravelmente nas respostas de política pública. Estas adotaram um caráter relativamente homogêneo na região, em particular no que se refere à atenção à população em situação de pobreza. De fato, os programas de transferências condicionadas de renda (PTC) se consolidaram durante a primeira década do século 21 como “a” resposta de política pública frente a esta situação. Suas implicações na vida das mulheres são relevantes e sobre esse aspecto fazemos uma reflexão nesta parte do relatório.

Cecchini e Madariaga (2011, pág. 11), ao analisar 19 países da América Latina, identificam 18 programas de transferências condicionadas de renda em execução e outros 8 finalizados (alguns dos quais se reconverteram nos atuais). A cobertura destes programas alcança mais de 25 milhões de famílias, às quais pertencem 113 milhões de pessoas (quase 20% da população total da região). Supõem em média recursos equivalentes a 0,4% do PIB, mas tanto a magnitude como a cobertura dos programas diferem de maneira significativa de um país para outro.

Embora estes programas apresentem particularidades no âmbito nacional, compartilham uma matriz comum caracterizada pelos seguintes aspectos:

- i) Propõem-se como ferramentas de luta contra a pobreza no curto e longo prazo. No curto prazo, transferindo recursos monetários a níveis básicos para famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema. No longo prazo, o objetivo é superar a armadilha intergeracional da pobreza mediante um aumento do capital humano das crianças e adolescentes dessas famílias.
- ii) São programas “feminizados”, no sentido de que a maioria dos que recebem o benefício monetário são mulheres. No entanto, esta percepção não obedece ao reconhecimento de um direito próprio, mas derivado. De fato, os titulares do direito para acessar o benefício são, em geral, as crianças e adolescentes. Em consequência, as mulheres atuam como beneficiárias operacionais do programa¹¹.
- iii) Supõem transferências monetárias cujos níveis variam desde quantias mínimas muito reduzidas até montantes mais substantivos. O benefício pode ser um montante fixo por família ou variar conforme a sua composição. O dinheiro distribuído pode ser de livre disponibilidade (no sentido de que seu uso não está pautado pelo programa) ou sua entrega pode estar condicionada à aquisição de certo tipo de bens e serviços mediante diversos mecanismos. Em alguns casos, a transferência monetária é acompanhada de outro tipo de benefícios, como a provisão de serviços de capacitação ou informação sobre temas relevantes para a população beneficiária.
- iv) Exigem condicionalidades, vinculadas com a assistência escolar e o controle de saúde das crianças, adolescentes e, em alguns casos, das mulheres grávidas. Na maioria dos casos se fazem valer de maneira punitiva (se não forem cumpridas, perde-se total ou parcialmente o benefício).
- v) Em alguns casos existem condições de acesso vinculadas com a não participação no mercado de trabalho, a insuficiência de renda ou a manifestação de algum outro tipo de carência. Da mesma forma que ocorre com as condicionalidades mencionadas anteriormente, estes requisitos para o acesso são estritos em alguns programas (mesmo quando estão relacionados com condições que podem apresentar uma alta variabilidade inclusive no curto prazo) e seu não cumprimento chega a implicar a perda total do benefício, enquanto operam de maneira menos rigorosa em outros (onde não se perde o benefício total nem parcialmente, ou só se perde temporariamente).

¹¹ Para mais informações, veja Rodríguez Enríquez (2011).

É evidente a importância destes programas para as mulheres, sobretudo para as que se encontram em situação de pobreza. Em primeiro lugar, porque são as principais receptoras diretas do benefício. Em segundo lugar, porque para receber esse benefício se impõem certas condições a seu comportamento (por exemplo, no que se refere ao consumo, responsabilidades de cuidado das crianças e adolescentes e decisões relativas à participação no mercado de trabalho). Em terceiro lugar, porque se convertem num componente-chave das estratégias de sobrevivência das famílias, em particular das mulheres pobres. Em quarto lugar, porque podem repercutir nas relações dentro das famílias e na tomada de decisões sobre a utilização dos recursos econômicos. Em quinto lugar, porque afetam (ou podem afetar) outras ordens da vida das mulheres, relativas à sua autonomia física e política. Em sexto lugar, porque determinam certos tipos de relações entre as mulheres e o Estado, entre as mulheres e as políticas públicas e entre as mulheres e os sistemas de proteção social. Em sétimo lugar, porque em última instância influem na autonomia econômica das mulheres, em seus direitos e na qualidade de sua cidadania.

Nesta linha, as próximas seções analisam as consequências dos PTC na igualdade de gênero e na ampliação e exercício dos direitos na vida das mulheres.

Em primeiro lugar, analisam-se os fundamentos destes programas e os valores em que se sustentam. De que concepção com respeito ao trabalho das mulheres partem estes programas? Que noções reproduzem com relação à responsabilidades de cuidado dos lares? Em que entendimento da pobreza e das maneiras adequadas para superá-la se baseiam? E o que implica tudo isso para a construção da subjetividade das mulheres, a imagem que delas têm o resto da sociedade e as próprias instituições e a posição que finalmente ocupam e lhes é permitida ou não ocupar? Que percepção refletem estes programas de suas próprias beneficiárias, as mulheres em situação de pobreza?

Em segundo lugar, propõe-se uma revisão da incidência destes programas nas condições materiais de vida das mulheres. O benefício monetário é suficiente para satisfazer as necessidades básicas das mulheres e das pessoas com quem elas convivem? As transferências lhes permitem aspirar a um melhor nível de vida? As transferências facilitam o acesso das mulheres a outros recursos econômicos e seu controle sobre estes?

Em terceiro lugar, analisam-se as consequências dos PTC no trabalho das mulheres. O benefício desincentiva a participação das receptoras no mercado de trabalho? Ou, pelo contrário, constitui um mecanismo que facilita o desenvolvimento de atividades econômicas? Que efeitos têm os PTC na distribuição do trabalho de cuidado não remunerado? Que consequências podem ser esperadas com relação ao trabalho dos outros membros da família?

Em quarto lugar, observa-se o impacto destes programas no empoderamento individual das mulheres. Em que medida fortalecem ou debilitam a posição das mulheres nos processos de tomada de decisões no lar? Até que ponto oferecem às mulheres (ou tiram) possibilidades para enfrentar problemas de violência doméstica? Em que grau promovem a participação das mulheres em outras esferas da vida (política, comunitária)?

Estes aspectos foram desenvolvidos em vários estudos específicos sobre a matéria, que permitem observar também as brechas existentes entre os objetivos dos programas e os resultados obtidos. A seguir, sistematizam-se analiticamente as conclusões e as aprendizagens destas evidências e da bibliografia conexa¹².

Porém, interessa também dar um passo a mais e refletir sobre o contexto destes programas e a situação das mulheres no âmbito dos sistemas de proteção social. Supõem uma ampliação das coberturas dos sistemas de proteção social num sentido inclusivo para as mulheres? Ou, pelo contrário, contribuem para a consolidação de um sistema de proteção social segmentado, que concede benefícios extensos a quem está plenamente incluído no mercado de trabalho e confina o resto da população

¹² Para esta sistematização, toma-se como antecedente Rodríguez Enríquez (2011).

—principalmente as mulheres— a um espaço de benefícios assistenciais mínimos, condicionados a certos comportamentos específicos?

Finalmente, propõe-se uma avaliação destes programas em função de seus resultados, tanto em relação às suas próprias metas (reduzir a pobreza das famílias e as mulheres pobres), como no que se refere a objetivos mais amplos de igualdade de gênero e de autonomia para as mulheres. Com esta reflexão pretendemos contribuir para um fortalecimento daqueles elementos dos PTC que avançam rumo à igualdade, assim como oferecer ferramentas para abrir um caminho de transformação que permita atender os requisitos essenciais para a igualdade de gênero: revalorização do trabalho das mulheres, redistribuição do trabalho e tempo das pessoas, mecanismos que evitem a discriminação em todos os aspectos da vida, estratégias que permitam a corresponsabilidade social no trabalho de reprodução social das pessoas e um vínculo sinérgico e consistente entre o modelo de desenvolvimento e os sistemas de proteção social que o integram.

De acordo com o exposto, este estudo está organizado em três partes. A primeira sintetiza a situação dos PTC vigentes na América Latina e examina suas principais características comuns. A segunda analisa, a partir das evidências e bibliografia existentes, as consequências destes programas para as mulheres. A terceira apresenta uma síntese com conclusões em que se sugere quais seriam os espaços para transitar dos PTC para sistemas de proteção social homogêneos e inclusivos.

B. Situação dos PTC na América Latina

Os programas de transferências condicionadas de renda implementados na América Latina apresentam diferenças na ordem de magnitude, cobertura, modo de gestão, forma de implementação dos benefícios e controles, mas compartilham características e uma lógica comum. Adiante, sintetizam-se estes elementos.

1. As principais características dos PTC¹³

Durante a década de 1990, na América Latina teve lugar um processo de profunda transformação do papel e da estrutura do Estado, o que também implicou mudanças na forma de pensar e fazer política. Junto com o processo de descentralização administrativa, as políticas sociais sofreram transformações que merecem ser destacadas. Em linhas gerais, pode-se dizer que se passou de um modelo de políticas sociais de tipo universal para outro de políticas baseadas na focalização por populações-alvo com o qual se tentava dar uma resposta rápida aos efeitos negativos das medidas de ajuste estrutural. Num contexto de crise econômica, pobreza, desigualdade e altas taxas de desemprego, impôs-se o desenvolvimento de novas políticas sociais para as quais existiam limitados antecedentes econômicos, políticos e administrativos, tanto no que se refere à cobertura dos beneficiários como aos fundos destinados e inovações em sua gestão.

As novas políticas sociais dirigidas aos segmentos mais pobres da população rompiam com a aspiração universalista que havia inspirado o desenvolvimento dos sistemas de proteção social. Esta ideia apoiava-se na suposição de que as economias tendiam ao pleno emprego dos homens provedores do lar e que, distribuindo benefícios através do mercado de trabalho, podiam-se cobrir estes ocupados, assim como as pessoas que deles dependiam economicamente (filhos e filhas, mas também cônjuges, que não participavam no mercado de trabalho e eram responsáveis pelo cuidado do lar). Este “antigo” esquema de política social alcançou na maioria dos países um universalismo restringido, condicionado sobretudo pela extensão da informalidade nos mercados de trabalho da região. Em outros, a aspiração universalista nunca se desenvolveu.

¹³ Esta seção baseia-se numa elaboração mais ampla realizada por Jimena Arias.

A chegada dos PTC vem romper com esta aspiração. O objetivo destes programas é apoiar as famílias para que estas melhorem suas condições de vida no curto prazo, paliar os efeitos da crise e acompanhar a saída do ciclo da pobreza no longo prazo através de transferências monetárias. Assim, começa a se instalar progressivamente uma nova fórmula para complementar a entrega direta de um bônus ou transferência em dinheiro com objetivos ligados ao melhoramento do capital humano das famílias, com a exigência de um compromisso para os beneficiários sob o nome de “contraprestação” ou “condicionalidade”.

Os primeiros exemplos de programa deste tipo —isto é, com condicionalidades— remontam a 1990, com a implementação por parte do Governo de Honduras do Programa de Benefícios Familiares (PRAF), que constava de três componentes: bônus escolar, bônus materno-infantil e bônus para a terceira idade. Desde então, surgiram muitos outros programas nos países da região. Três são os casos emblemáticos por sua história e magnitude, e inclusive serviram como modelos para outras iniciativas.

O primeiro é o programa Oportunidades do México, que é o de mais longa trajetória. Foi criado em 1997 como Programa de Educação, Saúde e Alimentação (Progresa) com a finalidade de atender a famílias em situação de extrema pobreza, às quais se entregariam transferências em dinheiro, suplementos alimentícios e acesso a um pacote básico de serviços de saúde, com a condição de que cumprissem certos compromissos nos âmbitos da educação e da saúde. Hoje o programa (que em 2001 adotou seu atual nome e já se estendeu a áreas urbanas e rurais) é um eixo central da política social mexicana e assiste a 5,6 milhões de domicílios, nos quais vivem mais de 27 milhões de pessoas. Trata-se de um PTC de gestão muito complexa, com sólidas avaliações de impacto e uma máquina administrativa extensa que assessora outros governos da região na implementação de programas deste tipo.

O segundo caso emblemático é o do programa Bolsa Família do Brasil, atualmente o de maior cobertura da região. Foi criado em 2003 com a unificação de vários programas de âmbito municipal e federal já existentes. Atualmente, chega a 12,5 milhões de famílias (mais de 51 milhões de pessoas) nas áreas urbanas e rurais. Embora seu componente central seja uma transferência monetária (bônus básico) cujo montante varia segundo a composição das famílias, com o tempo foi incorporando outros elementos para grupos específicos de população dentro do amplo conjunto de famílias atendidas (como o bônus variável, o bônus variável adolescente, o programa de atenção integral à família e a ação Brasil carinhoso, que inclui dinheiro e suplementos nutricionais).

O terceiro caso emblemático é o do programa Asignación Universal por Hijo (AUH) da Argentina, implementado muito mais recentemente e que constitui uma interessante tentativa de integração do PTC ao sistema de proteção social. Foi implementado em 2010 como uma extensão do Programa de Benefícios Familiares, que, na forma de um seguro social, atende historicamente aos filhos e filhas de trabalhadores ocupados registrados. O AUH cobre também filhos de trabalhadores desocupados ou ocupados em empregos não registrados. Deste modo, seu alcance se estende normativa e praticamente a todas as crianças menores de 18 anos que vivem em lares cuja renda se situa abaixo de determinado teto¹⁴. O AUH chega atualmente a 1,8 milhão de lares onde vivem no total 3,5 milhões de crianças.

Junto a estes exemplos de referência, podemos encontrar uma variedade de programas na América Latina que, não obstante, apresentam traços comuns, como se expõe a seguir. Para realizar essa análise, examinamos a base de dados de programas de proteção social não contributiva na América Latina e no Caribe¹⁵, desenvolvida pela Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, que reúne dados sobre 18

¹⁴ O programa de benefícios familiares estabelece um teto salarial acima do qual não se recebe o benefício. Para a Asignación Universal por Hijo (AUH) estabelece como teto de referência o salário mínimo, vital e móvel.

¹⁵ Inclui diversos tipos de programas de proteção social: a) transferências monetárias com corresponsabilidade; b) pensões não contributivas; c) pensões por incapacidade; d) subsídios ao consumo; e) emprego de emergência; f) transferências em dinheiro; g) bolsas.

países da região com PTC ativos¹⁶. Cabe esclarecer que a lista de países e programas é mais extensa, mas pretendíamos concentrar a análise nos programas de transferências condicionadas de caráter nacional que atualmente concedem benefícios¹⁷. Em particular, o interesse se concentra nos programas especialmente dirigidos a mulheres nos quais se transferem fundos em troca do cumprimento de condicionalidades. Veja o quadro A.14 em apêndice.

a) Os objetivos

Trata-se em todos os casos de iniciativas amparadas em um enfoque da proteção social que combinam uma transferência monetária com a exigência de contraprestações familiares, basicamente em educação e saúde. A transferência contribui para aliviar as necessidades de curto prazo das famílias beneficiárias e as contraprestações se convertem num investimento de médio prazo em capital humano.

b) A população-alvo

Os programas adotam diversas definições a respeito da população-alvo. No entanto, em sua maioria estão dirigidos a famílias com filhos e filhas menores de 18 anos (cujos pais, mães ou tutores se encontram desocupados ou ocupados na economia informal), a pessoas de qualquer idade com deficiências e a mulheres grávidas. Em muitos casos, impõe-se adicionalmente um teto de renda que as famílias não devem ultrapassar para poder receber o benefício.

A visão sobre este tipo de política pública se modifica e adquire maior relevância quando se examina a cobertura em termos de famílias e pessoas. Os dois exemplos mais significativos são dois programas já citados: Bolsa Família, no Brasil, e Oportunidades, no México.

c) O benefício

O benefício consiste geralmente numa transferência monetária, cuja periodicidade pode variar, mas que na maioria dos casos estudados é de caráter mensal. Ela é canalizada através da entrega ou recebimento do dinheiro, ou pelo sistema bancário, mediante um cartão para uso em caixas automáticos.

Os montantes concedidos nos programas apresentam importantes variações de um país para outro e é difícil determinar uma média, já que em alguns casos podem combinar-se benefícios (veja mais informações no quadro A.14 em apêndice).

d) A duração do benefício

Com respeito à duração do benefício, a situação varia conforme o país. Para citar alguns exemplos, no caso do programa Asignación Universal por Hijo, da Argentina, é concedido por tempo indefinido, já que foi introduzido em reconhecimento de um direito das crianças e adolescentes. O programa Tekoporá do Paraguai prevê que a transferência mensal do benefício se estenda no máximo por dois anos e três meses. O programa Bolsa Família do Brasil não estabelece um prazo para o recebimento do benefício se as famílias não superarem a situação de pobreza e continuarem cumprindo as condicionalidades.

e) As condicionalidades

Os programas estabelecem condicionalidades bastante homogêneas, relativas à assistência escolar e ao controle de saúde das crianças e adolescentes. Nos esquemas iniciais as condicionalidades aparecem como algo obrigatório, sujeitas a um controle estrito, mas com o tempo se tornam mais flexíveis.

¹⁶ Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai.

¹⁷ A base de dados inclui informações sobre 19 países e 40 programas, dos quais alguns não são de caráter nacional e outros não concedem benefícios.

Nesse sentido, um traço que diferencia alguns programas de transferência condicionada de outros é a forma em que se controla a observação das condicionalidades ou contraprestações. Como parte de seu desenho, estes programas contam com um sistema de sanções ante o descumprimento dos compromissos que vão desde advertências e deduções ou perda temporária da transferência, até a exclusão do beneficiário do programa.

f) Modalidade de implementação

Trata-se de programas com uma estrutura central pequena, se levarmos em conta o número de beneficiários. Normalmente, são geridos pelo Ministério de Desenvolvimento Social. A aplicação dos sistemas de condicionalidades dos programas de transferência de renda implica uma coordenação com outras áreas do poder executivo, como os departamentos de saúde ou educação, que têm a obrigação de documentar o cumprimento.

Além disso, estes programas geram novas demandas que recaem sobre as escolas, os centros de saúde, os hospitais e outros organismos descentralizados, os quais se vêm obrigados a certificar tanto a frequência escolar das crianças como os controles de saúde periódicos estabelecidos nos regulamentos operacionais dos programas.

Trata-se de programas altamente centralizados em seu desenho e estrutura, e suas principais definições e diretrizes são estipuladas num âmbito institucional que concentra o poder de decisão e a respeito do qual os níveis locais e descentralizados têm pouca margem de opinião ou influência. No entanto, estes programas requerem apoio local —saúde e educação— para sua execução, em particular na relação com as famílias e monitoramento dos compromissos. As entidades executoras dos programas são instituições públicas de nível central e não há procedimentos de intermediação ou terceirização de serviços, salvo no caso das avaliações. Cabe destacar que para estes programas conta-se com uma eficiente tecnologia informática e financeira que facilita a entrega dos recursos. Em vários casos a regulamentação, a gestão e as dotações orçamentárias são regidas por uma lei nacional ou um decreto, o que é essencial para proteger a sustentabilidade das ações, a transparência na alocação dos recursos e a independência dos programas frente a mudanças ou vaivéns políticos.

Uma característica relevante destes programas é que, em geral, estão dotados desde o começo de completos sistemas de avaliação, de maneira que se conta com um conjunto relevante de avaliações dos programas de trajetória mais longa, como Oportunidades do México ou Bônus de Desenvolvimento Humano do Equado¹⁸.

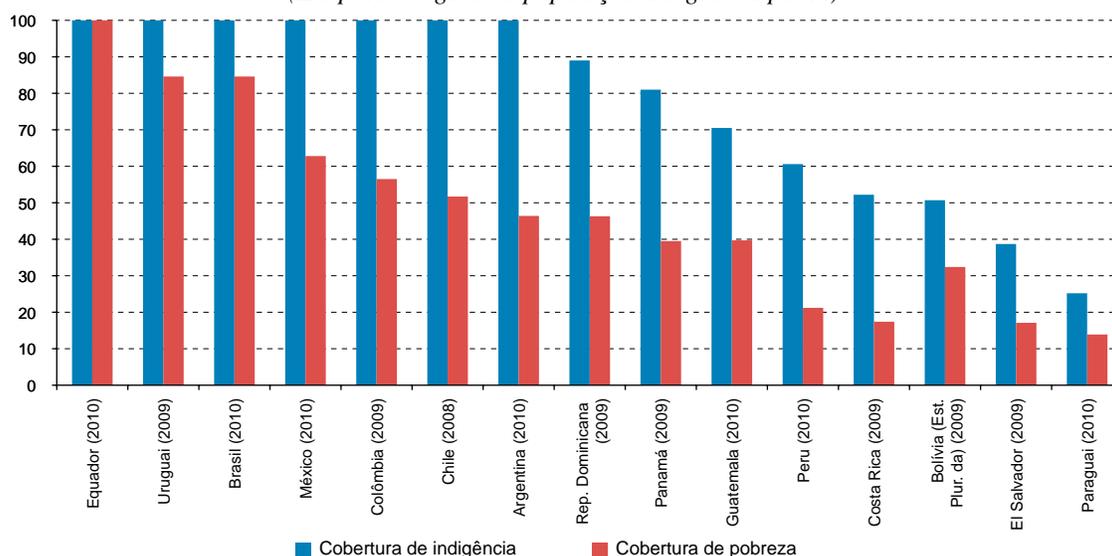
2. O rendimento dos PTC

Cecchini e outros (2009), Cecchini e Madariaga (2011) e Fiszbein e Schady (2009) sintetizam os principais resultados colhidos na literatura e avaliações sobre o rendimento dos programas. Uma primeira consideração é sua heterogeneidade, pelas variações entre países, devido fundamentalmente às diferenças existentes quanto à extensão dos programas, níveis de cobertura, o montante dos benefícios transferidos e os mecanismos de implementação. Contudo, podemos propor algumas generalizações matizadas para entender em que medida os programas atingem (ou não) os objetivos propostos.

¹⁸ Contudo, é importante considerar que as avaliações disponíveis enfatizam dois temas: o impacto sobre a situação de pobreza medida em termos de renda e o impacto sobre o âmbito da educação levando em conta indicadores tais como a cobertura e a deserção escolar. Alguns estudos examinam o impacto de gênero e na dinâmica familiar. Não se conhecem, porém, avaliações concentradas no âmbito da saúde — muito menos na área sexual e reprodutiva —, embora alguns programas, como os do México e Equador, incorporem atividades nesta matéria.

Em primeiro lugar, os PTC conseguiram chegar a uma grande proporção de população que se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo as últimas estimativas disponíveis, estes programas beneficiam 25 milhões de famílias, que englobam em conjunto 113 milhões de pessoas. Isto representa 19% da população total da região. Em termos de cobertura a respeito da população que se pretende atender (em situação de pobreza ou extrema pobreza), os rendimentos variam substancialmente de um país a outro. Em sete países (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México e Uruguai) a cobertura alcança quase a totalidade da população indigente. No resto dos países, a cobertura da população indigente vai desde 89% na República Dominicana até apenas 25,2% no Paraguai. Levando em consideração a população pobre, a cobertura é menor em todos os casos, mas significativa em alguns (no Equador se registra uma cobertura total e no Uruguai e no Brasil supera 84%) e muito reduzida em outros países (17,4% na Costa Rica, 17,1% em El Salvador e 13,9% no Paraguai (veja o gráfico II.1).

GRÁFICO II.1
AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): COBERTURA DOS PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS (PTC), 2009-2010
(Em porcentagens da população indigente e pobre)



Fonte: S. Cecchini e A. Madariaga, “Programas de transferencias condicionadas. Balance da experiencia en América Latina y el Caribe”, Cuadernos de la CEPAL, Nº 95 (LC/G.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2011, gráfico IV.4

Em segundo lugar, estes níveis de extensão e cobertura supõem transferências de rendas significativas que sem dúvida melhoram as condições materiais de vida dos que as recebem, sobretudo se compararmos com a situação que ocorreria caso estes programas não existissem.

Se considerarmos o consumo como um indicador desta melhoria, a informação disponível sobre alguns países reflete efetivamente um aumento, principalmente do consumo de produtos alimentícios (com relação a este tipo de bens, verifica-se também uma diversificação) e de roupas infantis. A transferência por PTC também contribui para um aumento do consumo de artigos escolares, que se potencializa também com as transferências em dinheiro que alguns programas incluem. Para o caso da Argentina, Goldberg e Rodríguez Enríquez (2011) também observaram que as transferências podem contribuir para gerar poupanças que permitem adquirir bens duráveis para o lar ou contribuir para o financiamento de obras na moradia. Isto ocorre fundamentalmente nas famílias que antes de receber a transferência já tinham suas necessidades mais básicas atendidas.

Porém, atinge-se o objetivo de curto prazo dos PTC, que é atender a esta população e reduzir assim a incidência da pobreza e da pobreza extrema? Aqui voltamos a enfatizar a variabilidade, de modo que a resposta a esta pergunta depende de diversos fatores: i) o montante do benefício em relação aos tetos de pobreza e indigência (ou pobreza extrema); ii) o nível de cobertura; iii) a duração do benefício; iv) a variabilidade (tanto do teto como do benefício). Cecchini e Madariaga (2011) assinalam que os resultados são modestos em termos estritos de luta contra a pobreza, cujo teto monetário não chega a ser coberto com a maioria dos benefícios. Entretanto, os impactos podem ser maiores com relação à brecha e à severidade da pobreza. Os maiores ganhos nestes casos ocorrem nos países onde o alcance do programa é maior e o montante da transferência mais significativo (Argentina, Brasil, Equador e México). No resto, onde tanto as coberturas como os montantes são modestos, não se observam maiores efeitos na incidência da pobreza. Como exemplo extremo, pode-se citar o caso de Honduras, um país com extensa pobreza onde o montante do benefício é modesto. Segundo Guerreiro Osório (2008), em 2007 a implementação do PTC no país havia significado uma redução da pobreza de somente 0,02 ponto percentual.

Ao estabelecer uma comparação com os tetos que se pretende proteger, Cecchini e Madariaga (2011, pág. 124) assinalam que, de 14 países da região observados, “se depreende que nas áreas rurais o montante mínimo das transferências representa, em média, 12% da linha de indigência e 7% da linha de pobreza, enquanto nas zonas urbanas equivale a 11% e 5%, respectivamente. Por sua vez, ao comparar o montante *per capita* máximo, como média regional nas áreas rurais as transferências representam 35% da linha de indigência e 20% da linha de pobreza, enquanto nas zonas urbanas equivalem a 29% e 15%, respectivamente”.

A transferência de renda tem um impacto evidente nos orçamentos dos usuários e, com isso, em sua possibilidade de acessar bens e serviços, particularmente no curto prazo. A CEPAL (2010a) mostra que estas transferências representam em média em torno de 10,3% da renda *per capita* das famílias beneficiadas. No primeiro quintil da população (o de menor renda), estes recursos podem chegar inclusive a duplicar a renda das famílias mais pobres.

Um elemento que semeia dúvidas a respeito da capacidade que os PTC terão no futuro de sustentar a renda da população à qual se dirigem guarda relação com a ausência, na maioria dos casos, de mecanismos explícitos de ajuste dos montantes das transferências. Num contexto em que a pressão inflacionária pode ser significativa, os governos administram os ajustes em função de suas capacidades fiscais e das demandas políticas (vinculadas com os ciclos eleitorais). Cabe esperar, portanto, certa instabilidade e processos sucessivos de enfraquecimento e recuperação do poder aquisitivo das transferências.

Além destes impactos mais ou menos notáveis dos PTC na situação e incidência da pobreza (muito mais evidentes em relação à pobreza extrema), pode-se mencionar um impacto quase imperceptível na distribuição da renda. Cecchini e Madariaga (2011) assinalam que somente nos casos do programa Oportunidades do México e Bolsa Família do Brasil se observa um impacto positivo, estimado numa redução de 2,7 pontos percentuais no índice de Gini (como indicador de desigualdade).

E o que ocorre em relação ao objetivo de médio e longo prazo dos PTC, que é, segundo definido nos próprios programas, melhorar o capital humano da população pobre, em particular das crianças e adolescentes, com o objetivo de romper a reprodução intergeracional da pobreza?

Para responder a esta pergunta, avaliam-se os efeitos dos PTC nas capacidades das pessoas beneficiárias. Sobre este ponto, as evidências examinadas indicam avanços no acesso aos serviços que podem melhorar as capacidades, mas não necessariamente em seu conteúdo. Assim, verifica-se na maioria dos casos um aumento no acesso à escola e aos serviços de saúde. Mas não se evidencia claramente uma melhora no nível da aprendizagem educacional nem no estado de saúde ou nutrição das crianças, adolescentes e mulheres grávidas.

No âmbito educacional os maiores ganhos são observados no aumento da taxa de escolarização nos países que partiam de índices mais baixos quanto à frequência escolar, nos níveis de transição (onde a deserção é maior) e nas famílias mais pobres. No campo da saúde verifica-se também um aumento dos controles de crescimento e preventivos de crianças, mas as evidências com relação a melhoras em seu estado de saúde e nutrição são heterogêneas e pouco conclusivas (Cecchini e Madariaga, 2011).

Adicionalmente, em alguns PTC as transferências monetárias são acompanhadas de outro tipo de serviços que também contribuem para a formação de capacidades. Por um lado, os relacionados com a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda. Nestes casos os programas oferecem capacitação profissional, acesso a microcréditos e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos produtivos de pequena escala. Por outro lado, os relativos à sensibilização e capacitação em temas específicos, vinculados, por exemplo, à saúde ou ao fortalecimento familiar. Contudo, as ações para aumentar o “capital humano” da população adulta que participa nos programas, como a implementação de mecanismos para facilitar a conclusão de estudos, são escassas e têm pouco peso no conjunto dos programas.

3. Alguns valores implícitos nos PTC e certas controvérsias

As condicionalidades representam um dos elementos mais característicos dos PTC e nelas subjaz uma escolha quanto à política pública. Rodríguez Enríquez (2011) expõe os fundamentos em que se baseiam as condicionalidades: i) o paternalismo estatal que busca corrigir o “altruísmo incompleto” da população pobre, melhorando desta forma seu investimento no capital humano das crianças; ii) o consenso político que seria obtido em torno de uma medida que favorece uma população pobre que manifesta (através do cumprimento das condicionalidades) predisposição e esforço para sair de sua situação de pobreza; iii) a eficiência social que implica o consumo destes bens de interesse (a educação e a saúde).

A aplicação punitiva das condicionalidades põe em evidência duas considerações axiomáticas. Por um lado, a identificação de pobres merecedores e não merecedores da assistência. Por outro lado, a atribuição de corresponsabilidade tanto na determinação da situação de pobreza (as pessoas estão em situação de pobreza porque não souberam investir em seu capital humano) como na possibilidade de sair dela (na correção desse investimento repousa a possibilidade de superar sua situação).

Sob a perspectiva dos direitos, esta formulação é problemática, porque entra em conflito com os princípios básicos de universalidade e não discriminação que são próprios ao direito à seguridade social e ao acesso a condições básicas para uma vida digna. Isto acontece porque se distingue entre pobres merecedores e não merecedores da assistência e porque se aplica a esta população um controle de conduta que não se exige de outros setores sociais e econômicos aos quais também se dirige a política pública (por exemplo, não se impõem condicionalidades equiparáveis às instituições financeiras resgatadas com vultosos recursos públicos nem para os contribuintes do imposto sobre a renda, que gozam de créditos fiscais).

Por outro lado, as condicionalidades funcionam punitivamente num sentido unidirecional. Exige-se da população beneficiária seu cumprimento, mas raras vezes acontece o mesmo com o Estado e sua obrigação de oferecer as condições para que esse cumprimento possa se tornar efetivo. No entanto, há que destacar que as condicionalidades podem funcionar como um mecanismo para gerar demanda destes serviços sociais básicos e fundamentais.

O custo da burocracia necessária para monitorar o cumprimento efetivo das condicionalidades também foi objeto de controvérsia, na medida em que se considera que na relação custo/eficácia o mais sensato seria um sistema de transferências não condicionadas. No entanto, a este respeito considera-se que a aplicação de tecnologia da informação permite baratear o custo e aumentar a eficiência dos controles. Por exemplo, Mariscal Avilés, Lepore e Carvalho De Lorenzo (2012) mostram que no caso do programa Oportunidades, do México, a coleta de informação com dispositivos móveis se traduziu

numa maior transparência na formação de padrões de beneficiários e beneficiárias, o que ao mesmo tempo pode possibilitar uma melhor focalização.

A vinculação entre os PTC e o mercado de trabalho é outra dimensão controvertida. Argumenta-se que estes programas podem desincentivar a oferta laboral das pessoas adultas em idade de trabalhar dos lares beneficiários, pois veriam reduzida sua premência em obter renda, ao receber a transferência monetária. Três questões merecem ser assinaladas aqui. Primeiro, as evidências (escassas, evidentemente) não permitem concluir que exista uma generalização deste efeito entre a população beneficiária (embora pareça existir um impacto específico em certos grupos —as mulheres casadas com altas cargas familiares—, como se explica na próxima seção). O segundo é que esse argumento deveria ser situado no contexto dos mercados de trabalho, na medida em que a população beneficiária destes programas não costuma optar entre trabalho e ócio (segundo a terminologia da economia mais ortodoxa), mas entre uma variedade de formas altamente precárias e informais de emprego, o desemprego e a inatividade. Terceiro, o que parece ocorrer mais frequentemente na realidade é que a renda proveniente dos PTC faz parte de complexas estratégias de sobrevivência das famílias, que combinam diversos elementos: emprego remunerado informal em maior ou menor grau, atividades de autossustento, transferências entre famílias (monetárias e em espécie) e altas doses de trabalho não remunerado (que será tratado mais detalhadamente na próxima seção).

A necessidade de contextualizar os PTC surge com as dificuldades na hora de formular estratégias de saída para os beneficiários e beneficiárias destes programas. As poucas experiências registradas indicam que o emprego informal continua sendo a forma mais habitual de participação econômica deste setor social, para a qual inclusive contribuem as opções de microempreendimentos que em alguns casos são promovidas pelos programas.

Por outro lado, a ocorrência de fenômenos de clientelismo e corrupção na política social em alguns países da região também afeta a operação dos PTC. Eis alguns exemplos: a dependência da população beneficiária, a percepção do benefício como uma “caridade” do presidente ou da primeira-dama, os manejos “feudais” no nível dos operadores locais e as práticas de utilização de recursos públicos com fins privados ou clientelistas.

No entanto, vários países estão levando a cabo ações para enfrentar estes problemas através de diversos mecanismos de governo eletrônico (que permitem controlar tanto os beneficiários —por exemplo, mediante o cruzamento de bases de dados de benefícios sociais— como os gestores), a bancarização das transferências e o desenvolvimento de sistemas de auditoria social e de participação cívica. A esse respeito, Mariscal Avilés, Lepore e Carvalho De Lorenzo (2012) assinalam, ao estudar o programa Oportunidades, do México, que a entrega eletrônica das transferências (através de um cartão biométrico que funciona como uma carteira eletrônica) e a possibilidade de utilizar leitores de impressão digital permitiram uma maior transparência e uma melhor distribuição dos recursos e reduziram os custos de gestão do programa.

Mesmo com todas as suas controvérsias e filtrações, os PTC contribuíram para aproximar o Estado de grupos de população historicamente marginalizados da proteção social, em um processo que contribui em certa medida para a construção de cidadania, como se expressa, por exemplo, na provisão de documentação. Muitas mulheres e seus filhos tiveram acesso à sua documentação pessoal ou a regularizaram, ainda que não pelo reconhecimento de seus direitos, mas por se tratar de um requisito essencial para sua inscrição nos programas. Para citar um exemplo, numa entrevista realizada em 2006, Rosani Cunha, então Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Brasil, assinalava que o programa tornava mais evidente o problema da documentação e que no Rio de Janeiro, ao visitar os lares, se havia constatado que 12% dessas pessoas não contavam com documentação pessoal. O acesso à documentação é o primeiro passo para o exercício mais pleno da cidadania e para a reivindicação dos direitos.

C. Os PTC e as mulheres: um passo adiante e dois para trás?¹⁹

Desde a sua implementação, os PTC se orientam majoritariamente para as mulheres, por vários motivos: i) na maioria dos países os programas concedem benefícios para as crianças através de suas mães, isto é, estas recebem um benefício monetário destinado a seus filhos; ii) em certos casos, ser mulher (e mãe) é um dos requisitos para obter o benefício (ou seja, não é entregue ao pai ou tutor); iii) com frequência, por estar o acesso condicionado à ausência de qualquer outra renda pessoal, as famílias decidem que as mulheres solicitarão a assistência, pois têm menos possibilidades de conseguir um emprego remunerado (que competiria com o benefício dos PTC); iv) as condicionalidades impostas pelos programas, vinculadas a dimensões do cuidado das crianças e adolescentes (educação e saúde) respondem a uma consideração social segundo a qual se atribui a responsabilidade do cuidado às mães e, portanto, são elas que devem receber o benefício.

Desta forma, os PTC se converteram em veículo de uma maciça transferência de recursos monetários do Estado para as mulheres e constituem um verdadeiro marco na história da política social na região. Os PTC localizaram muitas mulheres num lugar reconhecível; colocaram-nas em relação com um Estado que historicamente as ignorou como cidadãs e sujeitos de políticas públicas. A primeira forma de relação institucional que muitas mulheres conheceram foram os PTC.

Mas, em que sentido concreto se expressa esta cidadania? Até que ponto se transforma em reconhecimento e gozo efetivo de direitos? De que maneira se traduz (se o faz) em autonomia para as mulheres, um aspecto essencial para o exercício pleno da cidadania? Ocorre a partir daqui uma transformação que afeta a posição historicamente subordinada das mulheres? Sobre estas perguntas refletimos a seguir.

1. Programas de mulheres, mas... para mulheres?

Dado o caráter “feminizado” dos PTC, pode existir a tentação de considerá-los uma política pública para as mulheres. Se o fossem, deveriam atuar sobre os elementos que impedem a autonomia feminina e sobre os principais obstáculos à igualdade de gênero. Porém, se olharmos mais de perto estes programas, surgem dúvidas a esse respeito e somos levados a nos perguntar se não são, como tantos outros, programas destinados às mulheres, mas que carecem de perspectiva de gênero.

Qual é a origem dessa tentação?

Em primeiro lugar, as mulheres aparecem efetivamente como beneficiárias majoritárias (e, em alguns países, únicas) dos PTC. No entanto, não recebem o benefício a título pessoal, mas em virtude de relações de parentesco com os verdadeiros titulares do direito: seus filhos. Desse modo, as mulheres não são beneficiárias finais, mas beneficiárias operacionais da transferência enquanto mães que podem e devem operar a transformação desse benefício em um melhor investimento no capital humano de seus filhos.

¹⁹ Esta seção baseia-se em Rodríguez Enríquez (2011) e para os casos nacionais específicos em Goldberg e Rodríguez Enríquez (2011) e Bustos, Villafañe e Trujillo (2011) para o caso da Argentina; Adato (2000), Arriagada e Mathivet (2007), López e Salles (2006) e Mariscal Avilés, Lepore e Carvalho de Lorenzo (2012) para o caso do México; Armas Dávila (2004) para o caso do Equador; Arriagada e Mathivet (2007), Martínez Franzoni e Voorend (2008) e Soares e Silva (2010) para o caso do Chile; Cecchini e Madariaga (2011), Martínez Franzoni e Voorend (2008) e Moore (2009) para o caso da América Central; Draibe (2006), Evangelista da Cunha e Benfca da Câmara Pinto (2008), Suárez e Libardoni (2007), Soares e Silva (2010) e Mariscal Avilés e outros (2012) para o caso do Brasil; Rodríguez Mojica (2010) para o caso do Panamá; Soares e Silva (2010) para o caso da Colômbia.

Em segundo lugar, os PTC transferem recursos monetários para as mulheres. Este aspecto é inegável. Aplicam-se às mulheres todas as considerações da seção anterior a respeito da incidência das transferências monetárias nas condições materiais de vida dos que a recebem. Isto é: i) melhora sua situação material e a daqueles com quem convivem (em particular as crianças); ii) diminui a distância entre a renda que recebem e o umbral de pobreza (em particular da pobreza extrema); iii) a percepção monetária pode se transformar numa base para a acumulação de ativos (bens duráveis para o lar ou recursos econômicos para empreender atividades produtivas de pequena escala).

Há outras considerações importantes sobre o recebimento da renda por parte das mulheres, sobretudo se situarmos em contexto. Dado que se trata de uma população com trajetórias de trabalho pouco estáveis, associadas com alternâncias de períodos de inatividade, desemprego e emprego precário, os PTC representam para muitas mulheres a primeira fonte de renda estável. Isto melhora não só sua situação atual, mas também suas perspectivas no médio prazo. Adicionalmente, no contexto mencionado, a transferência dos PTC representa uma renda de que de outro modo careceriam.

Além disso, esta renda estável é considerada pelas mulheres como própria e, neste sentido, consolida sua posição nos processos de tomada de decisão no lar, em especial as referentes às questões econômicas²⁰, mas não somente, já que a melhor posição econômica produz um efeito sobre a autoestima das mulheres que lhes permite também se posicionar de um modo distinto em outros espaços de negociação.

Em síntese, os PTC são programas que transferem maciçamente recursos monetários do Estado para uma população extensa de mulheres. No entanto, essa dinâmica não obedece à sua condição de mulheres, mas de mães. Portanto, pode-se corrigir a primeira apreciação generalizada de que são programas cujos principais beneficiários são as mulheres, pois na realidade são beneficiárias operacionais na qualidade de mães de um benefício destinado a seus filhos.

Por outro lado, trata-se de mães com características especiais: são pobres e suas trajetórias de trabalho são pouco estáveis, devido a uma dinâmica em que os mercados de trabalho as excluem estruturalmente, ao gerar poucas oportunidades de trabalho e discriminá-las por sua condição de mulheres, assim como por seu baixo nível educativo e grandes cargas familiares.

Por isso, a transferência maciça de recursos para as mulheres através dos PTC é inegavelmente positiva, pois representa uma renda da qual de outra forma careceriam e que lhes permite melhorar as condições materiais de vida própria e a de seus filhos. Além disso, os recursos dos quais podem dispor fortalecem sua posição para a negociação no lar.

Isso permite consolidar a autonomia econômica das mulheres e mudar sua posição de subordinação (que é o que se esperaria de um programa orientado para as mulheres)? Alguns aspectos particulares dos PTC semeiam dúvidas a esse respeito, como se argumenta na próxima seção.

2. O maternalismo social e a organização do cuidado: mais do mesmo

As condicionalidades de assistência escolar e controle da saúde das crianças e adolescentes como característica distintiva dos PTC constituem um meio através do qual opera o que podemos chamar de “maternalismo social”. Este termo alude ao fato de que a política social considera as mães como

²⁰ Veja a respeito Maldonado e outros (2006), Espinosa (2006), Evangelista da Cunha e Benfica da Câmara Pinto (2008). Em relação às decisões sobre assuntos econômicos, em Maldonado e outros (2006) indica-se que, apesar da melhora na posição negociadora das mulheres, estas continuam decidindo sobre os gastos em alimentos, enquanto os homens decidem os gastos de maior envergadura.

corresponsáveis na consecução de certos objetivos sociais (como a superação da pobreza). As mães se transformam assim num instrumento da política social, o que se soma à sua responsabilidade histórica de garantir a reprodução social cotidiana das pessoas.

A virada discursiva que os programas tiveram permite abonar este argumento. A obrigação para as receptoras do benefício monetário dos PTC de demonstrar a frequência escolar e o controle de saúde de seus filhos passou de se basear numa ideia de condicionalidade a uma noção de corresponsabilidade. Isto implica que o cumprimento dos requisitos deixou de ser uma condição para receber o benefício e se transformou num mecanismo pelo qual as mães são agora responsáveis por garantir o correto investimento em capital humano de seus filhos, o que resultará com o tempo na superação de sua condição de pobreza. Isto ocorre sobretudo nos programas em que o não cumprimento dos requisitos é administrado de maneira estritamente punitiva, ou seja, onde supõe a perda parcial ou total do benefício.

Ao tornar as mães explicitamente responsáveis por velar por estas dimensões de cuidado (educação e saúde), os PTC reforçam o papel cuidador das mulheres, que é uma das causas da desigualdade econômica de gênero. Portanto, a capacidade que os PTC podem ter para transformar a vida das mulheres pobres com a transferência de renda monetária (um passo adiante) é neutralizada com folga ao fazê-lo consolidando seu papel cuidador, o que tem mais de uma implicação negativa (dois passos atrás).

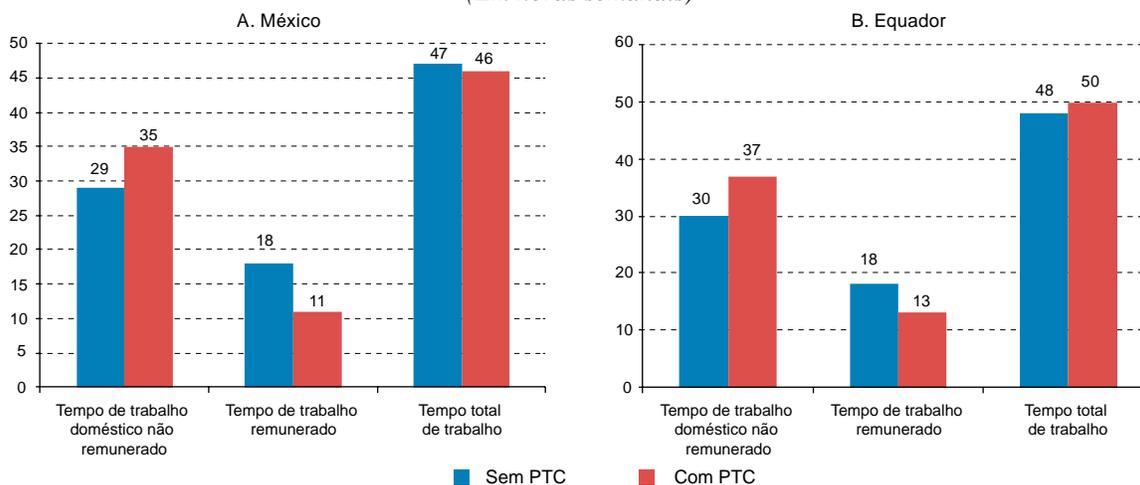
Este retrocesso ocorre, em primeiro lugar, em termos simbólicos. O fato de atribuir às mães a responsabilidade do cuidado de seus filhos em matéria de educação e saúde é uma maneira de reforçar a ideia socialmente construída de que o cuidado é uma responsabilidade natural das mulheres. Ainda mais quando se antepõe esta responsabilidade individual (demonstrar a frequência escolar e os controles de saúde) à responsabilidade do Estado de garantir os serviços sociais que assegurem direitos humanos, como a educação e a saúde das crianças e adolescentes.

Em segundo lugar, é também um retrocesso em termos práticos. O cumprimento das condicionalidades exige uma maior dedicação de tempo por parte das mulheres, que devem tramitar os certificados de frequência escolar e os controles de saúde de seus filhos, o que em alguns casos (sobretudo onde os serviços sociais são mais deficientes) exige traslados e longas esperas. Além disso, devem realizar tarefas relacionadas com o programa (por exemplo, participar em conferências informativas ou em atividades de sensibilização e formação). Finalmente, em alguns casos o requisito de frequência escolar implica a transferência de tempo de cuidado não remunerado das filhas adolescentes para as mães. Evidentemente, o fato de as adolescentes abandonarem tarefas de cuidado não remuneradas para frequentar a escola é positivo. Não obstante, também impõe uma carga adicional sobre suas mães.

A informação procedente das pesquisas de uso do tempo permite confirmar a hipótese de que a participação nos PTC aumenta o tempo de trabalho não remunerado das mulheres. Os exemplos do México e do Equador assim o demonstram. Como se pode ver nos gráficos II.2a e II.2b, o tempo de trabalho total das mulheres que recebem PTC e das que não recebem difere levemente, sendo maior no México no caso das mulheres não receptoras, ao contrário do Equador.

GRÁFICO II.2
MÉXICO E EQUADOR: TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DAS MULHERES SEGUNDO
SUA SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIAS OU NÃO DE PROGRAMAS
DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS (PTC), 2010

(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

Porém, ao desagregar esta informação por tipo de trabalho, observam-se diferenças substantivas, em conformidade com o que assinalamos. Em ambos os países as mulheres que recebem transferências por PTC dedicam menos tempo que as que não as recebem a atividades no mercado de trabalho e mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. No México, as mulheres que recebem transferências por PTC destinam 11 horas semanais ao trabalho no mercado (o que contrasta com as 18 horas que empregam as mulheres que não recebem renda de PTC) e 35 horas ao trabalho de cuidado não remunerado (frente às 29 horas dedicadas pelas mulheres que não recebem transferências por PTC). No caso do Equador, as beneficiárias de PTC dedicam 13 horas semanais ao trabalho no mercado (frente a 18 horas no caso das mulheres que não recebem nenhum benefício associado a um PTC) e destinam 37 horas ao trabalho de cuidado não remunerado (frente às 30 horas dedicadas em média pelas mulheres que não recebem transferências por PTC).

Caberia argumentar que estas diferenças não derivam do recebimento ou não de transferências de PTC, mas que são mulheres com características diversas. Por exemplo, pode-se dizer que as mulheres que recebem renda procedente de PTC dedicam mais tempo ao trabalho de cuidado simplesmente porque têm mais filhos. Com efeito, como se pode ver no quadro II.1, há proporcionalmente mais mulheres com filhos menores de 15 anos entre as receptoras de transferências de PTC.

QUADRO II.1
MÉXICO E EQUADOR: MULHERES COM E SEM FILHOS OU FILHAS MENORES DE 15
ANOS SEGUNDO SUA SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIAS OU NÃO DE PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS (PTC), 2010

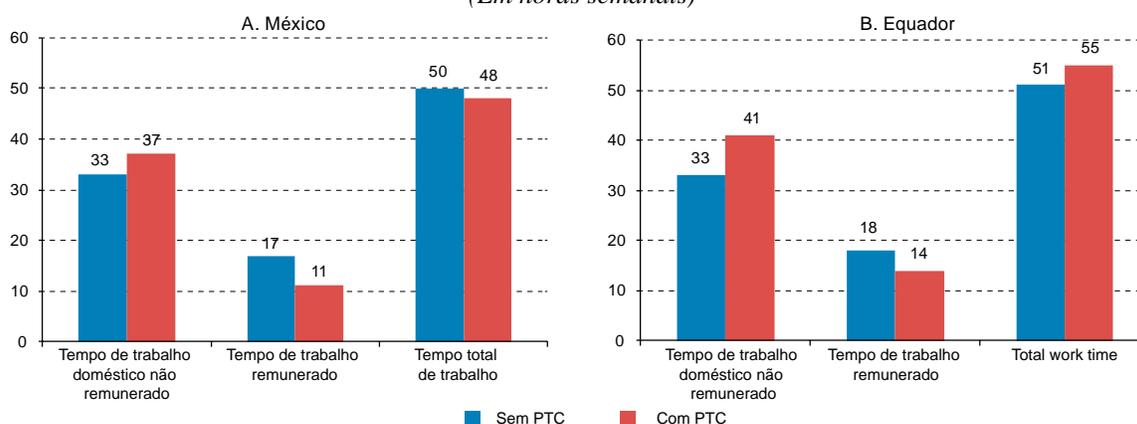
(Em porcentagens)

	Sem filhos ou filhas menores de 15 anos		Com filhos ou filhas menores de 15 anos	
	Sem PTC	Com PTC	Sem PTC	Com PTC
México	92,4	7,6	84,9	15,1
Equador	83,1	16,9	79,6	20,4

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

No entanto, ao compararmos entre mulheres com filhos menores de 15 anos, observamos que persistem as diferenças no uso do tempo. Como se pode ver nos gráficos II.3a e II.3b, em ambos os países as mulheres que recebem renda de PTC dedicam menos tempo ao trabalho no mercado e mais ao de cuidado. Neste último caso, as mulheres mexicanas que recebem transferências por PTC consagram em média 37 horas por semana ao trabalho de cuidado não remunerado, enquanto as que não recebem renda de PTC destinam 33 horas. No caso do Equador, a diferença é ainda mais notável, já que as mulheres receptoras de transferências por PTC dedicam 41 horas semanais em média ao trabalho de cuidado não remunerado, frente a 33 horas dedicadas pelas mulheres que não são beneficiárias de PTC.

GRÁFICO II.3
MÉXICO E EQUADOR: TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DAS MULHERES QUE TÊM
FILHOS OU FILHAS MENORES DE 15 ANOS EM CASA, SEGUNDO O RECEBIMENTO
OU NÃO DE TRANSFERÊNCIAS POR PTC, 2010
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Pode-se dizer também que as mulheres receptoras de transferências por PTC dedicam mais tempo ao trabalho de cuidado não remunerado porque não estão ocupadas no mercado de trabalho. Com efeito, ao comparar as estruturas de condição de atividade entre receptoras e não receptoras de renda de PTC, observam-se diferenças. Como se pode ver no quadro II.2, em que se reflete o caso do Equador, existe uma maior proporção de mulheres ocupadas entre as que não recebem transferências por PTC (46,5%) do que entre as que são receptoras (38,2%). De maneira concomitante, existe uma maior proporção de mulheres consideradas inativas estatisticamente e dedicadas principalmente às tarefas domésticas e de cuidado de pessoas entre as receptoras de transferências por PTC (47,9%) do que entre as que não são receptoras (27,5%).

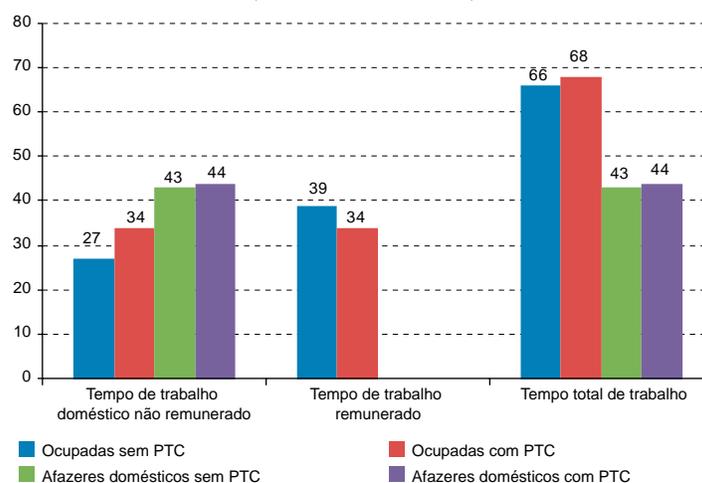
QUADRO II.2
EQUADOR: CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DAS MULHERES SEGUNDO SUA SITUAÇÃO
COMO BENEFICIÁRIAS OU NÃO DE PTC, 2010
(Em porcentagens)

	Sem PTC	Com PTC
Ocupadas	46,5	38,2
Dedicadas a afazeres domésticos	27,5	47,9
Outra condição de inatividade	26,0	13,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

Portanto, podemos indagar se haverá diferenças no uso de tempo das mulheres com a mesma condição de atividade conforme sejam receptoras ou não de transferências de PTC. Os dados constam no gráfico II.4, onde se pode ver que as mulheres ocupadas trabalham mais horas que as que não o estão, mas as mulheres ocupadas receptoras de transferências por PTC são as que mais trabalham. Adicionalmente, observa-se que, entre as mulheres com a mesma condição de atividade, as beneficiárias de PTC dedicam mais tempo ao trabalho de cuidado não remunerado.

GRÁFICO II.4
EQUADOR: TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DAS MULHERES SEGUNDO SUA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E RECEBIMENTO OU NÃO DE TRANSFERÊNCIAS POR PTC, 2010
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

Entre as ocupadas, as beneficiárias dos PTC dedicam 34 horas semanais ao trabalho de cuidado não remunerado, enquanto as não beneficiárias dedicam 27 horas. Entre as mulheres consideradas estatisticamente inativas e que se dedicam principalmente ao trabalho de cuidado não remunerado, as diferenças são menores, pois as beneficiárias de PTC trabalham uma hora mais em média semanal que as não beneficiárias (44 e 43 horas, respectivamente).

Isto pode sugerir que as mulheres beneficiárias de PTC residem principalmente em zonas rurais, onde se dedica mais tempo a atividades de cuidado não remuneradas. De fato, como se pode ver no quadro II.3, a presença de mulheres beneficiárias de PTC é relativamente maior nas zonas rurais que nas urbanas nos dois países que tomamos como exemplo.

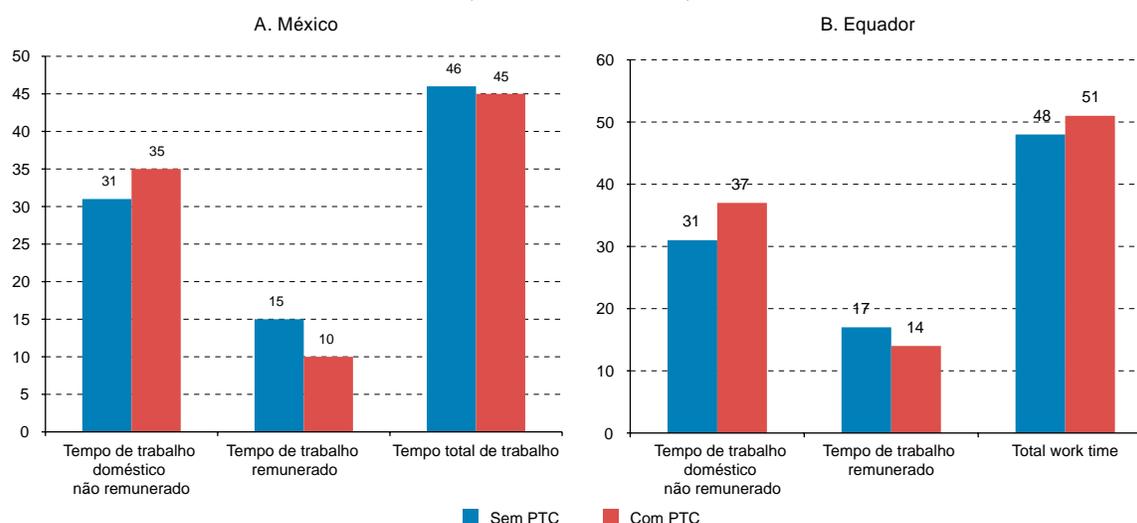
QUADRO II.3
MÉXICO E EQUADOR: MULHERES QUE RECEBEM OU NÃO TRANSFERÊNCIAS POR PTC SEGUNDO A ZONA DE RESIDÊNCIA
(Em porcentagens)

	Zonas urbanas		Zonas rurais	
	Sem PTC	Com PTC	Sem PTC	Com PTC
México	96	4	71,8	28,2
Equador	90,2	9,8	59,9	40,1

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

O que acontece, então, se compararmos o uso do tempo unicamente entre as mulheres que vivem em zonas rurais? Como se pode ver nos gráficos II.5a e II.5b, de novo em ambos os países as mulheres rurais beneficiárias de PTC dedicam menos tempo ao trabalho remunerado e mais às tarefas de cuidado não remuneradas. No México as beneficiárias destinam 35 horas semanais, frente às 31 horas dedicadas pelas não beneficiárias de PTC e no Equador as beneficiárias destinam 37 horas semanais em média, enquanto as não beneficiadas empregam 31 horas.

GRÁFICO II.5
MÉXICO E EQUADOR: TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DAS MULHERES QUE VIVEM EM ZONAS RURAIS, SEGUNDO RECEBAM OU NÃO TRANSFERÊNCIAS POR PTC, 2010
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

Finalmente, pode-se dizer as mulheres beneficiárias de PTC dedicam mais tempo ao trabalho de cuidado simplesmente porque são mais pobres. De fato, como seria de esperar, existe uma maior participação de beneficiárias de PTC entre as mulheres pobres que entre as não pobres (veja o quadro II.4.)

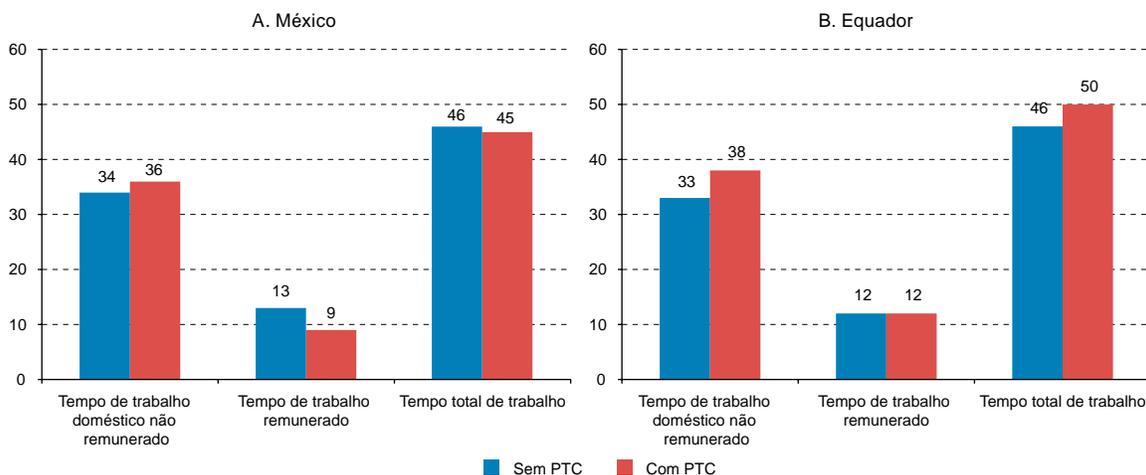
QUADRO II.4
MÉXICO E EQUADOR: MULHERES QUE RECEBEM OU NÃO TRANSFERÊNCIAS POR PTC SEGUNDO SUA SITUAÇÃO DE POBREZA
(Em porcentagens)

	Pobre		Não pobre	
	Sem PTC	Com PTC	Sem PTC	Com PTC
México	77,2	22,8	92,3	7,7
Equador	72,0	28,0	85,6	14,4

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

No entanto, também neste caso, ao comparar entre as mulheres pobres, observa-se que as beneficiárias de PTC dedicam mais tempo que as não beneficiárias às tarefas de cuidado não remuneradas. Como se pode ver no gráfico II.6a, as mulheres pobres beneficiárias de PTC dedicam em média semanalmente 36 horas ao trabalho de cuidado não remunerado, enquanto as não beneficiárias dedicam 34 horas semanais.

GRÁFICO II.6
MÉXICO E EQUADOR: TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DAS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE POBREZA, SEGUNDO RECEBAM OU NÃO TRANSFERÊNCIAS
POR PTC, 2010
(Em horas semanais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas de uso do tempo.

No Equador as mulheres pobres beneficiárias de PTC dedicam 38 horas semanais ao trabalho de cuidado não remunerado, frente às 33 horas que em média dedicam as não beneficiárias (veja o gráfico II.6b). As mulheres pobres beneficiárias de PTC são as que mais horas dedicam em total ao trabalho.

Em conclusão, pode-se afirmar que a consolidação do papel cuidador das mulheres beneficiárias de PTC é simbólica e prática. A existência de condicionalidades vinculadas ao cuidado impõe às mulheres exigências suplementares quanto ao uso de seu tempo.

A visão maternalista da política social não faz mais que consolidar uma organização do cuidado baseada no trabalho não remunerado das mulheres, em especial das mais pobres. Esta situação é uma das causas fundamentais da persistente desigualdade econômica de gênero; por isso, as políticas públicas não deveriam contribuir para sua manutenção —e sim o contrário— se desejarmos avançar sem dar nenhum passo atrás.

3. O trabalho das mulheres: uma questão sem resolver

O outro lado da reflexão anterior é o que acontece com relação aos PTC e o trabalho remunerado das mulheres. Em termos gerais, pode-se afirmar que os PTC não constituem mecanismos úteis para promover a participação econômica das mulheres, em particular sua inserção no mercado de trabalho. Obviamente, esse não era um objetivo destes programas, mas de novo caberia argumentar que, se uma intervenção de política pública não contribuiu para uma transformação esperada, ao menos não deve entorpecê-la.

Conforme mencionado anteriormente, não há evidências que permitam afirmar que os PTC desincentivam a oferta de trabalho dos adultos em idade de trabalhar nas famílias beneficiadas, exceto no caso das mulheres casadas. Assim acontece ao menos na Argentina, conforme mostram Bustos, Villafañe e Trujillo (2011), onde se observa que as taxas de atividade dos adultos em idade de trabalhar nas famílias beneficiadas são em todos os casos menores que as taxas de atividade das famílias que não recebiam o benefício, embora reunissem alguns dos requisitos. No entanto, estas diferenças não podem ser atribuídas em princípio ao recebimento da renda pelo programa; por isso, os autores examinam as trajetórias, isto é, se a situação no mercado de trabalho varia a partir do acesso ao PTC. Os autores

concluem que o único grupo que se retira a partir do recebimento do benefício são as mulheres casadas. Observam em que tipo de atividade estavam inseridas estas mulheres e comprovam que tinham ocupações de renda muito baixa (cerca de 50 dólares mensais), a menor em média de todos os grupos de população observados. Adicionalmente, quase 40% das mulheres que se retiravam do mercado de trabalho ao ter acesso ao PTC estavam ocupadas no serviço doméstico.

No caso da Argentina, esta evidência corrobora o que mencionamos no início, que é a necessidade de analisar estes programas em seu contexto. Generalizando o caso, poderíamos dizer que, frente a oportunidades de trabalho muito pouco atraentes, que consistem em empregos precários, instáveis e de baixa remuneração, o benefício dos PTC —uma renda estável que não exige uma contraprestação de trabalho e cujo montante não está tão longe do salário mensal que suas beneficiárias poderiam receber nos empregos disponíveis para elas— na prática constitui um estímulo à não participação no mercado, que pode se materializar numa retirada do mercado do trabalho (como se reflete no exemplo assinalado por Bustos, Villafañe e Trujillo, 2011) ou numa falta de incentivos para entrar no mercado²¹.

Neste sentido, os PTC podem dar lugar a uma “armadilha da inatividade de trabalho”, entendida como um fenômeno análogo ao da “armadilha da pobreza”, que se produz quando as famílias decidem não procurar renda fora do programa, ante a ameaça de perder o benefício²². A probabilidade de que este fenômeno ocorra é tão mais alta quanto menor e mais instável for a renda que pode ser obtida no mercado de trabalho.

Esta possível derivação está relacionada com a dificuldade que os PTC mostraram até agora para desenvolver mecanismos de saída dos programas, especialmente no caso das mulheres. Isto se deve a que as escassas ações que alguns programas implementam para atender a este aspecto se concentram mais na melhora das capacidades das pessoas beneficiárias (por exemplo, processos de conclusão de estudos ou formação para um emprego) do que no que constitui a principal barreira para a participação das mulheres no mercado de trabalho: a organização do cuidado. Nesse sentido, é interessante observar que em alguns casos, em consequência da participação nos programas, aumentam as habilidades sociais das mulheres que estiveram historicamente vinculadas com o trabalho doméstico, mas não chegam a se concretizar em desempenho no mercado de trabalho.

Alguns exemplos ilustram como funciona este mecanismo. Na avaliação dos três casos nacionais estudados, Martínez Franzoni e Voorend (2008) assinalam que o Chile Solidário é o programa que mais promove a inserção no mercado de trabalho e, embora insuficientemente, contempla o acesso a uma oferta de cuidados para facilitar essa inserção para as mulheres. O programa não promove uma reorganização de papéis de gênero, mas reconhece —ao menos formalmente— que a inserção feminina no mercado de trabalho implica uma atenção a necessidades de cuidados de outras pessoas da família, em particular de crianças. Segue-se o programa Red Solidaria (El Salvador), que contempla a capacitação para a inserção produtiva. Foram feitas algumas incursões práticas nessa direção, mas não se conseguiu uma articulação real com iniciativas produtivas uma vez proporcionada a capacitação. No âmbito deste programa, os cuidados e o trabalho doméstico não se separam em nenhum momento da figura materna, do âmbito doméstico e do trabalho não remunerado. Finalmente, o programa Avancemos (Costa Rica) se concentra basicamente na dimensão educativa. No entanto, no médio prazo o estímulo econômico a jovens destacados para que se formem em áreas nas quais existe demanda de emprego poderia incidir numa melhor inserção dos jovens no mercado de trabalho.

²¹ Isto é o que confirmam Goldberg e Rodríguez Enríquez (2011) num estudo qualitativo sobre beneficiárias da Asignación Universal por Hijo na Argentina. Entre as pessoas entrevistadas não ocorreram casos de retirada do mercado de trabalho uma vez recebida a renda básica fornecida pelo PTC, mas um prolongamento da inatividade e desalento ante a perspectiva de ingressar num mercado de trabalho que oferece escassas oportunidades e de pouca qualidade.

²² Qual é a armadilha? O que se pretende solucionar com o programa (carência de renda) na verdade está sendo promovido (as mulheres não podem gerar renda suplementar ao programa).

Dada a incapacidade destes programas para gerar mecanismos de saída, esta ocorre principalmente quando se extinguem as condições que possibilitaram o acesso. O motivo mais frequente é que os filhos atingiram a idade máxima permitida para participar no programa. Isto é especialmente problemático para as mulheres, que podem passar vários anos recebendo renda dos PTC sem poder gerar vias alternativas de participação econômica, para se encontrar, uma vez que seus filhos atingem a idade regulamentar, numa situação de perda do benefício e piores condições do que antes para se incorporar ao mercado de trabalho.

Em síntese, na sua forma atual os PTC podem desincentivar a oferta de força de trabalho, ao mesmo tempo que não contribuem com mecanismos que possam melhorar as condições para uma inserção no mercado de trabalho no futuro. Isto cria uma dependência das mulheres pobres com respeito a este tipo de intervenção pública e vai em detrimento da autonomia econômica que se pretende fomentar com os PTC.

D. De PTC a sistemas de proteção social integrados, homogêneos e inclusivos

Os PTC representam, sem dúvida, um marco na política social da América Latina. Constituem a primeira experiência sólida e ampla de assistência com recursos monetários a uma grande parte da população em situação de pobreza, que esteve historicamente excluída do núcleo de atuação dos sistemas de proteção social. As mulheres se converteram em atores essenciais desses programas, ao serem as principais beneficiárias e “corresponsáveis” das metas propostas nos PTC: atender às carências presentes e romper a transferência intergeracional da pobreza no médio e longo prazo.

Nesse sentido, estes programas também representam um ponto de inflexão para a aproximação das mulheres —em particular das mulheres pobres— às instituições do Estado. De fato, por esse meio se conseguiu registrar esta população em diversos âmbitos da gestão estatal (por exemplo, através da entrega de documentos de identidade e do acesso à escolarização). Desta forma, estas mulheres puderam acessar os benefícios do programa e fazer valer outros direitos, o que lhes permitiu melhorar suas condições de vida.

No entanto, estes programas apresentam duas deficiências importantes: a primeira é geral e a segunda específica (relacionada com a dimensão de gênero). Essencialmente, os PTC produzem uma consolidação de sistemas de proteção social segmentados. No panorama atual, a proteção social oferece benefícios sólidos e estáveis baseados em princípios de direito a quem se incorpora plenamente ao mercado de trabalho em ocupações formais e, no resto dos casos, benefícios mais modestos associados a visões paternalistas sobre as condutas pessoais²³.

Em sua dimensão específica de gênero, os PTC apresentam características que de fato constituem obstáculos para eliminar as causas fundamentais da desigualdade de gênero. Esta inadequação obedece a uma visão maternalista, já que se consolida o papel das mulheres (sobretudo as de menor renda) como cuidadoras e como mediadoras entre o Estado, a família e a comunidade das mulheres (Provoste e Valdés, 2000), sem que se promovam mecanismos que lhes permitam uma participação econômica independente da assistência.

²³ Como assinalam Cecchini e Martínez (2011, pág. 155): “Embora em vários casos a implementação de um PTC tenha permitido chegar a populações que antes não recebiam benefícios sociais, impulsionando a ampliação da oferta local e assentando as bases para um trabalho intersetorial (Cecchini e Martínez, 2011), em outros a dependência dos ciclos eleitorais, a falta de apoio político e financeiro e o escasso enraizamento nas instituições públicas contribuíram para aumentar a fragmentação da política social e reforçar sua falta de eficácia.

Assim, o momento atual é adequado para considerar estratégias que permitam avançar do conceito de PTC para sistemas de proteção social integrados, homogêneos e inclusivos. Que aspectos deveriam ser considerados nestas estratégias para que funcionem também como mecanismos transformadores das dinâmicas que reproduzem a subordinação econômica das mulheres?

Em primeiro lugar, deve-se abandonar toda visão maternalista da política social. As mulheres têm direito próprio à proteção social, que não pode derivar de sua posição nas famílias nem muito menos de sua condição de mães. Por um lado, não corresponde sob uma visão dos direitos humanos como atributo individual das pessoas. Por outro lado, insiste-se no mandato socialmente imposto da maternidade, com o que se restringe a liberdade das mulheres para considerá-la uma opção, não uma obrigação.

Em segundo lugar, é preciso revisar as condicionalidades e suas formas de implementação e transformá-las de maneira que permitam observar os espaços onde o Estado falha (por exemplo, uma oferta de serviços de educação, saúde e cuidados insuficiente, inadequada ou inacessível), não controlar e orientar punitivamente a vida das pessoas (neste caso, das mulheres).

Em terceiro lugar, em vez de servir de instrumentos que consolidam os papéis tradicionais de gênero —em particular o papel cuidador das mulheres— estes programas deveriam contribuir para modificá-los. Neste sentido, é indispensável criar mecanismos que propiciem a corresponsabilidade no cuidado. Por exemplo, as condicionalidades impostas hoje para as mães poderiam se converter em instrumentos que promovam a participação dos pais em atividades de cuidado de seus filhos²⁴. Além disso, seria possível ampliar a corresponsabilidade do Estado no cuidado das pessoas se as condicionalidades a respeito do ensino se estendessem à educação inicial. Isto obrigaria o Estado a garantir a oferta para o cumprimento da condicionalidade, o que na prática pode ser uma estratégia eficaz para ampliar a disponibilidade de serviços de cuidado.

Em quarto lugar, haveria que revisar os programas para que as transferências contribuíssem para uma maior autonomia das mulheres, em particular com respeito a seus companheiros, mas também ao Estado e a uma percepção de recursos condicionada à circunstância de que sejam mães de crianças de certa idade. Este aspecto é essencial se quisermos que os PTC sejam realmente bem-sucedidos em seu objetivo de longo prazo, porque, a menos que “os mercados de trabalho e sua relação com os sistemas de proteção social e as famílias mudem significativamente, as meninas que hoje são sujeitos da formação de capital humano no âmbito dos programas de transferências serão em poucos anos elas mesmas mães e enfrentarão condições e tensões similares às que hoje enfrentam suas mães” (PNUD, 2011, pág. 15).

Em quinto lugar, é necessário fortalecer os mecanismos de representação e a participação das mulheres como componentes indispensáveis para reorientar estes programas num sentido liberador e potencializador das capacidades e oportunidades reais de vida das mulheres.

Em sexto lugar, seria preciso consolidar marcos legais e esquemas institucionais adequados para a gestão destes programas ou, idealmente, de seus substitutos melhorados. Através desses esquemas deve-se estabelecer normativamente a integração dos componentes do sistema e favorecer a prestação de contas e a participação dos cidadãos, tudo num contexto de direitos.

Em sétimo lugar, é necessário um diálogo institucional mais realista com o ambiente socioeconômico no qual funcionam estes programas. A aspiração de que os PTC consigam superar a reprodução da pobreza no longo prazo mediante a melhora do capital humano das crianças se apoia em duas hipóteses controversas. A primeira, que a renda é uma expressão da produtividade marginal do trabalho (isto é, quanto maior o capital humano, mais alto é o rendimento). O segundo, que o investimento em capital

²⁴ Poderiam ser adotadas formas diversas, desde workshops de sensibilização no tema e de formação em atividades de cuidado, até outras modalidades mais criativas que podem ser concebidas para alterar esta dimensão tão resistente da divisão sexual do trabalho.

humano pode ser feito adequadamente nos mercados de trabalho com a sua dinâmica atual. Nenhuma dessas duas hipóteses é verificável nos mercados de trabalho latino-americanos.

Portanto, uma visão abrangente dos sistemas de proteção social requer que se analise sua vinculação com o modelo de desenvolvimento ao qual pertencem. Organizar a proteção em torno da participação das pessoas em empregos formais, em mercados de trabalho que não conseguem —nem mesmo em etapas de crescimento sustentado— reduzir a informalidade a menos de 35% do total do emprego, é garantia de fracasso. Promover o investimento em capital humano das meninas para sua futura participação no mercado de trabalho sem transformar a organização social do cuidado que fará recair sobre seu trabalho não remunerado a maior parte da responsabilidade de cuidado é garantia de fracasso. Insistir em que o emprego seja o eixo da organização da vida das pessoas num contexto em que os modelos de desenvolvimento geram pouco emprego é garantia de desilusão e frustração social.

Em síntese, o que se requer é uma perspectiva ampla para revisar e reformular os PTC, tendo presentes os modelos de desenvolvimento em que se encontram os programas e com o objetivo de construir ferramentas para erradicar as causas da reprodução da desigualdade de gênero. Para isso, impõem-se uma revisão da noção de trabalho, uma redistribuição do trabalho total (remunerado e não remunerado), um esquema de corresponsabilidade social na organização do cuidado e um fortalecimento da autonomia das pessoas (em particular das mulheres) para consolidar sua agência²⁵ e ampliar suas possibilidades de escolher a vida que querem viver.

²⁵ A agência é definida como a capacidade de determinar e perseguir os próprios objetivos e interesses. Trata-se de uma agência social, porque adquire sentido na relação com os outros, no fazer ou deixar de fazer na sociedade em que vive. Assim, o conceito de agência social adota uma visão ampla da pessoa, que inclui a valorização das diversas coisas que queria que ocorressem e a capacidade de conceber e alcançar tais objetivos.

Bibliografía

- Adato, M. (2000), “The impact of PROGRESA on community social relationships” [on-line] http://www.ifpri.org/themes/progresas/pdf/Adato_community.pdf.
- AlmÉRas, Diane e Coral Calderón (coord.) (2012), “Si no se cuenta, no cuenta. Información sobre la violencia de las mujeres”, *Cuadernos de la CEPAL*, N° 99 (LC/G.2510-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.II.G.8.
- Armas Dávila, Amparo (2004), “La equidad de género y el programa del Bono de Desarrollo Humano” [on-line] <http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/quito/AArmas.pdf>.
- Arriagada, I. e Ch. Mathivet (2007), “Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades. Una mirada desde los actores”, *serie Políticas Sociales*, N° 134 (LC/L.2740-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Ballara, Marcela, Ninoska Damianovic e Soledad Parada (2010), *Aporte de ingreso económico de las mujeres rurales a sus hogares*, México, D.F., Fundación Latinoamericana de Innovación Social/ Fondo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).
- Batthyány, Karina e Sonia Montaña (2012), “Construyendo autonomía: compromiso e indicadores de género”, *Cuadernos de la CEPAL*, N° 100 (LC/G.2511-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junio. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.II.G.9.
- Batthyány, Karina, Natalia Genta e Valentina Perrotta (2012), “La población uruguaya y el cuidado: persistencias de un mandato de género. Encuesta nacional sobre representaciones sociales del cuidado: principales resultados”, *serie Mujer y Desarrollo* N° 117 (LC/L.3530), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Bongaarts, John (1978), “A framework for the analysis of the proximate determinants of fertility”, *Population and Development Review*, vol. 4, N° 1.
- Bustos, J.M., S. Villafañe e L. Trujillo (2011), “Asignación Universal por Hijo: impacto en ingresos y mercado de trabajo”, Buenos Aires, trabalho apresentado no II Congresso Anual da AEDA.
- Cecchini, S. e A. Madariaga (2011), “Programas de transferencias condicionadas. Balance de la experiencia en América Latina y el Caribe”, *Cuadernos de la CEPAL*, N° 95 (LC/G.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.11.II.G.55.

- Cecchini, S. e R. Martínez (2011), *Protección social inclusiva en América Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos*, Libros de la CEPAL, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.11.II.G.23.
- Cecchini, S. e outros (2009), “Desafíos de los programas de transferencia con corresponsabilidad: los casos de Guatemala, Honduras y Nicaragua”, *Documentos de Proyecto*, (LC/W.248), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (s/f), “Base de datos de programas de protección social no contributiva América Latina y el Caribe” [on-line] <http://dds.cepal.org/bdptc/>.
- ____ (2012a), *Panorama Social de América Latina, 2012. Documento informativo*, Santiago do Chile. [on-line] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/48455/PanoramaSocial2012DocI-Rev.pdf>.
- ____ (2012b), *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe, 2012* [on-line] <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/48594/BalancePreliminarDocI2012.pdf>.
- ____ (2012c), *Informe Macroeconómico de América Latina y el Caribe, 2012* (LC/G.2541-P), Santiago do Chile, junho.
- ____ (2011a), *Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2011* (LC/G.2514-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.11.G.6.
- ____ (2011b), *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2010-2011* (LC/G.2506-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.11.II.G.3.
- ____ (2011c), “El salto de la autonomía. De los márgenes al centro. Informe 2011”, *Documentos de Proyectos*, N° 436 (LC/W.436), Santiago do Chile.
- ____ (2011d), Consultas a líderes de opinión de América Latina sobre la participación política de las mujeres y la paridad, mayo, 2009 y mayo, 2010 [on-line] http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/oig/agrupadores_xml/aes687.xml&xml=/oig/agrupadores_xml/agrupa_listado_adecisiones.xml&base=/oig/tpl/top-bottom-decisiones.xml.
- ____ (2010a), *A hora da igualdade. Brechas por fechar, caminhos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3)), Santiago do Chile.
- ____ (2010b), *¿Qué Estado para qué igualdad?* (LC/G.2450(CRM.11/3), Santiago do Chile, junho
- ____ (2010c), “Consenso de Brasília”, aprovado na Décima Primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Brasília, 13 a 16 de julho [on-line] http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/5/40235/ConsensoBrasilia_ESP.pdf.
- ____ (2010d), “Reunión internacional sobre buenas prácticas de políticas públicas para el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 104 (LC/L.3231-P), Santiago do Chile, julho. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.10.II.G.34.
- ____ (2010e), “Manual de uso del Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe” (LC/L.3223), Santiago do Chile, maio [on-line] <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/40111/ManualObservatorioWebEspanol.pdf>.
- ____ (2007), “Consenso de Quito” (DSC/1), Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Quito, 6 a 9 de agosto [on-line] <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/29489/dsc1e.pdf>.
- ____ (2006), *Guía de asistencia técnica para la producción y el uso de indicadores de género* (LC/R.2136), Santiago do Chile, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)/Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), agosto.
- ____ (2004a), *Informe de la novena Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe* (LC/G.2256(CRM.9/6)), Santiago do Chile, junho.
- ____ (2004b), Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina y el Caribe (LC/G.1855/E), maio.
- CEPE (Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa) (2011), “Survey module on violence against women developed for UNECE by Henrica A.F.M. Jansen” [on-line] <http://www1.unece.org/stat/platform/display/VAW/measuring+violence+against+women>.

- _____ (2010), “Second Expert Group Meeting on Measuring Violence against Women” [on-line] <http://www.unece.org/stats/documents/2010.11.vaw.htm>.
- _____ (1997), “Fertility and Family Survey” (FES), quadro 12 y cuadros dos países.
- CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos) (2007), “Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas” (OEA/Ser. L/V/II.), Doc. 68, Washington, D.C., 20 de janeiro [on-line] <http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/Informe%20Acceso%20a%20la%20Justicia%20Espanol%20020507.pdf>.
- Draibe, S. (2006), “Brasil: Bolsa Escola y Bolsa Familia”, *Transferencias con corresponsabilidad. Una mirada latinoamericana*, R. Franco e E. Cohen (comps), México, D.F., Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)/Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL).
- Espinosa, G. (2006), “La participación de la actividad económica de las mujeres del Programa Oportunidades y su relación con la corresponsabilidad de este y otros programas sociales”, *El Programa Oportunidades examinado desde el género*, M. P. López e V. Salles (coords.), México, D.F., El Colegio de México.
- Evangelista da Cunha, R. e B. Benfica da Câmara Pinto (2008), “O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental na sua implementação”, inédito.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) (2010), *Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina*, Roma, Organización Internacional do Trabalho (OIT)/ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Unidade Regional de Assistência Técnica (RUTA).
- Fiszbein, Ariel e Norbert Schady (2009), *Transferencias monetarias condicionadas: reduciendo la pobreza actual y futura*, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Gherardi, Natalia (2012), “La violencia contra las mujeres en la región”, *Si no se cuenta, no cuenta. Información sobre la violencia de las mujeres*, Cuadernos de la CEPAL, N° 99 (LC/G.2510-P), Diane Alméras e Coral Calderón (coord.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.II.G.8.
- Goldberg, L. e C. Rodríguez Enríquez (2011), “La AUH y la igualdad de género ¿avance o retroceso para las mujeres?”, Buenos Aires, inédito.
- Gómez Luna, María Eugenia (2010), “Directrices y referentes conceptuales para armonizar las encuestas de uso de tiempo en América Latina y el Caribe”, documento apresentado na Reunião Internacional Estatísticas sobre o Uso do Tempo e Políticas Públicas, México, D.F., 30 de junho a 2 de julho [on-line] <http://www.eclac.cl/mujer/noticias/noticias/3/40283/MariaGomez.pdf>.
- Gómez Luna, María Eugenia e Viridiana Sosa Márquez (2010), “Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe, CAUTAL: propuesta para discusión” [on-line] <http://www.eclac.cl/mujer/noticias/noticias/3/40283/CAUTAL.pdf>.
- Guerreiro Osorio, R. (2008), “The recent impact of government transfers on poverty in Honduras and alternatives to enhance their effects”, *Documento de Trabajo*, N° 47, Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.
- INE (Instituto Nacional de Estatística do Uruguai)/Universidade da República (2007), *Uso del tiempo y trabajo remunerado en el Uruguay. Módulo de la Encuesta Continua de Hogares*, setembro.
- Langer, Ana e Gustavo Nigenda (2000), *Salud sexual y reproductiva y reforma del sector salud en América Latina y el Caribe. Desafíos y oportunidades*, México, D.F., Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)/Instituto Nacional de Salud Pública.
- López, M. e V. Salles (coords.) (2006), *El Programa Oportunidades examinado desde el género*, México D.F., El Colegio de México.
- López, A. e outros (2005). *Informe Juventud en Haití 2004*, Madri, Instituto Nacional de la Juventud (INJUVE).

- Maldonado, Ignacio e outros (2006), “Efectos del programa Oportunidades en las relaciones de pareja y familiares”, *El Programa Oportunidades examinado desde el género*, M.P. López e V. Salles (coords.), México, D.F., El Colegio de México.
- Marco, Flavia (2012), “La utilización de las encuestas de uso del tiempo en las políticas públicas”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 119 (LC/L.3557), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Mariscal Avilés, J., W. Lepore e M. Carvalho De Lorenzo (2012), “Impactos del gobierno electrónico en los programas sociales de transferencia condicionada de renta”, *Documentos de Proyectos*, N° 463 (LC/W. 463), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Martínez Franzoni, J. e K. Voorend (2008), “Transferencias condicionadas, regímenes de bienestar e igualdad de género: ¿blancos, negros o grises?”, *Working Paper*, N° WPS 15, Miami, Centre for Latin American Studies.
- Milosavljevic, Vivian (2007), “Estadísticas para la equidad de género. Magnitudes y tendencias en América Latina”, *Cuadernos de la CEPAL*, N° 92 (LC/G.2321-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, junho. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.06.II.G.132.
- Montaño, Sonia (2010), “El cuidado en acción”, *El cuidado en acción entre el derecho y el trabajo*, Cuadernos de la CEPAL, N° 94 (LC/G.2454-P), Sonia Montaño e Coral Calderón (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.10.II.G.35.
- ____ (2009), “Mainstreaming gender in trade policy, the Latin American perspective. From theory to practice”, documento presentado en la reunión de expertos “Mainstreaming gender in trade policy”, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 10 e 11 de março.
- ____ (2007), Manual de capacitación. *Gobernabilidad democrática e igualdad de género en América Latina y el Caribe* (LC/L.2726), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Montaño, Sonia e Mariana Sanz (2009), “Movimientos sociales de mujeres. El feminismo”, *Movimientos socioculturales en América Latina. Ambientalismo, feminismo, pueblos originarios y poder empresarial*, Fernando Calderón (coord.), Cuadernos de gobernabilidad democrática, N° 4, Buenos Aires, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ Siglo XXI editores.
- Montaño, Sonia, Jacqueline Pitanguy e Thereza Lobo (2003), “Las políticas públicas de género: Un modelo para armar. El caso de Brasil”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 45 (LC/L.1920-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.03.II.G.75.
- Moore, Ch. (2009), “Nicaragua’s Red de Protección Social”, Country Study, N° 17, Brasília, International Policy Center (IPC).
- Nações Unidas (2010), *Informe de los Amigos de la Presidencia de la Comisión de Estadística de las Naciones Unidas sobre los indicadores de la violencia contra la mujer. Nota del Secretario General* (E/CN.3/2011/5), Nova York, 8 de dezembro.
- ____ (2008), *Grupo de Amigos de la Presidencia de la Comisión de Estadística de las Naciones Unidas sobre el examen de los indicadores de la violencia contra la mujer. Nota del Secretario General* (E/CN.3/2009/13), Nova York, dezembro.
- ____ (1995), *Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, Beijing, 4 a 15 de septiembre de 1995* (A/CONF.177/20/Rev.1), Nova York. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: E.96.IV.13.

- _____ (1992), “Recomendación General N° 19”, sobre a violência contra a mulher, adotada pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, 11º período de sessões (Doc. HRI/GEN/1/Rev.1) [on-line] <http://www1.umn.edu/humanrts/gencomm/Sgeneral19.htm>.
- Pitanguy, Jaqueline, Ligia Costa e Andrea Romani (2010), “Indicadores de saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 103 (LC/L.3227-P/E). Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2011), “Igualdad de género y transferencias monetarias condicionadas. Cuatro estrategias para la reducción efectiva de la pobreza”, Panamá, Centro Regional da América Latina e Caribe do PNUD [on-line] http://www.americalatinagenera.org/es/documentos/Transferencias_Monetarias_Condicionadas.pdf.
- Provoste, Patricia e Alejandra Valdés (2000), “Democratización de la gestión municipal y ciudadanía de las mujeres: sistematización de experiencias innovadoras”, Documento de trabajo N° 3, Santiago do Chile, Programa de Ciudadanía y Gestión Social, Centro de Análisis de Políticas Públicas, Universidad de Chile.
- Rico, María Nieves (2008), “Capacidades institucionales y liderazgo para políticas de equidad de género en América Latina”, documento apresentado no Décimo Terceiro Congresso Internacional do CLAD sobre a reforma do Estado e da administração pública, Buenos Aires, 4 a 7 de novembro.
- Rodríguez Enríquez, Corina (2011), “Programas de transferencias condicionadas de ingresos e igualdad de género: ¿Por dónde anda América Latina?”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 109 (LC/L.3416), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Rodríguez Mojica, A. (2010), “Programas de transferencias condicionadas, políticas sociales y combate a la pobreza en Panamá”, *serie Políticas Sociales*, N° 162 (LC/L.3222-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Toledo, Patsilí (2013), “La violencia contra las mujeres y el femicidio/feminicidio a nivel global y latinoamericano. Las persistentes cifras que interpelan a los Estados”, *Femicidio un fenómeno global de Madrid a Santiago*, Bruxelas, Heinrich Böll Stiftung, União Europeia.
- Tronto, Joan (2006), “Vicious circles of privatized caring”, *Socializing Care: Feminist Ethics and Public Issues*, Maurice Hamington e Dorothy Miller (eds.), Lanham, Rowman and Littlefield Publishers.
- Sauma, Pablo (2012), “Protección social y trabajo no remunerado: redistribución de las responsabilidades y tareas del cuidado. Estudio de caso Costa Rica”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 116 (LC/L.3519), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Schneider Cecilia, Yanina Welp e Laura Calvelo (2010), *Estado de los sistemas de información estadística de los organismos electorales latinoamericanos desde una mirada de género*, Santo Domingo, ONU-Mulheres.
- Sénac-Slawinski Réjane, Pierre Muller (2009), *Genre et action publique: la frontière public-privé en questions*, Paris, L'Harmattan.
- Soares, F. e E. Silva (2010), “Conditional Cash Transfer Programmes and Gender Vulnerabilities: Case Studies of Brazil, Chile and Colombia”, Working Paper, N° WP 69, Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.
- Suárez, M. e M. Libardoni (2007), “O impacto do programa Bolsa Família; mudanças e continuidades na condição social das mulheres”, *Avaliação de Políticas e Programas do MDS*, J. Vaitsman e R.Paes-Sousa (orgs.), Brasília, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Vásconez, Alison (2012), “Protección social y trabajo no remunerado: redistribución de las responsabilidades y tareas del cuidado. Estudio de caso Ecuador”, *serie Mujer y desarrollo*, N° 115 (LC/L.3518), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Veras Soares, F. e E. Silva (2010a), “Empowering or reinforcing traditional roles: can CCTs address gender vulnerabilities?”, *One Pager*, vol. 115, Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).

- _____ (2010b), “Conditional cash transfer programmes and gender vulnerabilities: case studies of Brazil, Chile and Colombia”, Working Paper, N° 69, Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).
- Villanueva, Rocío (2010), “El registro de femicidio en el Ministerio Público del Perú”, *Reunión internacional sobre buenas prácticas de políticas públicas para el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe*, serie Mujer y Desarrollo, N° 104 (LC/L.3231-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.IO.II.G.34

Apêndice

QUADRO A.1
AMÉRICA LATINA (10 PAÍSES), CARIBE (4 PAÍSES) E ESPANHA: MORTE DE MULHERES
PROVOCADA POR SEU COMPANHEIRO OU EX-COMPANHEIRO, 2006-2011^a
(Taxa por 100.000 habitantes e número absoluto de mortes)

País	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto	Taxa	Número absoluto
Chile ^a	0,26	42	0,32	53	0,33	55	0,31	52	0,29	49	0,23	40	0,23	40	0,23	40	0,23	40
Colômbia ^b	0,23	101	0,27	118	0,24	108	0,22	102	0,27	125	0,22	105	0,27	125	0,22	105	0,22	105
Costa Rica ^c	0,36	16	0,29	13	0,53	24	0,52	24	0,34	16	0,38	18	0,34	16	0,38	18	0,38	18
El Salvador ^d	0,25	15	0,31	19	0,24	15	0,32	20	0,06	4	0,18	11	0,06	4	0,18	11	0,18	11
Espanha ^e	0,10	45	0,11	47	0,09	40	0,07	35	0,10	46	0,08	39	0,10	46	0,08	39	0,08	39
Granada ^f	0,97	1	0,97	1	0,96	1	0,96	1	0,00	0	0,95	1	0,00	0	0,95	1	0,95	1
Honduras ^g	0,45	34	0,45	34
Nicarágua ^h	0,22	12	0,34	19	0,21	12	0,30	17	0,43	25	0,56	33	0,43	25	0,56	33	0,56	33
Paraguai ⁱ	0,52	31	0,36	22	0,26	16	0,47	30	0,39	25	0,38	25	0,39	25	0,38	25	0,38	25
Peru ^j	0,40	117	0,30	89	0,21	61	0,30	89	0,21	61	0,21	61
Porto Rico ^k	0,51	20	0,41	16	0,68	27	0,43	17	0,43	17	0,69	26	0,43	17	0,69	26	0,69	26
República Dominicana ^l	1,06	99	0,94	89	1,36	131	0,81 ^m	79 ^m	0,98 ^m	97 ^m	1,27	127	0,98 ^m	97 ^m	1,27	127	1,27	127
São Vicente e Granadinas ⁿ	0,00	0	3,67	4	1,83	2	1,83	2	1,83	2	1,83	2	0,92	1	1,83	2	1,83	2
Suriname ^o	0,40	2	0,40	2	0,19	1	0,19	1	0,19	1	0,76	4	0,19	1	0,76	4	0,76	4
Trinidad e Tabago ^p	0,76	10	0,38	5	0,75	10	0,52	7	0,52	7	0,52	7
Uruguai ^q	0,45	15	0,60	20	0,60	20	1,04	35	1,04	35	0,59	20	0,59	20

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em fontes oficiais nacionais.

^a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação proporcionada pelo Serviço Nacional da Mulher (SERNAM). ^b Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. ^c Instituto Nacional das Mulheres (INAMU). Em fevereiro de 2013 foram modificados os dados do período 2006-2011 a partir da atualização da informação oficial proporcionada pela Secretaria Geral da Corte Suprema de Justiça. ^d Instituto de Medicina Legal. Instituto Salvadoreño para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU). ^e Ministério de Saúde, Política Social e Igualdade. ^f Escritório de Registros Criminais da Polícia (Criminal Records Office, Royal Grenada Police Force). ^g Instituto Universitário em Democracia, Paz e Segurança (IUDPAS), Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH). Observatório de Mortes Violentas de Mulheres e Femicídios. ^h Delegacia da Mulher da Polícia Nacional da Nicarágua. ⁱ Secretaria da Mulher, Presidência da República do Paraguai, que valida os dados proporcionados pela ONG Kuña Aty para os anos 2006-2007. Os dados sobre o período 2008-2010 foram proporcionados pela Polícia Nacional do Paraguai e validados pela Secretaria da Mulher. ^j 2009: Registro de Femicídio do Ministério Público do Peru. A partir da resolução 216-MP-FN. Promotoria Nacional do Peru, 1º de fevereiro de 2010. 2010: Registro de Femicídio do Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social. A partir da Resolução 110-2009-MIMDES. 2011: Boletim do Observatório de Criminalidade do Ministério Público do Peru. Promotoria da Nação. Ano 2, números 1 a 12, 2011. ^k Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação proporcionada pela Procuradoria da Mulher. Procuradoria Geral da República, com base em dados da Polícia Nacional e do Instituto Nacional de Ciências Forenses (INACEF). ^m Registra-se o total de femicídios, tanto íntimos como não íntimos. ⁿ Ministério da Mobilização Nacional, Desenvolvimento Social, Governo Local, Assuntos de Gênero, Assuntos de Família e Pessoas com Deficiência. ^o Serviço de Informação Criminal (Dienst Criminele Informatie Verzorging) da Polícia do Suriname. ^p Ministério de Informação e Divisão de Assuntos de Gênero (Ministry of Information and Gender Affairs Division). ^q Ministério do Interior, Observatório de Violência e Criminalidade.

QUADRO A.2
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: RAZÃO DE
MORTALIDADE MATERNA, 1990-2010
(Por 100.000 nascidos vivos)

País	1990	1995	2000	2005	2010
Andorra
Anguila
Argentina	71	60	63	69	77
Aruba
Bahamas	52	56	56	47	47
Barbados	120	39	49	41	51
Belize	71	32	100	77	53
Bolívia (Estado Plurinacional da)	450	360	280	240	190
Brasil	120	96	81	67	56
Chile	56	40	29	26	25
Colômbia	170	130	130	100	92
Costa Rica	38	45	47	50	40
Dominica
Cuba	63	61	63	67	73
Equador	180	150	130	110	110
El Salvador	150	130	110	94	81
Espanha	7	4	5	6	6
Granada
Guatemala	160	160	130	120	120
Guiana	180	170	220	280	280
Haiti	620	550	460	410	350
Honduras	220	180	160	130	100
Jamaica	59	62	83	89	110
México	92	85	82	54	50
Nicarágua	170	150	130	110	95
Panamá	100	110	110	100	92
Paraguai	120	120	110	110	99
Peru	200	170	120	90	67
Portugal	15	10	8	8	8
Porto Rico	33	35	26	22	20
República Dominicana	220	170	130	130	150
Saint Kitts e Nevis
São Vicente e Granadinas
Santa Lúcia
Suriname	84	39	130	110	130
Trinidad e Tabago	86	90	59	59	46
Uruguai	39	35	35	31	29
Venezuela (República Bolivariana da)	94	98	91	94	92
América Latina e Caribe	140	120	100	88	81

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2010* [on-line] http://www.childinfo.org/maternal_mortality.html e dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Banco Mundial.

QUADRO A.3
AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES) E CARIBE (4 PAÍSES): DEMANDA DE PLANEJAMENTO
FAMILIAR INSATISFEITA, 2000-2010^a
(Em porcentagens)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Belize
Bolívia (Estado Plurinacional da)	22,8 ^b	20,1
Brasil	6,0
Colômbia	10,0	8,6 ^c	8,0
Costa Rica
Equador ^{de}	7,4
El Salvador ^{defg}	8,9
Guatemala	27,6
Guiana	28,5	...
Haiti	39,6	37,3 ^b
Honduras	...	11,2 ^{deg}	16,8 ^b
Jamaica ^{efi}	11,7
México ⁱ	9,9	12,0
Nicarágua	...	14,6	7,5 ^{dek}
Paraguai ^{eg}	6,6 ^d	4,7
Peru	14,4	12,4 ^l	7,2	6,9
Porto Rico
República Dominicana	12,4	11,1
Venezuela (República Bolivariana da)

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em Nações Unidas, base de dados dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a Cifras registradas e divulgadas pelos países. Consideram-se os dados ajustados pelos países com o fim de fazê-los coincidir com os padrões internacionais.

^b Anos da pesquisa: 2004-2005.

^c Anos da pesquisa: 2005-2006.

^d Inclui mulheres casadas em idade fértil, na atualidade sexualmente ativas e expostas ao risco de gravidez, que não desejam ficar grávidas e não usam outro método anticoncepcional que não sejam métodos naturais, inclusive duchas, lactância materna ou amenorria da lactância (MELA).

^e Não inclui as mulheres que estão grávidas, que atualmente procuram ficar grávidas, subfecundas ou que não são sexualmente ativas, inclusive as mulheres que praticam a abstinência pós-parto.

^f Anos da pesquisa: 2003-2004.

^g Os dados correspondem a mulheres de 15 a 44 anos.

^h Anos da pesquisa: 2006-2007.

ⁱ Inclui mulheres grávidas cuja gravidez atual não foi programada ou desejada e mulheres com amenorria pós-parto cujo último nascimento não foi programado ou desejado.

^j Os dados correspondem a mulheres que estão expostas ao risco de gravidez, que não estão usando um método anticoncepcional e que desejam expandir ou limitar o número de nascimentos.

^k Anos da pesquisa: 2007-2008.

^l Anos da pesquisa: 2009-2010.

QUADRO A.4
AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES), CARIBE (2 PAÍSES), ESPANHA E PORTUGAL:
ADOLESCENTES DE 15 A 19 ANOS QUE SÃO MÃES, 1997-2010^a
(Em porcentagens)

País	1997	2000	2001	2002	2004	2005	2007	2010
Argentina	12,4
Belize	...	15,8
Bolívia (Estado Plurinacional da)	13,5
Brasil	...	14,8	11,8
Chile	12,3
Colômbia ^b	14,3
Costa Rica	...	13,2
Equador	16,3	17,0
El Salvador	15,4	...
Espanha ^c	2,1
Guatemala	15,5
Honduras	18,3
México	...	12,1	12,4
Nicarágua	20,0
Panamá	17,4	15,4
Paraguai	12,1
Peru ^d	11,5	...
Portugal ^e	2,5
República Dominicana	16,7
Trinidad e Tobago	...	9,3
Uruguai
Venezuela (República Bolivariana da)	15,0

Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, com base em processamentos especiais de microdados censitários.

^a Não sabe/Não responde (NS/NR) foi considerado como nuliparidade (nenhum filho nascido vivo) sistematicamente. Cuba não inclui consulta sobre filhos nascidos vivos em seus censos recentes. Os microdados dos censos do Haiti ainda não estão disponíveis no CELADE-Divisão de População da CEPAL.

^b Os resultados de 2004-2005 provêm de processamentos on-line de dados publicados no site do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE).

^c López A. e outros (2005), Informe Juventud en España 2004, Madri, Instituto Nacional de la Juventud (INJUVE), quadro 1.49 (estimativa aproximada).

^d A categoria “fora da faixa” foi excluída em 1993. Os resultados de 2007 provêm de processamentos on-line de dados publicados no site do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI).

^e Comissão Econômica para a Europa (CEPE), *Fertility and Family Survey* (FFS) 1997; quadro 12 e quadros de países.

QUADRO A.5
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: PARTICIPAÇÃO DE MULHERES
EM GABINETES MINISTERIAIS, ÚLTIMOS TRÊS PERÍODOS PRESIDENCIAIS,
DEZEMBRO DE 2011
(Em porcentagens)

País / Sexo	Período		
	I	II	III
Andorra			
Homens	70,0
Mulheres	30,0
Antígua e Barbuda			
Homens	91,7	84,6	88,9
Mulheres	8,3	15,4	11,1
Argentina			
Homens	27,9	77,8	78,6
Mulheres	23,1	22,2	21,4
Bahamas			
Homens	84,6	73,3	94,1
Mulheres	15,4	26,7	5,9
Barbados			
Homens	0,0	66,7	88,2
Mulheres	100,0	33,3	11,8
Belize			
Homens	...	92,9	100,0
Mulheres	...	7,1	0,0
Bolívia (Estado Plurinacional da)			
Homens	...	84,2	60,9
Mulheres	...	15,8	39,1
Brasil			
Homens	89,3	85,2	78,2
Mulheres	10,7	14,8	21,8
Chile			
Homens	77,4	53,3	80,5
Mulheres	22,6	46,7	19,5
Colômbia			
Homens	73,7	75,0	69,2
Mulheres	26,3	25,0	30,8
Costa Rica			
Homens	69,2	70,0	64,3
Mulheres	30,8	30,0	35,7
Cuba			
Homens	...	83,3	74,2
Mulheres	...	16,7	25,8
Dominica			
Homens	84,6	84,6	84,2
Mulheres	15,4	15,4	15,8

(continua)

Quadro A.5 (continuação)

País / Sexo	Período		
	I	II	III
Equador			
Homens	86,2	68,2	61,4
Mulheres	13,8	31,8	38,6
El Salvador			
Homens	78,6	75,0	86,4
Mulheres	21,4	25,0	13,6
Espanha			
Homens	77,4	54,2	52,2
Mulheres	22,6	45,8	47,8
Granada			
Homens	72,7	45,5	78,6
Mulheres	27,3	54,5	21,4
Guatemala			
Homens	92,3	92,3	81,3
Mulheres	7,7	7,7	18,8
Haiti			
Homens	81,3	66,7	80,6
Mulheres	18,8	33,3	19,4
Honduras			
Homens	86,4	52,9	83,3
Mulheres	13,6	47,1	16,7
Ilhas Cayman			
Homens	83,3	85,7	90,0
Mulheres	16,7	14,3	10,0
Jamaica			
Homens	82,4	78,6	88,2
Mulheres	17,6	21,4	11,8
México			
Homens	90,5	89,7	83,3
Mulheres	9,5	10,3	16,7
Nicarágua			
Homens	...	75,0	44,4
Mulheres	...	25,0	55,6
Panamá			
Homens	69,2	69,2	78,6
Mulheres	30,8	30,8	21,4
Paraguai			
Homens	88,1	70,2	85,3
Mulheres	11,9	29,8	14,7
Peru			
Homens	90,0	72,1	88,9
Mulheres	10,0	27,9	11,1

(continua)

Quadro A.5 (conclusão)

País / Sexo	Período		
	I	II	III
Portugal			
Homens	70,6
Mulheres	29,4
Porto Rico			
Homens	81,3	94,1	94,4
Mulheres	18,8	5,9	5,6
República Dominicana			
Homens	84,2	89,5	88,9
Mulheres	15,8	10,5	11,1
San Vicente y las Granadinas			
Homens	100,0	87,5	88,0
Mulheres	0,0	12,5	12,0
Santa Lúcia			
Homens	100,0	100,0	70,0
Mulheres	0,0	0,0	30,0
Suriname			
Homens	...	80,0	84,2
Mulheres	...	20,0	15,8
Trinidad e Tobago			
Homens	76,7	66,7	80,8
Mulheres	23,3	33,3	19,2
Uruguai			
Homens	100,0	82,8	92,9
Mulheres	0,0	17,2	7,1
Venezuela (República Bolivariana da)			
Homens	...	85,9	76,3
Mulheres	...	14,1	23,7

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais dos respectivos países.

QUADRO A.6
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: MULHERES ELEITAS COMO REPRESENTANTES PARA PARLAMENTOS
NACIONAIS, CÂMARA ÚNICA OU CÂMARA BAIXA, 1990-2012
(Em porcentagens)

País	1990	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Andorra	...	7,1	7,1	7,1	7,1	14,3	14,3	14,3	14,3	28,6	28,6	28,6	25,0	35,7	35,7	53,6	50,0
Antígua e Barbuda	0,0	5,3	5,3	...	5,3	5,3	5,3	5,3	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,53
Argentina	6,3	27,6	27,6	...	26,5	...	30,7	30,7	33,7	36,2	35,0	40,0	40,0	38,5	38,5	37,35	37,35
Bahamas	4,1	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	...	20,0	20,0	20,0	20,0	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	13,16
Barbados	3,7	10,7	10,7	10,7	10,7	10,7	10,7	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Belize	0,0	3,4	3,4	6,9	6,9	6,9	6,9	3,3	6,7	6,7	6,7	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	3,13
Bolívia (Estado Plurinacional da)	9,2	11,5	11,5	11,5	18,5	18,5	19,2	16,9	16,9	16,9	16,9	22,3	25,4	25,4	25,38
Brasil	5,3	6,6	6,6	5,7	5,7	6,8	6,2	8,6	8,6	8,6	8,8	9,0	9,0	8,8	8,6	8,6	8,58
Chile	...	7,5	10,8	10,8	10,8	10,8	12,5	12,5	12,5	15,0	15,0	15,0	15,0	14,2	14,2	14,17	14,17
Colômbia	4,5	11,7	...	11,8	11,8	11,8	12,0	12,0	12,0	12,1	8,4	8,4	8,4	8,4	12,7	12,12	12,12
Costa Rica	10,5	15,8	19,3	19,3	19,3	19,3	35,1	35,1	35,1	35,1	38,6	36,8	36,8	36,8	38,6	38,6	38,6
Cuba	33,9	22,8	27,6	27,6	27,6	27,6	27,6	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	43,2	43,2	43,2	45,22	45,22
Dominica	10,0	9,4	9,4	9,4	...	18,8	18,8	18,8	19,4	12,9	12,9	16,1	18,8	14,3	12,5	12,5	12,5
Equador	4,5	3,7	17,4	17,4	14,6	14,6	...	16,0	16,0	16,0	25,0	25,0	25,0	32,3	32,3	32,26	32,26
El Salvador	11,7	15,5	16,7	16,7	9,5	9,5	9,5	10,7	10,7	10,7	16,7	16,7	16,7	19,0	19,0	19,05	26,19
Espanha	14,6	24,7	24,7	21,6	28,3	28,3	28,3	28,3	36,0	36,0	36,0	36,6	36,3	36,6	36,6	36,6	36,0
Granada	...	20,0	20,0	...	26,7	26,7	26,7	26,7	26,7	26,7	26,7	26,7	13,3	13,3	13,3	13,33	13,33
Guatemala	7,0	12,5	12,5	7,1	8,8	8,8	8,8	8,2	8,2	8,2	8,2	12,0	12,0	12,0	12,0	13,29	13,29
Guiana	36,9	18,5	18,5	18,5	20,0	20,0	30,8	30,8	29,0	29,0	30,0	30,0	30,0	31,34	31,34
Haiti	...	3,6	3,6	3,6	...	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	2,0	4,1	4,1	4,1	4,2	4,21	4,21
Honduras	10,2	...	9,4	9,4	9,4	9,4	5,5	5,5	5,5	23,4	23,4	23,4	23,4	18,0	18,0	19,53	19,53

(continua)

Quadro A.6 (conclusão)

País	1990	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Jamaica	5,0	11,7	13,6	13,3	13,3	13,3	11,7	11,7	11,7	...	13,3	13,3	13,3	12,7	12,7
México	12,0	14,2	17,4	18,2	16,0	16,0	16,0	22,6	22,6	24,2	22,6	23,2	23,2	27,6	26,2	26,2	26,2
Nicarágua	14,8	10,8	10,8	9,7	9,7	...	20,7	20,7	20,7	20,7	15,2	18,5	18,5	20,7	20,7	40,22	40,22
Panamá	7,5	9,7	9,7	...	9,9	9,9	9,9	9,9	16,7	16,7	16,7	16,7	16,7	8,5	8,5	8,45	8,45
Paraguai	5,6	2,5	...	2,5	2,5	2,5	2,5	8,8	10,0	10,0	10,0	10,0	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5
Peru	5,6	10,8	10,8	10,8	...	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	29,2	29,2	29,2	27,5	21,5	21,54	21,54
Portugal	7,6	13,0	13,0	18,7	17,4	18,7	19,1	19,1	19,1	21,3	21,3	28,3	28,3	27,4	27,4	26,5	28,7
República Dominicana	7,5	11,7	16,1	16,1	16,1	16,1	17,3	17,3	17,3	17,3	19,7	19,7	19,7	19,7	20,8	20,77	20,77
Saint Kitts e Nevis	6,7	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	6,7	6,7	6,67	6,67
São Vicente e Granadinas	9,5	9,5	...	4,8	4,8	...	22,7	22,7	22,7	18,2	18,2	18,2	18,2	21,7	17,4	17,39	17,39
Santa Lúcia	0,0	11,8	11,8	11,1	11,1	...	11,1	11,1	11,1	11,1	0,0	11,1	11,1	11,1	11,1	16,67	16,67
Suriname	7,8	15,7	15,7	15,7	...	17,6	17,6	17,6	19,6	25,5	25,5	25,5	25,5	25,5	9,8	11,76	11,76
Trinidad e Tobago	16,7	11,1	11,1	11,1	...	11,1	19,4	19,4	19,4	19,4	19,4	26,8	26,8	26,8	28,6	28,57	28,57
Uruguai	6,1	7,1	7,1	12,1	12,1	12,1	12,1	12,1	12,1	11,1	11,1	12,1	12,1	14,1	15,2	12,12	12,12
Venezuela (República Bolivariana da)	10,0	5,9	5,9	12,1	...	9,7	9,7	9,7	9,7	17,4	18,0	18,6	18,6	17,5	17,0	16,97	16,97
América Latina e Caribe	...	12,1	13,6	13,1	13,3	13,0	15,2	18,6	19,0	20,2	20,1	21,2	22,2	22,7	22,3	23,03	23,22
Península Ibérica	11,1	14,9	14,9	15,8	17,6	20,4	20,6	20,6	23,1	28,6	28,6	31,2	29,9	33,2	33,2	38,9	38,2

Fonte: Women in National Parliaments” [base de dados on-line] <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>; Nações Unidas, base de dados dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

QUADRO A.7
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: PARTICIPAÇÃO DE MULHERES
NO MÁXIMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1998-2011
(Em porcentagens)

País	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Andorra	22	22	22	22	22	22	...
Anguila	46	44	60	60
Antígua e Barbuda	...	15	22	22	22	40	38	47	44	44	45	45	60	60
Argentina	0	0	0	0	0	0	11	22	29	29	29	29	29	29
Belize	0	0	0	0	0	0	0	17	29	29	33	22	22	29
Bolívia (Estado Plurinacional da)	25	20	18	18
Brasil	0	0	9	9	9	9	9	9	18	18	18	18	18	20
Chile	5	5	5	5	24	16	25	25	25
Colômbia	0	0	0	0	4	9	9	9	9	13	17	17	32	30
Costa Rica	10	9	9	12	13	17	17	20	22	26	26	30	35	35
Cuba	9	9	9	27
Dominica	0	0	0	0	0	100	100	100	0	0	0	0	50	50
Equador	6	6	6	5	5	5	5
El Salvador	13	13	13	13	13	13	13	13	33	33	33	33	33	33
Espanha	1	...	1	5	7	8	9	12	12	12
Granada	46	44	60	60
Guatemala	15	15	23	23	23	23	23	15	15	15	15	15	8	8
Honduras	53	20	20	20
Ilhas Virgens Britânicas	46	44	60	60
Jamaica	0	0	0	0	0	0	0	13	25	25	25	25	50	50
México	9	9	9	9	9	9	18	18	18	18	18	18	18	18
Montserrat	46	44	60	60
Nicarágua	25	27	29	29
Panamá	22	22	22	22	11	11	22	22	22	22	11	11	0	0
Paraguai	0	0	0	0	0	0	11	11	11	11	11	11	22	22
Peru	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	23	19
Portugal	2	5	4	...
Porto Rico	29	43	43	43
República Dominicana	31	31	31	31	31	31	31	31	31	23	27
Saint Kitts e Nevis	46	44	60	60
São Vicente e Granadinas	0	0	0	50	40	50	50	50	50	50
Santa Lúcia	0	0	0	0	0	0	25	25	0	33	25	50	50	50
Suriname	9	9	9	8	8	8	8	9	9	9	33	33	53	56
Trinidad e Tobago	32	33	39	39
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20	0	0	0	0
Venezuela (República Bolivariana da)	20	7	0	5	5	10	10	28	31	31	31	32	36	44
América Latina	8	7	8	10	10	10	13	14	18	20	20	19	20	23
Caribe	36,4	36,8	51,8	52,6
Península Ibérica	12	13	13	...

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais dos respectivos países.

QUADRO A.8
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: PODER LOCAL – MULHERES PREFEITAS, 1998-2011
(Em porcentagens)

País	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011					
	Homens	Mulheres																														
Andorra	85,0	15,0	81,7	18,3	81,7	18,3	81,7	18,3	81,7	18,3	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	64,0	36,0	64,0	36,0	64,0	36,0	64,0	36,0	64,0	36,0		
Argentina	93,6	6,4	92,7	7,3	92,7	7,3	92,7	7,3	92,7	7,3	92,6	7,4	92,6	7,4	92,6	7,4	92,6	7,4	92,6	7,4	91,4	8,6	90,0	10,0	90,0	10,0	90,0	10,0	89,8	10,2		
Belize	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2	77,8	22,2		
Bolivia (Estado Plurinacional da)	96,1	3,9	96,1	3,9	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,9	6,1	93,0	7,0		
Brasil	95,4	4,6	95,4	4,6	94,3	5,7	94,3	5,7	94,3	5,7	94,3	5,7	94,3	5,7	92,7	7,3	92,7	7,3	92,7	7,3	92,7	7,3	92,7	7,3	90,8	9,2	90,8	9,2	90,8	9,2		
Chile	90,6	9,4	90,6	9,4	87,7	12,3	87,7	12,3	87,7	12,3	87,7	12,3	87,7	12,3	87,8	12,2	87,8	12,2	87,8	12,2	87,8	12,2	87,8	12,2	87,5	12,5	87,5	12,5	87,5	12,5		
Colômbia	95,5	4,5	92,2	7,8	91,3	8,7	91,3	8,7	91,3	8,7	100,0	0,0	91,0	9,0	91,0	9,0	91,0	9,0	91,0	9,0	
Costa Rica	91,4	8,6	91,4	8,6	91,4	8,6	91,4	8,6	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	88,9	11,1	87,7	12,3
Cuba	88,8	11,2	85,2	14,8	85,2	14,8	81,1	18,9	81,1	18,9	80,5	19,5	79,3	20,7	71,0	29,0	71,4	28,6	
Dominica	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	
Equador	97,0	3,0	97,0	3,0	97,2	2,8	97,2	2,8	97,2	2,8	97,2	2,8	97,2	2,8	94,1	5,9	94,1	5,9	94,1	5,9	94,1	5,9	94,1	5,9	94,1	5,9	93,7	6,3	93,7	6,3	93,7	6,3
El Salvador	91,6	8,4	91,6	8,4	91,6	8,4	91,6	8,4	91,6	8,4	93,5	6,5	93,5	6,5	93,5	6,5	91,6	8,4	91,6	8,4	91,6	8,4	91,6	8,4	89,3	10,7	89,3	10,7	89,3	10,7	89,3	10,7
Espanha	93,5	6,5	90,4	9,6	90,4	9,6	90,4	9,6	90,4	9,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,4	12,6	85,4	14,6	85,4	14,6	85,4	14,6	85,4	14,6	85,4	14,6	83,2	16,8
Guatemala	99,4	0,6	99,4	0,6	99,1	0,9	99,1	0,9	99,1	0,9	99,1	0,9	99,1	0,9	97,3	2,7	97,3	2,7	97,3	2,7	97,3	2,7	98,2	1,8	98,2	1,8	98,2	1,8	98,2	1,8	98,2	1,8
Honduras	90,5	9,5	90,5	9,5	90,5	9,5	90,9	9,1	90,9	9,1	90,9	9,1	90,9	9,1	90,9	9,1	93,3	6,7	93,3	6,7	93,3	6,7	93,3	6,7	96,6	3,4	96,6	3,4	96,6	3,4	96,6	3,4
Jamaica	76,9	23,1	76,9	23,1	76,9	23,1	76,9	23,1	76,9	23,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1	92,9	7,1
México	96,7	3,3	96,7	3,3	96,2	3,8	96,2	3,8	96,2	3,8	96,5	3,5	96,4	3,6	96,2	3,8	96,2	3,8	96,2	3,8	96,1	3,9	95,4	4,6	94,9	5,1	94,5	5,5	94,1	5,9	94,1	5,9
Nicarágua	93,7	6,3	93,7	6,3	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	89,5	10,5	89,5	10,5	89,5	10,5	89,5	10,5	89,5	10,5	91,4	8,6	91,4	8,6	91,4	8,6	91,4	8,6	91,4	8,6

(continua)

Quadro A.8 (conclusão)

País	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011			
	Homens	Mulheres																												
Panamá	86,6	13,4	86,5	13,5	86,5	13,5	86,5	13,5	86,5	13,5	86,5	13,5	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3	90,7	9,3
Paraguai	97,3	2,7	97,3	2,7	97,3	2,7	95,0	5,0	95,1	4,9	94,6	5,4	94,6	5,4	95,5	4,5	94,3	5,7	94,4	5,6	94,4	5,6	94,0	6,0	94,1	5,9	92,5	7,5	92,5	7,5
Peru	97,1	2,9	96,9	3,1	96,9	3,1	96,9	3,1	96,9	3,1	97,1	2,9	97,1	2,9	97,1	2,9	97,1	2,9	97,3	2,7	97,3	2,7	97,3	2,7	97,3	2,7	96,1	3,9	96,1	3,9
Portugal	96,1	3,9	96,1	3,9	96,1	3,9	96,1	3,9	94,8	5,2	94,8	5,2	94,8	5,2	94,8	5,2	93,8	6,2	93,8	6,2	93,8	6,2	93,8	6,2	93,8	6,2
Porto Rico
República Dominicana	98,3	1,7	98,3	1,7	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	92,3	7,7	92,3	7,7
Suriname	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	69,2	30,8
Trinidad e Tobago	80,0	20,0	80,0	20,0
Uruguai	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	75,3	24,7	75,3	24,7
Venezuela (República Bolivariana da)	93,3	6,7	93,3	6,7	93,4	6,6	93,4	6,6	93,4	6,6	93,4	6,6	93,4	6,6	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	92,8	7,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2
América Latina	94,9	5,1	94,8	5,3	94,4	5,6	94,0	6,0	93,5	6,5	93,6	6,4	93,4	6,6	92,9	7,1	92,5	7,5	92,7	7,3	92,7	7,3	91,4	8,6	91,6	8,4	89,9	10,1	89,8	10,2
Península Ibérica	91,5	8,5	89,4	10,6	89,4	10,6	89,4	10,6	89	11	85,1	14,9	85,1	14,9	85,1	14,9	84,8	15,2	81,1	18,9	81,1	18,9	81,1	18,9	81,1	18,9	74,7	25,3
Caribe	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	88,1	11,9	80	20

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, com base em fontes oficiais dos respectivos países.

QUADRO A.9
AMÉRICA LATINA, CARIBE E PENÍNSULA IBÉRICA: PODER LOCAL – MULHERES NO CONSELHO MUNICIPAL, 1998-2011
(Em porcentagens)

País	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	Homens	Mulheres																										
Antígua e Barbuda	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Belize	89,7	10,3	89,7	10,3	75,9	24,1	75,9	24,1	89,7	10,3	89,7	10,3	89,7	10,3	89,7	10,3	72,4	27,6	72,4	27,6	72,4	27,6	74,1	25,9	74,1	25,9	74,1	25,9
Bolívia (Estado Plurinacional da)	91,7	8,3	91,7	8,3	80,1	19,9	80,1	19,9	80,1	19,9	80,1	19,9	80,1	19,9	86,6	13,4	86,6	13,4	86,6	13,4	86,6	13,4
Brasil	88,9	11,1	88,9	11,1	88,4	11,6	88,4	11,6	88,4	11,6	88,4	11,6	88,4	11,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,4	12,6	87,5	12,5	87,5	12,5	87,5	12,5
Chile	85,6	14,4	85,6	14,4	82,7	17,3	82,7	17,3	82,7	17,3	82,7	17,3	82,7	17,3	78,9	21,1	78,9	21,1	78,9	21,1	78,9	21,1	76,8	23,2	76,8	23,2	76,8	23,2
Colômbia	89,7	10,3	89,7	10,3	87,1	12,9	87,1	12,9	86,3	13,7	86,3	13,7	86,3	13,7	86,3	13,7	86,3	13,7	86,3	13,7	86,3	13,7	85,5	14,5	85,5	14,5	85,5	14,5
Costa Rica	66,2	33,8	66,2	33,8	66,2	33,8	66,2	33,8	53,7	46,3	53,7	46,3	53,7	46,3	53,7	46,3	59,2	40,8	59,2	40,8	59,2	40,8	59,2	40,8	59,2	40,8	61,4	38,6
Cuba	82,4	17,6	82,4	17,6	79,9	20,1	79,9	20,1	78,2	21,8	78,2	21,8	77,2	22,8	76,0	24,0	73,9	26,1	73,9	26,1	72,0	28,0	78,2	21,8	71,2	28,8	65,7	34,3
Dominica	66,3	33,3	66,3	33,3	78,8	21,2	82,0	18,0	81,1	18,9	82,0	18,0	69,8	30,2	69,8	30,2	62,7	37,3	81,0	19,0	81,0	19,0
Equador	91,7	8,3	91,7	8,3	70,3	29,7	70,3	29,7	70,3	29,7	70,3	29,7	70,3	29,7	68,3	31,7	68,3	31,7	68,3	31,7	68,3	31,7	71,4	28,6	71,4	28,6	71,4	28,6
El Salvador	79,4	20,6	79,4	20,6	79,4	20,6	77,7	22,3	77,7	22,3	77,7	22,3	79,1	20,9	79,1	20,9	79,1	20,9	79,1	20,9	74,8	25,2	74,8	25,2
Espanha	83,5	16,5	78,9	21,1	78,9	21,1	78,9	21,1	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	69,5	30,5	69,5	30,5	69,5	30,5	65,0	35,0
Guatemala	94,9	5,1	94,9	5,1	95,8	4,2	95,8	4,2	95,8	4,2	95,8	4,2	94,2	5,8	94,2	5,8	94,2	5,8	94,2	5,8	94,2	5,8	91,2	8,8	91,2	8,8
Honduras	88,5	11,5	88,5	11,5	88,5	11,5	88,5	11,5	83,4	16,6	83,4	16,6	83,4	16,6	83,4	16,6	82,5	17,5	82,5	17,5	82,5	17,5	82,5	17,5	82,5	17,5	77,6	22,4
Jamaica	73,6	26,4	73,6	26,4	73,6	26,4	73,6	26,4	83,7	16,3	83,7	16,3	83,7	16,3	83,7	16,3	83,7	16,3	83,7	16,3	83,1	16,9	83,1	16,9	83,1	16,9
México	75,9	24,1	70,2	29,8	72,6	27,4	67,1	32,9
Nicarágua	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0
Panamá	87,1	12,9	87,1	12,9	87,1	12,9	87,1	12,9	87,1	12,9	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	90,1	9,9	88,9	11,1	88,9	11,1

(continua)

Quadro A.9 (conclusão)

País	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011				
	Homens	Mulheres																													
Paraguai	84,8	15,2	84,8	15,2	84,8	15,2	81,5	18,5	81,5	18,5	81,5	18,5	81,5	18,5	81,5	18,5	79,3	20,7	79,2	20,8	79,2	20,8	79,2	20,8	79,2	20,8	78,1	21,9	78,1	21,9	
Peru	91,5	8,5	91,5	8,5	76,0	24,0	76,0	24,0	76,0	24,0	73,7	26,3	73,7	26,3	73,7	26,3	73,7	26,3	72,2	27,8	72,2	27,8	71,8	28,2	70,4	29,6	70,4	29,6	72,6	27,4	
Porto Rico	70,0	30,0	70,0	30,0	70,0	30,0	70,0	30,0	
República Dominicana	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	74,5	25,5	70,1	29,9	70,1	29,9	70,1	29,9	70,1	29,9	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	73,2	26,8	66,7	33,3	66,7	33,3	
Suriname	81,0	19,0	81,0	19,0	75,3	24,7	75,3	24,7	75,3	24,7	75,3	24,7	75,3	24,7	75,3	24,7	69,3	30,7	69,3	30,7	69,3	30,7	69,3	30,7	69,3	30,7	64,3	35,7	64,3	35,7	
Trinidad e Tobago	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	69,1	30,9	66,7	33,3	66,7	33,3	
Uruguai	86,1	13,9	86,1	13,9	84,7	15,3	84,7	15,3	84,7	15,3	84,7	15,3	84,7	15,3	84,7	15,3	82,9	17,1	82,9	17,1	82,9	17,1	82,9	17,1	82,9	17,1	82,9	17,1	82,2	17,8	
Venezuela (República Bolivariana da)	82,0	18,0	82,0	18,0	82,0	18,0	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2	81,8	18,2
América Latina	85,4	14,6	85,6	14,4	82,0	18,1	81,4	18,6	79,8	20,2	79,5	20,5	79,3	20,7	78,6	21,4	79,1	20,9	79,1	20,9	79,1	20,9	78,3	21,7	77,4	22,6	76,9	23,1	74,8	25,2	
Caribe	86,1	13,9	86,1	13,9	78,2	21,7	80,7	19,3	81,4	18,6	81,4	18,6	83,2	16,9	82,3	17,7	77,4	22,6	76,1	23,9	76,1	23,9	79,2	20,9	79,4	20,6	77,6	22,4	68,4	31,6	

Fonte: Até dezembro de 2008, Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para a Promoção da Mulher (INSTRAW); a partir de 2009, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial dos respectivos países. Para a Bolívia (Estado Plurinacional da), Honduras e Nicarágua: CEPAL, com base em Questionário de trabalho não remunerado e participação política, 2006, e a última eleição no site do organismo eleitoral nacional correspondente.

QUADRO A.10
AMÉRICA LATINA: POPULAÇÃO SEM RENDA PRÓPRIA, POR SEXO E ZONA DE RESIDÊNCIA, RODADA DE 1990-2010^a
(Em porcentagens)

País	Homens: área geográfica e rodada																							
	Nacional								Urbana								Rural							
	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g
Argentina	10,1 ⁱ	11,5 ^j	12,8 ^k	15,9 ^l	13,1 ^k	11,8 ^m	10,0 ^m
Bolivia (Estado Plurinacional da)	...	13,6	14,6	15,5	13,0	14,7	11,1	22,3 ⁿ	8,1 ⁿ	9,5	11,3	11,1	11,7	10,3	8,3
Brasil	9,4	15,8	18,4	19,2	18,5	17,4	16,0	16,5	8,1	15,0	17,5	18,9	18,1	16,9	15,2	15,8	13,8	18,5	21,9	20,3	20,5	19,6	19,7	20,0
Chile	10,2	8,8	7,2	10,1	12,3	10,6	10,1	12,9	10,1	9,0	7,1	10,1	12,4	10,7	10,4	13,2	10,9	8,1	8,0	9,9	11,9	9,8	8,6	10,5
Colômbia	11,4	9,7	12,6	16,7	16,2	13,1	14,2	12,6	10,2	8,7	12,8	17,5	16,6 ^o	13,7 ^o	14,2 ^o	12,9 ^o	13,0	11,0	12,2	15,4	15,3 ^o	11,5 ^o	14,0 ^o	11,8 ^o
Costa Rica	11,7	9,5	9,7	9,6	9,8	8,3	7,1	10,5	10,1	8,0	9,1	9,0	9,0	7,9	6,5	9,7	12,8	10,7	10,1	10,1	11,0	8,8	7,9	11,6
Ecuador	12,0	11,4	11,2	9,8	11,5	11,0	13,4	9,1	10,0	10,1	10,0
El Salvador	...	17,3	17,7	18,3	25,5	25,7	16,3	15,5	...	14,6	15,5	16,9	21,7	23,7	15,3	13,5
Guatemala	14,0	10,5	11,2	...	8,9	...	10,3	...	9,0	11,0	...	7,4	...	16,0	11,6	11,3	...	10,4
Honduras	21,0	17,5	16,5	16,5	18,7	14,1	12,7	16,1	19,1	14,7	14,7	15,5	18,7	13,3	10,5	14,6	22,2	19,6	17,9	17,3	18,6	14,7	14,5	17,2
México	15,5	14,3	14,6	13,9	11,7	10,3	8,7	9,8	13,0	11,1	12,0	10,6	9,6	9,0	7,7	9,1	19,7	18,8	18,6	18,8	15,3	12,4	10,6	11,0
Nicarágua	...	32,7	...	27,8	26,4	24,5	...	26,7	...	35,8	...	26,3	24,9	22,7	...	24,8	...	28,9	...	29,4	28,4	26,5	...	29,0
Panamá	11,0	9,0	7,1	7,4	16,7	11,5	11,6	9,4	11,2	8,9	6,1	6,9
Paraguai	18,8	17,7	16,1	15,3	16,5	9,0 ^p	7,6	10,6	14,4	15,3	12,1	12,3	13,4
Peru	21,5	21,8	21,2	22,0	16,2 ^q	14,7 ^{qf}	20,5	22,1	21,8	22,7	15,3 ^q	13,8 ^q	23,6	21,3	19,8	20,7	18,0 ^q	16,4 ^q
República Dominicana	14,0	15,1	13,9	14,2	14,4	15,5	13,9	14,4	
Uruguai	5,9	5,8	6,3	7,8	9,1	8,7	9,2	7,1	6,1	5,9	
Venezuela (República Bolivariana da)	21,9	15,7	13,6	17,9 ^r	17,9 ^r	14,0 ^r	10,6 ^r	11,5 ^{rr}	22,2	16,2	13,9	20,6	13,1	10,0	4,1	4,0
América Latina ^s
País	Mulheres: área geográfica e rodada																							
	Nacional								Urbana								Rural							
	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g
Argentina	44,1 ^h	43,6 ⁱ	41,2 ^j	40,3 ^k	38,1 ^l	35,0 ^k	33,5 ^m	23,9 ^m
Bolivia (Estado Plurinacional da)	...	54,1	47,7	48,6	42,5	45,9	37,8	52,5 ⁿ	40,3 ⁿ	41,8	38,5	35,8	34,7	36,6	30,6	

(continua)

Quadro A.10 (conclusão)

País	Mulheres: área geográfica e rodada																													
	Nacional										Urbana										Rural									
	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g	1990	1994 ^b	1997	1999 ^c	2002 ^d	2005 ^e	2008 ^f	2010 ^g						
Brasil	45,0	47,6	46,4	45,0	39,4	34,8	31,1	30,5	40,6	44,4	43,4	42,4	37,9	33,4	30,2	29,9	62,4	61,6	60,4	57,3	48,8	42,5	36,7	34,8						
Chile	46,6	48,8	43,2	42,5	42,2	39,3	35,0	29,7	44,5	46,6	41,7	41,2	41,0	38,5	34,6	29,4	57,8	61,3	52,6	51,1	50,3	44,6	38,3	31,2						
Colômbia	54,0	50,6	50,3	49,3	45,2	42,5	40,8	33,1	47,6	43,5	43,0	43,1	40,7 ^o	37,8 ^o	35,8 ^o	29,6 ^o	64,2	62,3	63,7	61,2	60,7 ^o	59,7 ^o	60,2 ^o	47,0 ^o						
Costa Rica	60,2	55,5	52,4	50,2	45,9	41,3	38,1	35,5	49,5	45,7	43,0	40,8	38,6	34,7	31,6	30,3	69,5	64,3	60,6	59,3	57,7	51,8	48,9	45,2						
Equador	36,4	35,5	34,0	53,4	51,1	49,0	40,3	37,8	34,5	34,5	40,4	37,6	32,9						
El Salvador	...	47,2	48,7	44,8	47,7	47,9	35,2	35,3	...	38,8	40,0	36,7	40,2	40,7	30,7	30,7	...	59,2	61,4	58,0	60,4	60,1	44,2	43,9						
Guatemala	70,0	43,1	43,5	...	41,2	...	52,3	34,1	34,0	...	31,2	...	81,1	50,1	49,8	...	52,0	...						
Honduras	69,0	59,4	50,8	47,7	63,8	44,0	39,9	40,8	56,3	49,3	39,4	36,8	52,2	33,0	30,6	32,0	79,4	68,0	61,4	58,0	75,5	55,0	48,9	49,3						
México	64,0	59,5	55,9	52,7	44,1	42,5	34,9	33,5	59,0	55,9	53,5	49,5	45,7	41,0	35,6	34,2	73,1	65,2	59,8	57,6	41,2	45,0	33,4	32,3						
Nicarágua	...	67,1	...	63,4	61,0	59,9	...	59,0	...	59,2	...	54,7	53,1	51,4	...	50,0	...	78,6	75,6	74,2	73,2	...	72,9					
Panamá	31,3	36,8	32,1	29,9	42,1	38,0	35,7	33,7	27,2	31,4	27,2	27,0	39,5	48,1	42,7	36,3						
Paraguai	43,5	39,1	37,9	39,0	36,9	41,5 ^p	35,7	35,4	36,4	33,8	32,6	33,3	32,6	53,5	47,2	46,9	48,3	44,2					
Peru	45,5	40,3	41,8	41,5	34,4 ^q	30,4 ^q	40,7	34,9	36,8	37,1	31,2 ^q	27,6 ^q	...	56,5	53,4	53,3	51,7	42,0 ^q	36,8 ^q	...						
República Dominicana	41,8	41,5	38,5	32,6	35,9	37,5	35,6	29,1	54,4	50,1	45,3	40,7						
Uruguai	17,5	15,7	27,5	26,4	26,4	25,4	23,9	19,7	16,8	15,5	29,5	21,2						
Venezuela (República Bolivariana da)	64,1	55,8	47,0	46,8 ^r	43,4	39,9 ^r	35,7 ^r	35,8 ^r	61,3	53,6	45,8	81,9	67,6	70,9						
América Latina ^s	34,4						

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabelações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a População de 15 anos e mais que não estuda e não recebe renda monetária. ^b Rodada de 1994: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 1994, com exceção das do Brasil e El Salvador, realizadas em 1995, e da Nicarágua, realizada em 1993. ^c Rodada de 1999: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 1999, com exceção das do Chile, Guatemala, México e Nicarágua, realizadas em 1998. ^d Rodada de 2002: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 2002, com exceção da do Chile, realizada em 2000, e as de El Salvador, Honduras e Peru, realizadas em 2001. ^e Rodada de 2005: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 2005, com exceção das do Chile, Honduras e Peru, realizadas em 2003, e as da Bolívia (Estado Plurinacional da), El Salvador e México, realizadas em 2004. ^f Rodada de 2008: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 2008, com exceção das da Argentina, Chile e Guatemala, realizadas em 2006, as da Bolívia (Estado Plurinacional da) e Honduras, realizadas em 2007, e de El Salvador, realizada em 2009. ^g Rodada de 2010: Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 2010, com exceção das do Brasil e Chile, realizadas em 2009. ^h Área metropolitana. ⁱ Vinte aglomerações urbanas. ^j Grande Buenos Aires. ^k Vinte e oito aglomerações urbanas. ^l Trinta e duas aglomerações urbanas. ^m Trinta e uma aglomerações urbanas. ⁿ Cochabamba, El Alto, La Paz, Oruro, Potosí, Santa Cruz, Sucre, Tarija e Trinidad. ^o A partir de 2002 as cifras correspondentes às zonas urbanas e rurais não são estritamente comparáveis com as de anos anteriores, devido ao formato da pesquisa. ^p Área metropolitana de Assunção. ^q A partir de 2004 as cifras não são estritamente comparáveis com as de anos anteriores, devido a alterações metodológicas efetuadas pelo INEI. ^r A partir de 1998 o formato da pesquisa não permite a discriminação urbano-rural. Portanto, as cifras correspondem ao total nacional. ^s Média simples correspondente ao ano.

QUADRO A.11
AMÉRICA LATINA: POPULAÇÃO SEM RENDA PRÓPRIA, POR SEXO E ZONA DE
RESIDÊNCIA, RODADA DE 1990-2010 ^a
(Em porcentagens)

País	Sexo											
	Homens						Mulheres					
	Total	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Argentina
Bolívia (Estado Plurinacional da)	11,1	34,3	9,2	5,7	3,6	0,3	37,8	54,9	40,6	41,2	39,0	3,7
Brasil	16,5	42,6	11,5	7,6	7,6	4,4	30,5	55,2	25,9	23,8	28,0	14,3
Chile	12,9	38,1	13,4	7,6	7,1	5,2	29,7	46,4	26,2	28,1	34,7	17,8
Colômbia	12,6	28,5	8,5	5,6	7,1	15,7	33,1	46,8	27,8	26,8	30,5	36,4
Costa Rica	10,5	25,2	6,6	6,6	6,9	8,0	35,5	45,7	28,6	34,1	38,0	32,6
Equador	11,2	28,5	9,2	5,7	4,9	8,9	34,0	49,6	30,6	30,5	33,9	29,3
El Salvador	15,5	33,8	10,6	6,8	6,5	15,9	35,3	56,0	33,1	26,2	28,3	32,6
Guatemala
Honduras	16,1	29,2	12,7	9,2	6,5	12,2	40,8	59,7	41,7	36,1	29,6	28,3
México	9,8	19,4	8,2	4,6	7,1	9,5	33,5	44,3	32,6	29,8	31,8	30,0
Nicarágua	26,7	44,3	18,4	11,1	14,0	40,8	59,0	69,6	53,0	44,3	51,7	81,8
Panamá	7,4	20,0	6,2	4,4	3,5	4,6	29,9	48,2	33,2	28,1	27,4	16,9
Paraguai	16,5	35,3	10,5	5,9	6,5	21,2	36,9	50,9	34,1	30,4	30,8	37,7
Peru	14,7	34,9	9,7	4,9	4,8	9,0	30,4	45,9	27,9	23,9	23,1	26,7
República Dominicana	14,2	29,1	11,1	8,0	7,0	16,0	32,6	48,0	30,2	26,7	27,6	32,7
Uruguai	5,8	20,8	4,0	2,4	3,1	2,4	15,7	27,3	11,8	12,8	19,2	12,2
Venezuela (República Bolivariana da)	11,5	23,6	8,9	6,2	8,0	13,6	35,8	53,1	34,2	28,4	31,3	37,0
América Latina	13,3	34,4

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Compreende as pesquisas domiciliares realizadas pelos países em 2010, com exceção das do Brasil e Chile, realizadas em 2009.

QUADRO A.12
AMÉRICA LATINA (9 PAÍSES): TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO
OCUPADA DE 15 ANOS E MAIS, POR SEXO, 2006-2010
(Em horas semanais)

País e tipo de trabalho	Homens					Mulheres				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil										
Tempo total de trabalho	...	48	47	47	55	54	55	...
Tempo de trabalho remunerado	...	43	43	43	35	35	35	...
Tempo de trabalho doméstico não remunerado ^c	...	5	4	4	20	18	20	...
Colômbia										
Tempo total de trabalho	54	53	55	65	64	65
Tempo de trabalho remunerado	49	48	49	40	39	40
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	6	6	6	24	26	25
Costa Rica										
Tempo total de trabalho	51	57
Tempo de trabalho remunerado	48	39
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	4	18
Equador										
Tempo total de trabalho	52	...	52	66	...	66
Tempo de trabalho remunerado	45	...	44	38	...	38
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	7	...	9	28	...	28
Guatemala ^a										
Tempo total de trabalho	8	10
Tempo de trabalho remunerado	6	4
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	2	6
Honduras ^a										
Tempo total de trabalho	9	10	...
Tempo de trabalho remunerado	9	7	...
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	1	3	...
México ^b										
Tempo total de trabalho	64	57	86	63
Tempo de trabalho remunerado	48	50	40	40
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	16	7	46	23
Peru										
Tempo total de trabalho	62	70
Tempo de trabalho remunerado	47	33
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	15	36
Uruguai ^c										
Tempo total de trabalho	...	56	79
Tempo de trabalho remunerado	...	40	38
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	...	16	41

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

Nota: Consideram-se pessoas com trabalho remunerado as ocupadas em uma atividade com uma contraprestação econômica. Por tempo total de trabalho entende-se a soma do tempo de trabalho remunerado e de trabalho doméstico não remunerado. O tempo de trabalho doméstico não remunerado inclui o dedicado a atividades culinárias, limpeza da casa, confecção de roupa, compras, manutenção da casa, cuidado de bebês, crianças e adolescentes da família, cuidado de doentes da família, gerência do lar e cuidado de dependentes e anciãos da família.

^a Horas diárias.

^b Os dados de 2009 não são comparáveis com os de 2010, pois procedem de pesquisas diferentes.

^c Não há uma desagregação rural e urbana dos dados sobre o Uruguai.

QUADRO A.13
AMÉRICA LATINA (9 PAÍSES): TEMPO MÉDIO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO NÃO
OCUPADA DE 15 ANOS E MAIS, POR SEXO, 2006-2010
(Em horas semanais)

País e tipo de trabalho	Homens					Mulheres				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil										
Tempo total de trabalho	...	7	6	6	29	26	28	...
Tempo de trabalho remunerado	0	0	0	0	...
Tempo de trabalho doméstico não remunerado ^c	...	7	6	6	29	26	28	...
Colômbia										
Tempo total de trabalho	7	8	8	33	33	33
Tempo de trabalho remunerado	0	0	0	0	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	7	8	8	33	33	33
Costa Rica										
Tempo total de trabalho	6	29
Tempo de trabalho remunerado	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	6	29
Equador										
Tempo total de trabalho	8	...	9	33	...	33
Tempo de trabalho remunerado	0	...	0	0	...	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	8	...	9	33	...	33
Guatemala ^a										
Tempo total de trabalho	2	8
Tempo de trabalho remunerado	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	2	8
Honduras ^a										
Tempo total de trabalho	2	5	...
Tempo de trabalho remunerado	0	0	...
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	2	5	...
México ^b										
Tempo total de trabalho	17	11	54	35
Tempo de trabalho remunerado	0	0	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	17	11	54	35
Peru										
Tempo total de trabalho	17	45
Tempo de trabalho remunerado	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	17	45
Uruguai ^c										
Tempo total de trabalho	...	15	41
Tempo de trabalho remunerado	...	0	0
Tempo de trabalho doméstico não remunerado	...	15	41

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

Nota: Consideram-se pessoas não ocupadas as que não exerceram nenhum trabalho em troca de uma contraprestação econômica na semana anterior. Por tempo total de trabalho entende-se a soma do tempo de trabalho remunerado e de trabalho doméstico não remunerado. O tempo de trabalho doméstico não remunerado inclui o dedicado a atividades culinárias, limpeza da casa, confecção de roupa, compras, manutenção da casa, cuidado de bebês, crianças e adolescentes da família, cuidado de doentes da família, gerência do lar e cuidado de dependentes e idosos da família.

^a Horas diárias.

^b Os dados de 2009 não são comparáveis com os de 2010, pois procedem de pesquisas diferentes.

^c Não há uma desagregação rural e urbana dos dados sobre o Uruguai.

QUADRO A.14
AMÉRICA LATINA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício	População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas					
Argentina	Famílias por la Inclusion Social	2010	751 697	3 382 637	615 568 287	Segundo o número de filhos e filhas. Máximo: 6 beneficiários por família, com valor decrescente.	Famílias em situação de pobreza com filhos e filhas menores de 19 anos, mulheres grávidas e pessoas com deficiência	Mãe	Vigoram até 2008. Desde 2008-2009, acompanhamento de riscos educativos, sanitários e sociais. Participação em atividades de prevenção e promoção
	Asignación Universal por Hijo para Protección Social	2010	1 867 784	3 516 733	2 583 267 942 Gasto: 1 903 815	Segundo o número de filhos e filhas. Máximo: 5 beneficiários por família. Retenção de 20% até cumprir as condicionalidades	Famílias com desocupados ou trabalhadores informais e filhos ou filhas menores de 18 anos e salário inferior ao salário mínimo vital e móvel (SMVM)	Mãe	Controles de saúde e frequência escolar
		2011	1 872 173	3 527 527	2 487 079 774		66,6		
		2012		3 540 717	2 883 780 726		73,4		
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Bono Juancito Pinto	2011	392 857	1 925 000	55 225 312	Transferência fixa anual	Menores de 18 anos que cursam primária formal ou alternativa. Alunos e alunas de educação especial	Pai, mãe, tutor ou tutora	Controle de frequência escolar
	Bono Madre Niña-Niño Juana Azurduy	2011	119 665	586 358	25 548 004	Transferências fixas 1) Mensal. Máximo de quatro bônus por família 2) Pagamento único. Máximo de um por família 3) Bimestral. Máximo de 12 bônus por família	Mulheres grávidas e lactantes (bebês até 2 anos) sem cobertura de saúde. 1) Bônus de controle pré-natal 2) Bônus de parto institucional e controle pós-natal 3) Bônus de controle integral de saúde	Mãe	Controle de saúde e capacitação em saúde

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)			
Brasil ^b	Bolsa Família	2011	13 171 810	54 004 921	Gasto 8 805 679 997	Um por família	1) 43,6	Famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza	Mãe	Controle de saúde e frequência escolar. Trabalho socioeducativo em caso de descumprimento (acompanhamento caso por caso)
						3) Bônus variável por filhos e filhas de 16 e 17 anos. Máximo: 2 por família beneficiários	3) 23,7 (mínimo) 47,4 (máximo)			
						4) Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) (máximo por família)	150,8 (máximo)			
Cartão Alimentação	2009	2010	7 853	32 983	Gasto 1,638,373	Transferência fixa mensal durante 6 meses (prorrogável para 18 meses)	25,00	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas até 6 anos e mulheres grávidas	Mãe	Não tem
Chile Solidario		2011	263 995	1 108 779	341 718 309	Transferências fixas	1) 13,4 (mínimo) 27,3 (máximo)	Famílias e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade	Mãe	1 e 2) estabelecem condicionalidades pontuais para cada família
						2) Bônus de Egresso. Mensal. Um por família. Máximo: 3 anos	3) 13,4			7) Incorporação e retenção de alunos do ensino secundário.
						3) Subsídio Único Familiar (famílias com filhos e filhas menores de 18 anos, mulheres grávidas ou pessoas com deficiência). Mensal	4) 166,6			Todos os componentes são acompanhados de programas de apoio psicossocial que estabelecem metas de melhora de vida
						4) Pensão Básica Solidária. Maiores de 65 anos. Mensal	5) ...			
						5) Subsídio à Cédula de Identidade. Desconto sobre valor Mensal. Um por família	6) ...			
						7) Subvenção Pró Retenção Escolar (para estabelecimentos educativos). Anual	7) 6,4 (mínimo) 10,6 (máximo)			
						8) Benefício por controle de criação sadia	8) 6,4 (mínimo) 10,6 (máximo)			

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)			
Colômbia	Famílias en Acción	2011	2 617 274	11 777 733	773 400 799	Transferências segundo as características do destinatário ou destinatária, da família e do lugar	1) 11,0(mínimo) 27,4 (máximo) 2) 8,2 (mínimo) 32,9 (máximo)	Famílias em situação de extrema pobreza ou deslocamento e indígenas com filhos e filhas menores de 18 anos	Mãe	Tem condicionalidades, mas não são especificadas
Costa Rica	Red Unidos (Rede para a superação da pobreza extrema)	2011	1 464 081	6 588 365	87 417 789	Transferências segundo as características do destinatário ou destinatária. Mensal	28,0 (mínimo) 93,2 (máximo)	Famílias em situação de extrema pobreza ou deslocamento	Mãe	Programa de acompanhamento familiar e comunitário em que se estabelecem metas de melhoria de vida para cada família
Equador	Avancemos Bono de Desarrollo Humano	2009	93 558 560	(0,32% del PIB)	775 339 085	Transferências fixas	35,0 em todos os casos	Famílias em situação de vulnerabilidade com filhos ou filhas de 12 a 25 anos	Chefe de família	Controle de saúde e frequência escolar
Equador	Bono de Desarrollo Humano	2012	1 882 542	9 504 560	775 339 085	Transferências fixas	35,0 em todos os casos	Famílias em situação de pobreza com filhos ou filhas, maiores de 65 anos e pessoas com deficiência	Mãe (no caso de transferências por filhos ou filhas) ou beneficiários diretos	Prevé condicionalidades

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)			
El Salvador	Comunidades Solidarias (antigo Red Solidaria)	2009	105 900	508 320	Gasto 40 000 000 (0,18 do PIB)	Transferências fixas 1) Bônus de educação (filhos e filhas de 6 a 15 anos). Bimestral. Um por família 2) Bônus de saúde (filhos e filhas até 5 anos e mulheres grávidas). Bimestral. Um por família 3) Ajuda a maiores de 70 anos 4) Programa (piloto) de apoio temporário de renda (chefes de família e jovens de ambos os sexos). Local	1) 15,0 2) 15,0 3) 50,0	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas menores de 15 anos e mulheres grávidas	Mãe (1 e 2). Beneficiário ou beneficiária (3)	Controle de saúde e frequência escolar (1 e 2)
		2011		634 315						
Guatemala	Mi Familia Progres	2011	862 002	4 741 011	132 540 538	Transferências fixas 1) Bônus de educação (filhos e filhas de 6 a 15 anos). Bimestral. Um por família 2) Bônus de saúde (filhos e filhas até 6 anos e mulheres grávidas). Bimestral. Um por família	1) 19,4 2) 19,4 39,7 (máximo por família)	Famílias em situação de extrema pobreza com menores de 15 anos e mulheres grávidas	Mãe	Controle de saúde e frequência escolar

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)			
Honduras	Programa de Asignación Familiar (PRAF)	2009				1) Bônus Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas menores de 15 anos e mulheres grávidas Mãe (1 e2). Beneficiário ou beneficiária (3) Controle de saúde e frequência escolar (1 e 2) Materno-infantil: segundo a composição familiar (menores de 5 anos com deficiência ou desnutrição). Quadrimestral. Máximo de 3 beneficiários por família 2) Bônus escolar de primeiro a sexto grau (filhos e filhas de 6 a 14 anos). Transferência fixa semestral. Um por família 3) Bônus terceira idade (maiores de 65 anos). Transferência fixa anual 4) Bônus mão amiga (alto risco social): semanal durante 6 meses 5) Bolsão escolar (crianças até terceiro grau). Transferência em espécie 6) Bônus DI mulher (chefes de família em situação de pobreza) 7) Bônus juvenil urbano rural (jovens de 14 a 24 anos desempregados) Transferências fixas trimestrais. Não estabelece máximos 1) Bônus de saúde 2) Bônus de nutrição 3) Bônus de educação	1) 4,4 2) 5,1 (mínimo) 15,2 (máximo) 3) 2,6	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos ou filhas menores de 14 anos, com membros com deficiência, risco de desnutrição e mulheres grávidas ou em período de lactância e idosos	Mãe (1, 2, 4 e 5). Beneficiário ou beneficiária (3)	Controle de saúde e frequência escolar (1 e 2). Capacitação e formação para microempreendimentos (6). Participação em atividades de formação e capacitação (7).
		2010	132 158	660 790	32 129 083					
	Bono 10.000 Educación, Salud y Nutrición	2010			24 100 000			Famílias em situação de extrema pobreza	Chefe de família (dirigido preferencialmente a mulheres)	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar
		2011	375 000	1 875 555						

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades			
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)						
México	Oportunidades (Programa de Desarrollo Humano, antigo Progresá)	2012	6 500 000	31 200 000	4 346 735 994	1) Apoio alimentar. Transferência fixa bimestral	1) 24,7	Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.	Mães (exceto para os componentes 6 e 8, cujos titulares são os beneficiários ou beneficiárias)	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar			
											2) Apoio para artigos escolares (meninos e meninas em idade escolar). Transferência anual ou semestral, segundo as características do destinatário ou destinatária	2) ...	Todas as famílias recebem os componentes 1, 5, 9 e 10
											3) Apoio à educação. Transferência bimestral segundo as características do destinatário ou destinatária (aumenta com a idade e para as mulheres). Há um valor limite	3) 12,5 (mínimo) 79,9 (máximo) 348,7 (máximo)	
											4) Papilla. Suplemento nutricional para menores de 5 anos	6) 34,9 (mínimo) 7) 5,1 8) 26,6	
											5) Pacote básico de saúde	9) 10,2	
											6) Jóvenes con Oportunidades. Transferência anual para estudantes de escola média- superior	10) 9,0	
											7) Apoio energético. Transferência fixa bimestral	193,5 (máximo por família)	
											8) Apoio a maiores de 56 anos. Transferência fixa bimestral. Valor limite		
											9) Apoio alimentario vivir mejor. Transferência fixa bimestral		
											10) Apoio infantil vivir mejor. Transferência fixa bimestral		

(continua)

Quadro A.14 (continuação)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)			
Panamá	Red de Oportunidades	2011	67 199	288 956	44 500 000	Transferência fixa bimestral. Uma por família	50	Famílias em situação de extrema pobreza	Mães	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar e capacitação (por parte de adultos)
	Bonos Familiares para la Compra de Alimentos	2008			3 455 652 (0,01% del PIB)	Transferência fixa bimestral. Uma por família. Cupões trocados por alimentos		Famílias em situação de extrema pobreza	Mães	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar e capacitação (por parte de adultos)
		2009	92 00	40 480			50			
Paraguai	Tekoporã	2011	115 960	860 000	46 629 448	Transferências fixas bimestrais 1) Apoio alimentar. Uma transferência por família 2) Apoio em educação e saúde. Máximo: 4 beneficiários por família 3) Apoio a maiores de 65 anos. Uma transferência por família 4) Apoio a pessoas com deficiência. Máximo: uma por família	1) 19,0 2) 8,3 (mínimo) 33,3 (máximo) 3) 8,3 4) 8,3 68,9 (máximo por família)	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas menores de 14 anos, mulheres grávidas, pais viúvos e idosos	Mães (1 e 2). Beneficiários e beneficiárias (3 e 4)	Tem condicionalidades não especificadas. Tampouco constam sanções
	Abrazo	2009	397	1 904	2 479 766 (0,02 do PIB)	1) Bônus solidário fixo. Transferência fixa mensal. Outros componentes: Servicios Centro Abierto de creches, saúde, nutrição e educação	Varia segundo a zona 26,2 (mínimo) 44,3 (máximo)	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas em situação de trabalho infantil	Mães	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar
	Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres). Atua principalmente em distritos rurais	2011	502 822	2 765 521	229 634 851	Transferência fixa bimestral. Uma por família	36,0	Famílias em situação de extrema pobreza com filhos e filhas até 14 anos, mulheres grávidas, pais viúvos e idosos	Representante da família participante (pai ou mãe)	Controle de saúde, nutrição e frequência escolar
		2012		3 413 200			77			

(continua)

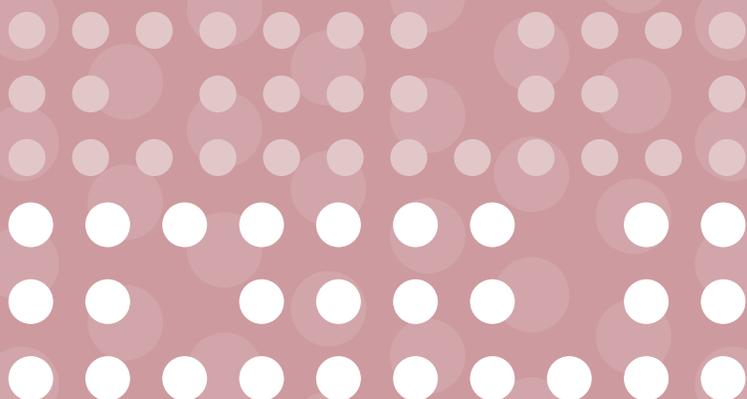
Quadro A.14 (conclusão)

País	Programa	Ano	Cobertura		Orçamento (em dólares) ^a	Benefício		População-alvo	Beneficiário(a)	Condicionalidades	
			Famílias	Pessoas		Tipo	Valor (em dólares)				
República Dominicana	Programa Solidaridad	2011	755 683	2 947 164	6 756 330	Transferências fixas	1) 18,0	Famílias em situação de pobreza extrema e moderada, com filhos e filhas menores de 16 anos, mulheres grávidas e chefes de família idosos sem trabalho	Chefe de família	Controle de saúde para menores de 5 anos e controle de frequência escolar	
						1) Comer es Primero. Uma transferência por família	2) 7,9 (mínimo) 15,8 (máximo)				
						2) Incentivo a la Asistencia Escolar (ILAE). Bimestral	3) 10,5 4) 6,0				
						3) Apoio a maiores de 65 anos. Bimestral	5) 0,7 (mínimo) 38,0 (máximo)				
						4) Bônus luz					
5) Bônus gás											
Argentina	Asignaciones Familiares	2011	130 785	549 295	215 816 796	Transferência mensal segundo a composição familiar (número de filhos e filhas, idade e situação de deficiência). Aumento do valor à medida que avançam as metas educativas. Máximo: 7 beneficiários ou beneficiárias por família	46,7 (mínimo) 59,3 (máximo) 289,7 (máximo) por família	Famílias em situação de pobreza extrema, com filhos e filhas menores de 18 anos	Chefe de família (dirigido preferencialmente às mulheres)	Requisitos educacionais	
Uruguai	Tarjeta Alimentaria	2009			30 709 398 (0,09% del PIB)	Transferência mensal segundo a composição familiar		Famílias em situação de vulnerabilidade (ex-beneficiários do Plan de atención nacional a la emergencia social - PANES - com filhos ou filhas menores e mulheres grávidas)	Mãe	Compra de produtos estipulados	
		2010	87 180	348 720							
		2011									

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de Dados de programas de proteção social não contributiva, fevereiro de 2013.

^a As estimativas do PIB foram calculadas com base nos dados de <http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>.

^b O Brasil conta com outros três programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa Alimentação e Bolsa Escola.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org